

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS E ANTSSISTÊMICOS**

**JOÃO ARTHUR DONADON**

**BRASÍLIA-DF  
2016**

JOÃO ARTHUR DONADON

**MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS E ANTISISTÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Antonio José Escobar Brussi.

BRASÍLIA-DF  
2016

JOÃO ARTHUR DONADON

**MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS E ANTISSISTÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Antonio José Escobar Brussi.  
IPOL- Universidade de Brasília  
Orientador

---

Prof Marisa Von Bülow  
IPOL-Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso (SOL/UnB)  
SOL- Universidade de Brasília

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Unb, instituição de ensino público e gratuito de alta qualidade, e ao Programa de Pós-graduação do IPOL, por proporcionar acesso ao ambiente acadêmico à comunidade através de um processo seletivo totalmente isento e impessoal.

Aos professores do curso, que demonstraram grande dedicação e superaram as altas expectativas, em especial ao meu orientador, professor Antonio Brussi, que ofereceu uma visão crítica que conduziu a pesquisa para além de um senso comum que, admito, estava presente no projeto inicialmente apresentado.

Aos meus coordenadores e chefia do local onde trabalho, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, por acolher as minhas necessidades de flexibilidade de horário para cursar as disciplinas.

À minha família e à minha namorada, Caroline, pelo apoio e compreensão.

## RESUMO

Este trabalho tem como propósito analisar os protestos ocorridos em junho de 2013 a partir de um olhar focado nos movimentos sociais. Os eventos ocorridos naquele mês repercutiram nacional e internacionalmente. Sua imagem, entretanto, foi a de um movimento espontâneo, uma revolta indignada da população que resolveu ir às ruas numa onda de protestos sem precedentes no Brasil. Esta dissertação analisa os movimentos sociais responsáveis pelo início das manifestações, situando este momento histórico no contexto de evolução do ativismo brasileiro. Os eventos de junho de 2013 não foram um raio num céu azul; resultaram de décadas de evolução de uma teia de movimentos sociais no Brasil que explodiram em suas mais diversas formas e que entraria para a história das mobilizações de rua no país. Os protestos de 2013 não começaram e também não terminaram em junho. O ativismo social do país teve, naquele momento, um ponto de ebulição que levou às ruas, de uma só vez, toda a efervescência de revoltas que estavam latentes nos centros urbanos. Como atuaram, no mesmo ato de protesto, tantos movimentos sociais distintos e uma grande massa de cidadãos, cada um com sua revolta? Esta dissertação pretende investigar como o jogo de forças e de interesses influenciou na busca por espaço nas ruas e seu efeito na dinâmica de cada movimento social presente naquelas manifestações.

Palavras-Chave: Protestos, Manifestações de junho 2013, Movimentos Antissistêmicos, Movimentos Sociais, Movimento Passe Livre.

## **ABSTRACT**

This work intends to analyze the June 2013's demonstrations that occurred in Brazil as component of the family of antisystemic reaction in this time of world systemic downturn. Such uprising reverberated as a warning in the nation as well as internationally. However, the image that remained was of a spontaneous movement, a revolt of the population, who decided go to the streets to show their inconformity to all sort of difficulties. This dissertation analyses the movements that started those waves of protest, reaching a historic moment in the evolution of the Brazilian social activism. The events of June 2013 were not lightning in a blue sky. It arouse after decades of evolution of a truly web of social movements in the country, which exploded into many configurations at the time they went to the streets all over the country. However, the protests did not begin and did not finish in that June. The social activism responsible for triggering the revolt reached a boiling point that precipitated all latent frustrations felt by the people of Brazilian urban centers. How so many different social movements and a great mass of citizens acted in the same manifestations, each one with its own revolting agenda? This dissertation aims to investigate how the interplay of forces and interests influenced the struggle for space on the streets and their effect on the destiny of every social movement present in those events.

Keywords: June 2013 demonstrations, Antisystemic Movements, Social Movements,

“As nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do Império e o medo do Povo” (Maria da Conceição Tavares, 1999).

## Sumário

Introdução.....	9
Metodologia.....	13
Estrutura: .....	17
Capítulo 1 .....	19
Movimentos Antissistêmicos.....	19
Movimentos Autônomos após 1989 .....	21
2011 – Movimentos “Occupy”, Indignados e Primavera Árabe .....	24
Indignação e Mobilização da Sociedade .....	25
Mobilizações, Manifestações e Protestos .....	29
Movimentos Sociais e as Manifestações Recentes.....	30
Capítulo 2 .....	35
Ciclos de Protesto Recentes no Brasil .....	36
Os Movimentos de Junho de 2013 .....	41
Movimentos Autônomos / Coletivos.....	42
Capítulo 3 .....	60
Junho de 2013 e seus momentos Cronologia .....	60
Antecedentes:.....	64
Junho de 2013 – Outra narrativa.....	65
6 de Junho - 1º ato .....	65
7 de Junho - 2º ato .....	67
8 a 10 de Junho: Novos movimentos, imprensa e poder público: a primeira impressão .....	72
11 de Junho – 3º Ato.....	74
4º Ato: 13 de Junho- Chegou a Hora do Basta .....	79
15 e 16 de Junho: Guinada da Mídia ou “Será que formulamos mal a pergunta?” .....	85
5º Ato – 17 De Junho.....	93
6º Ato– 18 de Junho.....	98
19 De Junho – Em Busca de uma Solução .....	103
Capítulo 4 .....	107
Depois de Junho .....	107
MPL e a Tirania das Organizações Sem Estrutura .....	112
Conclusões.....	115
Referências Bibliográficas.....	118
Anexo Fotográfico.....	123



*No hay lugar para la pura espontaneidad en la historia y considerar que las rebeliones populares son espontáneas es una actitud elitista, porque convierte la movilización de los de abajo en dependiente por completo de la intervención de líderes de organizaciones políticas avanzadas o de las clases altas” (Guha, 2002: 98).*

## **Introdução**

As mobilizações ocorridas no Brasil em Junho de 2013 mostraram um novo paradigma de manifestação popular, numa dinâmica tão inovadora quanto a organização das redes sociais digitais. As análises realizadas à época, muitas ao calor da mídia e da divulgação dos fatos, não levaram em consideração a evolução das ações de indignação e revolta nos últimos 150 anos e, também, as tendências recentes no resto do mundo que já apontavam indicadores para o cenário que testemunhamos nesses atos.

Pensar então os movimentos antissistêmicos hoje, não é possível, em nossa opinião, sem assumir essas extensas raízes profundas da longa duração histórica do protesto social que foi encontrado nesses mesmos movimentos, uma de suas expressões mais recentes. De igual maneira, tampouco é possível entender adequadamente esses movimentos antissistêmicos atuais sem compreender a complexa diversidade das figuras envolvidas no protesto social, como também as múltiplas dinâmicas de sua evolução, junto às variadas formas de sua multifacetada expressão, e também as diferentes formas de sua especificidade e singular concreção. (AGUIRRE ROJAS, 2013, p. 8)

Propõe-se, neste trabalho, analisar manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013 à luz da evolução recente dos movimentos antissistêmicos e dos atores que com eles interagem nas ruas. O que tanto os partidos políticos, a mídia e alguns analistas ignoraram foi que as manifestações eram resultado de décadas de evolução e aprimoramento dos movimentos sociais no Brasil. Ações parecidas em Salvador, Florianópolis, Vitória e o Distrito Federal não ganharam, nos anos anteriores, a atenção e amplitude que foi obtida pelos protestos que atingiram a cidade de São Paulo e depois se espalhou pelas principais metrópoles do país. Reduzir os protestos de 2013 à mera insatisfação popular contra os seus representantes é simplificar o debate, contribuindo para que as diversas lutas que ali estavam atuantes e em plena atividade fossem colocadas à margem da discussão. O que se viu nos protestos foi um salto na evolução recente destes movimentos autônomos, e um novo patamar no estudo deste tema.

Esse movimento (Occupy Wall Street) foi seguido por uma revolta ainda maior no Brasil, que por sua vez foi acompanhada por manifestações menos noticiadas, mas não menos reais, na Bulgária. Obviamente, estes

protestos não foram os primeiros, e muito menos os últimos, em uma série realmente mundial de revoltas, nos últimos anos. Há muitas maneiras de analisar este fenômeno. Eu o vejo como um processo contínuo de algo que começou com a revolução mundial de 1968. (WALLERSTEIN, 2013, p.1),

A nomeação dos acontecimentos tais quais os grandes espetáculos, como a Primavera Árabe, Movimento Occupy Wall Street; não é de grande relevância para esta pesquisa. “A nomeação de um fenômeno não provê nenhuma garantia de que este fenômeno existe, muito menos de que ele seja casualmente coerente” (Tilly, 2006, p. 46). As características das mobilizações de junho de 2013 não apontam para indícios insurrecionais. Chamá-las de “Revoltas de Junho”; “Inverno Brasileiro” ou “Jornadas de Junho” parece precipitado. Devido à peculiaridade de um evento que tomou proporções tão grandes, não foi possível rotulá-lo. E é bom que assim permaneça até que haja clareza suficiente do que realmente aconteceu e da sua dimensão histórica, sem superlativos ou diminutivos. Seguindo a linha de raciocínio de Nunes (2013), o que buscamos aqui são essas vontades e o que as motivaram.

Há alguns anos, Alain Badiou se perguntava sobre o sentido de maio de 68 ser conhecido na França como “eventos de maio”: “se dizemos que um evento tem ‘evento’ por nome, isto quer dizer que ainda não encontramos seu nome”. Talvez para situá-los confortavelmente no passado, alguns começam a falar no Brasil dos “eventos de junho”. O fato é que nenhum nome (Revolta do Vinagre, Revolta da Tarifa, Inverno Brasileiro...) pegou; ao contrário da Primavera Árabe, do Occupy Wall Street, do 15M espanhol, do YoSoy132 mexicano e do Diren Gezi turco, o movimento brasileiro, se assim se pode chamá-lo, não tem nome. Qual é o nome de uma legião, quando legião é seu nome? Não é apenas questão de reconhecer uma identidade (“quem é essa gente?”), mas de identificar uma vontade (“o que eles querem?”).

Neste trabalho, as referências aos acontecimentos de Junho de 2013 irão transitar entre as expressões: “Manifestações”, por ter sido consagrada pela imprensa e pelas referências à época, “Eventos/Acontecimentos de Junho”, pelo seu caráter mais abrangente, e “Protestos”, por ser um termo mais ligado aos movimentos sociais e que se aplica à abordagem desta pesquisa:

O termo manifestação foi adotado porque ele já entrou no vocabulário e no imaginário da população para relatar os acontecimentos de Junho de 2013. Entretanto, eu considero as manifestações como parte de um movimento social de protesto e não como um evento separado, ad hoc, como se não fosse um movimento social propriamente dito. Sei que a discussão é longa, remete à contínua questão que sempre retorna: o que é um movimento social? Em outras obras, não há uma definição unívoca, mas muitas. (GOHN, 2014, p. 434)

O que definirá os acontecimentos, então, será a sua caracterização enquanto manifestação, os antecedentes históricos e suas motivações, pautas, objetivos, modos de ação e grupos envolvidos. No caldo dos manifestantes que tomaram as ruas, por exemplo, havia

grupos com ações claras e planejadas, como o Movimento Passe Livre (MPL), cuja atuação não se restringia àquele evento e possui um histórico considerável de lutas. Houve, ainda, ação de grupos anárquicos como os black blocs, anarcopunks, entre outros, cooperando ou não com a pauta principal dos atos sem articulação ou aliança prévia com os movimentos sociais. Participaram, ainda, sindicatos e partidos políticos e, posteriormente, ingressou uma imensa multidão de indignados com diversas origens sociais e sem lideranças, cada indivíduo com sua reivindicação. É necessário, portanto, um trabalho de análise criteriosa para compreender a evolução dos acontecimentos e de que maneira o convívio, numa mesma arena, de agentes engajados em movimentos sociais distintos e aqueles que participavam de eventualmente das manifestações ocorreu junto aos movimentos articulados.

Um salto significativo do movimento brasileiro em relação aos eventos anteriores no resto do mundo foi começar com um uma pauta bem específica e factível, que representou um objetivo único dos atos. No caso do Junho de 2013 foi a revogação do aumento das tarifas do transporte público. A partir desta reivindicação foi aberta uma ampla discussão em torno do acesso aos serviços públicos, das políticas de mobilidade urbana segregação os espaços públicos, entre outros temas.

Até a eclosão das manifestações na praça Taksim (e das revoltas de junho no Brasil) o discurso hegemônico dos representantes do fundamentalismo de mercado enquadrava esses movimentos basicamente como protestos pela falta de emprego, renda e democracia representativa, ou de uma combinação desses elementos, ignorando os inúmeros conteúdos e agendas trazidos para as ruas, sobretudo o questionamento do “sistema”, essa velha palavra que sintetiza o modo de produção econômico-político da sociedade (ROLNIK, 2013, p.18).

Num contexto em que foram gastos R\$ 8,3 bilhões na construção de estádios de futebol destinados à Copa do Mundo de 2014, sendo R\$ 6,9 Bilhões provenientes dos cofres públicos<sup>1</sup>, o aumento da tarifa do transporte foi o estopim para uma série de revoltas. Somente o estádio de Brasília, 100% público e o 3º estádio mais caro do mundo até então<sup>2</sup>, custou cerca de R\$ 1,7 bilhão, segundo o TC-DF. Por outro lado, em 2013, o Distrito Federal destinou apenas R\$ 257 milhões diretamente à subvenção do transporte público<sup>3</sup>.

A influência de grandes interesses privados na agenda do Estado, em detrimento de políticas destinadas aos cidadãos colocados à margem do desenvolvimento urbano e dos aparatos de cidadania que estão localizados nos centros das cidades deu início a uma revolta popular sem precedentes na história democrática do país.

---

<sup>1</sup> Iniciativa privada bancou 17% dos estádios da Copa do Mundo. Jornal Folha de São Paulo (07/01/2015)

<sup>2</sup> Mané Garrincha é 3º estádio mais caro do mundo - Revista Exame (06/06/2014)

<sup>3</sup> Transporte Público é pouco subsidiado por governos locais - Jornal O Globo (17/08/2013)

“A mobilidade urbana é posta em questão pela segregação espacial, social, racial e de gênero, a tal ponto que as pessoas que vivem nas cidades satélites de Brasília e trabalham no Plano Piloto sentem que, à medida que avança a noite, se impõe uma espécie de toque de recolher na cidade, que afeta aqueles que dependem de transporte coletivo” (SARAIVA, 2010, p. 99).

O aumento da tarifa não significava apenas um gasto a mais para o cidadão; era a materialização da indignação - ou Digna Raiva, como diriam os Zapatistas.

## Metodologia

Aqui se propõe uma análise de conjuntura de acontecimentos muito recentes e que ainda não trouxeram uma clara contribuição aos rumos da sociedade brasileira em médio prazo ou, sequer, possuem análises robustas e criteriosas em quantidade suficiente. Esses fatores poderiam, perigosamente, direcionar a pesquisa para um trabalho meramente informativo. Por isso, a análise deve ser rigorosa o bastante para diferenciar o “*divulgador do momento – o jornalista da notícia, do fato –, o analista da conjuntura – do tempo curto – e o da estrutura, o pesquisador do tempo longo*” (BRUSSI, 2007, p.1). Faz-se necessário, portanto, manter o rigor na coleta das informações, busca de argumentos e análise dos fatos.

A análise de conjuntura não é um “release” dos fatos noticiados na grande imprensa, pois nem sempre as realidades mais evidentes são as mais esclarecedoras. O reducionismo maniqueísta que resume a realidade a partir de um dualismo simplista também deve ser evitado. É preciso saber combinar os diferentes níveis de análise, construindo um sistema de proposições que deem conta das contradições da realidade, mas que não apresentem proposições contraditórias ou incapazes de explicar um dado domínio de fenômenos. (ALVES, 2011, p.1)

A base teórica dos movimentos sociais será a linha mestra que determinará o recorte do estudo. Analisar os acontecimentos sob a ótica dos movimentos antissistêmicos propiciará a contextualização das ações segundo seu histórico de lutas. *O cientista social, munido de um quadro conceitual ditado de certo rigor a matrizes teóricas de mais longo alcance, procura apreender a conjuntura, não como ela se apresenta em seu estado bruto, o que significa dizer que o cientista social não deve renunciar ao seu referencial teórico.* (DINIZ, 1991, p.2). Essa orientação voltada às ações dos movimentos sociais será fundamental para diferenciá-la da análise midiática e momentânea.

Os eventos foram, à época, amplamente cobertos pela mídia e também exaustivamente discutidos no mundo acadêmico. As abordagens variaram bastante conforme a evolução dos acontecimentos. Num primeiro momento, tratou-se dos protestos à maneira tradicional, associando-os a vandalismo e a grupos de extrema esquerda. O editorial do jornal Folha de São Paulo, de 13 de Junho de 2013, foi emblemático: “*São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados.*” A cobrança pela maior repressão aos manifestantes ganhou eco nos principais veículos de comunicação.

O Estado, então, reprimiu da forma tradicional: polícia militar e batalhão de choque nas ruas. O uso demasiado da força, entretanto, não foi efetivo uma vez que não estavam tratando com movimentos de protestos tradicionais, com lideranças e ações unificadas

capazes de serem neutralizadas. A imprensa, assim como a maioria da população que condenou o uso de força desproporcional por parte da polícia. A mera troca do termo “vândalos” por “manifestantes”, contudo, não trouxe ganhos de qualidade ao debate.

O desconhecimento em relação ao histórico dos movimentos antissistêmicos não foi exclusividade da mídia. Exceto poucas análises de especialistas em movimentos autônomos, o que se viu foram discussões que abordavam questões de representatividade eleitoral, modelos de participação popular, reforma política, mudanças demográficas, ascensão da classe C, entre outras. São temas que estavam latentes nos protestos, porém não eram o cerne do confronto que ocorria nas ruas. A pouca produção acadêmica sobre os movimentos pela mobilidade urbana e pela tarifa zero resultou num portfólio reduzido de material a ser consultado:

Para se ter uma ideia, até 2013, a universidade praticamente desprezou as manifestações de jovens contra o aumento das passagens, embora tenham acontecido dezenas delas em importantes capitais do país e de maneira bastante semelhante. Apesar da relevante regularidade sociológica, apenas duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado sobre o tema tinham sido produzidas até aquele momento. (ORTELLADO, 2013, p.3)

Esta dissertação pretende adequar os fatos e os agentes à sua efetiva posição no amplo contexto de que fizeram parte. O desconhecimento dos métodos e objetivos dos movimentos sociais que atuaram em junho de 2013, a tentativa constante de identificar lideranças e a falta de aprofundamento das análises da mídia corroboraram para a disseminação de falsos conceitos. A abordagem antissistêmica deste trabalho coloca justamente em cheque a indagação da imprensa na ocasião: *Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus? (FSP, 13/06/2013)*. O que será demonstrado neste trabalho é que, sim, há forte correlação entre vidraças bancárias, tarifas de ônibus, acesso aos espaços urbano e a marginalização de grande parte da população.

Na metodologia proposta, os eventos serão analisados no contexto dos movimentos antissistêmicos e anárquicos, os quais possuem práticas próprias, resultantes de décadas de aprendizado e evolução. Nas palavras de Brussi (2007, p.10) *Aqui, intuição e teoria, isenção e envolvimento, rigor e ajustes ad hoc convivem precária e imprevisivelmente, buscando ao menos apresentar interpretações que fundamentem coerentemente vínculos entre o passado e o futuro de modo a permitir opções para a ação transformadora*. A abordagem antissistêmica dos fatos é importante para oferecer uma visão ampliada de um evento que não surgiu repentinamente, como se colocou num primeiro momento, e que não cessou em 2013.

Importante salientar que este trabalho não conta com dados de “primeira mão”, produzidos primariamente para esta pesquisa. O que não foi possível, primeiramente, pelo lapso temporal entre este estudo e os acontecimentos, que, embora recentes no contexto amplo, foram muito intensos e repentinos enquanto protestos de rua. Por tratar-se de uma análise conjuntural “a posteriori”, foi necessário recorrer a relatos da época e bibliografias especializadas produzidas posteriormente aos acontecimentos. O que não exime de obtê-las com o devido crivo do rigor acadêmico que este trabalho exige, e que não o enfraquece do ponto de vista de uma análise crítica e criteriosa das fontes. É, justamente, a justaposição dos fatos à base teórica aqui invocada que resultará numa análise diferenciada dos eventos:

A análise de conjuntura não é um documento imparcial feito de uma coletânea de notícias de jornal. Muito menos é uma fotografia estática da realidade. Ela tem como objetivo “filmar” a dinâmica do movimento social, emoldurando o quadro da correlação de forças dos atores políticos da cena nacional e internacional. Ela deve levar em conta não somente os fatos concomitantes e imediatamente contemporâneos, mas deve incorporar a evolução temporal das principais tendências estruturais e institucionais. Deve traçar um cenário que englobe as confluências e tensões, as acomodações e contradições, buscando revelar as continuidades e rupturas ou descontinuidades e multiplicidades. Neste sentido, deve combinar uma análise sincrônica com uma análise diacrônica. (Alves, 2011, p. 10).

A pergunta central deste trabalho coloca os eventos de Junho de 2013 numa posição de ruptura conjuntural que, contudo, não produziu naquele momento uma ruptura estrutural, no sentido de que as estruturas político-sociais da sociedade brasileira pouco se alteraram imediatamente após Junho de 2013. Mas ficou a sensação de que algo estava a acontecer, uma vez que é através de algumas rupturas conjunturais sucessivas que se estabelecem as rupturas estruturais. Terá sido essa revolta um acontecimento espontâneo, de uma população indignada, ou há, nos acontecimentos de Junho de 2013, uma explosão de movimentos sociais e grupos da sociedade que saíram às ruas compartilhando, de forma inédita, o mesmo ato de protesto e levando suas propostas e antagonismos às ruas?

Ao propor uma análise focada estritamente nos eventos de Junho de 2013 e com ênfase nos atos ocorridos na cidade de São Paulo não visa reduzi-los àquele momento. Pelo contrário, a conjuntura de uma ruptura momentânea é reveladora em diversos aspectos do que está por vir:

A dificuldade maior para o conhecimento de “conjunturas atuais” está, exatamente, em seu tempo não vivido, materializado em expectativas cuja dinâmica, muitas vezes, escapa à nossa observação. Qualquer teoria que queira, portanto, dar conta do problema posto pelos limites temporais de uma conjuntura terá de equacionar o problema das expectativas. Por isso, enfrentar o nó górdio da conjuntura atual – a incerteza futura – implica, por

derivação, esclarecer o tempo das conjunturas passadas. (FIORI, 1991, p. 383)

Este trabalho pretende analisar a hipótese de que o que houve em junho de 2013 não foi um evento efêmero e espontâneo de uma grande massa insatisfeita. O que se viu naquelas manifestações foi a articulação de diversos grupos, muitos deles com visões antagônicas, que atuaram num mesmo evento, numa disputa de forças pelo espaço de protesto a fim de impor a sua pauta e seu repertório de ação a um protesto que atraiu a atenção da mídia e dos governantes e ficou marcado como uma das maiores ondas de manifestações populares do Brasil.



**Estrutura:**

O trabalho está estruturado em três capítulos. No Capítulo 1, uma recuperação histórica e teórica dos movimentos antissistêmicos nos últimos dois séculos. Revisão de aspectos fundamentais que são importantes para contextualizar os acontecimentos de Junho de 2013 num horizonte mais amplo em relação à evolução das revoltas de movimentos organizados, propiciando uma análise dos fatos que não os coloquem fora de um contexto histórico. Para isso, a base teórica de estudiosos de movimentos sociais, movimentos antissistêmicos e sistema mundo que tenham relação com a abordagem do tema será recuperada.

O Capítulo 2 apresentará uma análise geral dos principais movimentos envolvidos nos protestos. Será, basicamente, uma contextualização do que faziam esses grupos naquele momento, quais foram os caminhos que eles percorreram para chegar às manifestações com a postura que adotaram nas ruas.

O Capítulo 3 apresentará a recuperação e revisão dos fatos de acordo com a proposta deste trabalho. O fim é compreender como, de forma inédita no Brasil, se relacionaram tantos agentes numa mesma arena de protesto, e quais foram os embates de forças e interesses de cada um deles: Movimentos Sociais organizados, Movimentos Autônomos, Manifestos em Marcha, Movimentos Anarquistas, Manifestos Socioculturais, Indignados, Mídia Tradicional e Independente, Repressão Policial e Estado. Não se pretende aqui destrinchar cada um movimento. O objetivo é olhar como, num ambiente de luta por espaço e busca de objetivos distintos, as manifestações de Junho de 2013 atraíram tantos interesses e contradições. Propõe-se, portanto, traçar os acontecimentos na ótica dos movimentos antissistêmicos ali presentes.

Destaca-se a escolha da cidade de São Paulo como ponto focal dos momentos em análise. Essa opção deve-se ao fato de que lá atuaram simultaneamente todos os principais grupos aqui estudados: Movimento Passe Livre, sindicatos, partidos políticos, black blocks, mídia NINJA, anarcopunks, indignados; entre outros. É de amplo conhecimento que os protestos de Junho de 2013 espalharam-se pelo país, contudo, na grande maioria das cidades as manifestações foram atos cívicos, com pouca ação de movimentos sociais. A escolha da capital paulista como referência também é embasada na maior quantidade de publicações cobrindo os protestos nessa cidade, uma vez que não se trata de uma pesquisa feita concomitantemente aos acontecimentos. Portanto, o acesso aos relatos da época com a maior clareza de detalhes possível foi imprescindível.

Tão importante quanto delimitar o escopo desta análise é esclarecer quais abordagens

não serão aprofundadas, seja porque merecem estudo específico ou já possuem vasto material produzido em relação ao tema, seja porque não são pertinentes a este trabalho, ou ainda porque são divergentes da visão aqui apresentada.

Não será feita uma análise estrita dos aspectos de comunicação e iteratividade entre os manifestantes, tampouco aprofundado o estudo acerca do ativismo digital, da questão da ocupação de espaços públicos pelos cidadãos, crises de representação política e institucional, a nova configuração de classes sociais, a questão da mobilidade urbana, entre outros aspectos que exigem uma especialização em cada tema e um trabalho dedicado a oferecer uma contribuição específica e relevante. Esses assuntos serão tratados na medida em sejam pertinentes à abordagem deste estudo e as referências aos trabalhos que abordam com mais propriedade determinados aspectos serão fornecidas ao longo do texto.

## Capítulo 1

*“E, posto que a humanidade, sabiamente, não se coloca mais do que aqueles problemas que já está em condições de resolver, é a esses novos movimentos pós-68, anticapitalistas e antissistêmicos, que cabe hoje, claramente, organizar com sabedoria, paciência e coragem todas essas dignas raivas do planeta que fervem, florescem, se multiplicam e prosperam por toda parte, para que sejam capazes de confrontar esta crise múltipla já referida e ao caos sistêmico que a acompanha, gerando frente a suas inevitáveis ruínas, os belos e importantes cimentos de um mundo novo e muito outro, um mundo que como nos aconselham sabiamente os companheiros neozapatistas, deverá ser um “mundo no qual caibam muitos mundos”” (Aguirre Rojas, 2009).*

### Movimentos Antissistêmicos

O termo *movimentos antissistêmicos* foi difundido por Immanuel Wallerstein, nos anos 1970. O autor recuperou, sob esse conceito, os acontecimentos que marcaram a eclosão de movimentos sociais e nacionais ocorridos na Europa em consequência das revoluções de 1848. Nas palavras de Rojas (2009, p.8):

Immanuel Wallerstein cunhou a expressão “movimentos antissistêmicos”, nos anos setenta, para englobar movimentos que, em todas as áreas geográficas do sistema-mundo capitalista, se opõem a ele, isto é, para incluir tanto os movimentos socialistas que lutam no centro e na semiperiferia do sistema-mundo, como os movimentos de libertação nacional que se afirmam, sobretudo, na periferia deste mesmo sistema-mundo.

Essa subdivisão em dois grandes grupos de movimentos, nacionais e sociais, fazia sentido num momento anterior uma nova estrutura de classes que estava sendo formada, com fortalecimento do proletariado e a burguesia. Até então, os movimentos nacionais eram basicamente voltados contra as opressões étnicas ou vinculados à tomada de poder nacional. Os movimentos sociais começaram, então, a representar os anseios e os conflitos de classes inerentes ao sistema capitalista moderno. Apresentando grande verticalização organizacional, as demandas de grupos minoritários, como as causas feministas e de raça, eram demandas acessórias em relação à pauta principal dos movimentos.

The same logic would be used against other kinds of movements—such as trade-union movements or movements of so-called "minorities" as socially-defined (whether by race, ethnicity, religion, or language). All these movements had to accept subordination to the principal movement and deferral of their demands. They could only be adjuncts of the principal movements, or else they were considered to be counter-revolutionary. Wallerstein (2014, p. 161)

Ao final do século XIX, os movimentos nacionais já haviam dado lugar a movimentos operários e de classes como plataforma principal de reivindicações e lutas sociais. Na metade do século XX, contudo, os partidos e sindicatos trabalhistas não eram mais capazes de acolher

plenamente todas as tensões e da diversidade de grupos minoritários que surgiam por meio das lutas contra o machismo, a homofobia, o racismo, entre outros. Assim, organizações mais especializadas ganhavam destaque. Aguirre Rojas (2013, p.17) aponta que “*Um dos traços centrais que caracteriza os ditos movimentos antissistêmicos depois da revolução mundial de 1968, é precisamente esse crescimento exponencial, tanto das novas áreas de combate, como dos novos sujeitos sociais que os levam a cabo*”.

Diversos movimentos paralelos começaram a atuar em causas específicas sem a necessidade de alinhar-se a um grupo maior, como um partido político ou entidade sindical. Houve, logicamente, algumas alianças em prol de maior força entre segmentos que possuíam pautas não excludentes, como sindicatos e movimentos feministas, ou ainda, entre pacifistas e ambientalistas, mas cada organização buscava preservar as suas lutas individuais.

Discutiu-se amplamente acerca da efetividade desses movimentos quanto aos objetivos antissistêmicos que os inspirava, pois muitos deles acabaram se integrando institucionalmente à estrutura burocrática na tentativa de efetivar as suas demandas. Wallerstein acredita que esses grupos - que deveriam agir para enfraquecer o capitalismo – falharam em seus objetivos revolucionários iniciais, uma vez que começam com uma mobilização (seja reformista ou revolucionária) a qual evolui para uma disputa de poder que, na maioria das vezes, sofre uma cooptação em troca de maior participação política. Apesar disso, a atuação desses grupos é de grande importância para as reformulações das desigualdades de classes:

There has been first of all the impact of the initial mobilizations. Many particular movements were total failures, but those that succeeded did so because over a period of time, they were able to create organizational structures of some kind that were able to mobilize their perspectives audiences in three concentric circle of intensity: an inner circle of dedicated cadres, a middle circle of activists, an outer circle of sympathizers. (WALLERSTEIN; 1987, p 106).

Outros autores não são tão radicais à necessidade de ativismo puramente antissistêmicos dentro dos movimentos sociais. Gunder Frank, por exemplo, atribui um caráter transformador aos movimentos pós-1968, os quais conseguiram penetrar no sistema institucional para realizar mudanças importantes. Não acreditava que fosse imprescindível que os movimentos sejam antissistêmicos. “*Alternative environmental and feminist forces are growing, but the more they grow, the more their demand seems to become compatible with the exigencies of capital and the more is their leadership co-opted by or into the political establishment.*” (FRANK, 1982; p. 164). Ao afirmar que a crise do capitalismo nada mais é que uma reconfiguração de forças que irá torna-lo mais forte, o autor ressalta o caráter

reformista dos momentos de crise. Nesse contexto, são expressões de uma crescente frustração popular que veem à tona em resposta às crises sociais. Desse modo, esses movimentos representam a resistências antissistêmica atuando em momentos de reconfiguração do sistema-mundo.

### **Movimentos Autônomos após 1989**

Movimentos pós-1968 chegaram aos anos 1990 perdendo força e poder de mobilização ou então já estavam inseridos num aparato organizacional atrelado à estrutura institucional vigente. Era esse, portanto, o dilema dos movimentos antissistêmicos nos anos 1990: possuíam atuação ampla e diversificada, porém não conseguiam atacar os pontos cruciais que geravam as disputas e opressões do sistema capitalista, *“The key problem for putative antisystemic movements in the 1990's is the search for a new or renewed ideology, that is, a set of strategies that offers some reasonable prospect for fundamental social transformation”* (ARRIGHI 1992; p. 239). Em alguns casos não havia sequer como dizer se o sistema mundo que os movimentos revolucionários estavam buscando incluiria igualdade e liberdades humanas garantidas, ou tratava-se apenas de uma proposta de troca de comando.

Para que houvesse essa perspectiva, foi necessário que os próprios movimentos antissistêmicos se reformulassem internamente, tornando-se mais parecidos com o sistema que desejavam. *“If our objective is not a stratified, commodified world (wich ultimately could dispense entirely with quiritary ownership) but rather an egalitarian, substantively rational world is only beginning now, and is must begin inside and through the antisystemic movements themselves.”*(WALLERSTEIN, 1987, p.145)

A renovação dos movimentos antissistêmicos tornando-se, internamente, mais parecidos com o que propunham – e não com o que combatiam- veio a partir dos anos 1990. Os conceitos de colonialismo e liberação nacional adaptados à nova arquitetura geopolítica, a dependência econômica e a submissão de estados nacionais às instituições multilaterais trouxeram à tona os movimentos antiglobalização, socialistas indígenas/étnicos, entre outros, e, juntamente com eles, as organizações autônomas e independentes. *“Nesse sentido puramente formal, 1990 foi um ano revolucionário: tornou-se claro que as reformas parciais dos Estados comunistas não seriam suficientes, que era necessário uma ruptura global radical para resolver até mesmo problemas parciais.”* (ZIZEK, 2013, p.181)

Os movimentos antissistêmicos assumiram, então, um caráter alterglobalista. Esta categorização foi uma forma de designar os diversos grupos que não estavam em uma categoria claramente definida até então. Sua luta, pautada pela organização em redes,

autonomia e pouca verticalização hierárquica encontrava na globalização um alvo representativo de diversas causas.

A unidade dessas lutas se dava pela oposição à sociedade existente- uma forma específica e comum de oposição: a oposição pautada pela autonomia. As lutas contra a hierarquia, a homofobia, o sexismo, o racismo, o militarismo e a destruição ambiental orientavam-se todas pela ideia de autonomia – da igualdade e respeito às diferenças em todos os níveis e da liberdade entendida como direito à participação direta nas decisões. (ORTELLADO, 2004, p.13):

Esses grupos com proposta de serem horizontais e autônomos obtiveram relativo sucesso em relação à sua expansão. Movimentos importantes deste período trouxeram uma nova forma de organização interna no espírito do lema do levante zapatista “*mandar obedecendo*”. Essa revolta (Zapatista) ocorrida na primeira metade dos anos 1990 em Chiapas, no México, quando insurgentes contra o governo federal criaram municípios autônomos, onde o respeito às diferenças e às tradições, a igualdade de gênero e gestão coletiva dos espaços públicos, tornando-os síntese dessas novas batalhas<sup>4</sup>.

Inspirados pelos zapatistas, surgiram a Ação Global dos Povos e diversos outros movimentos caracterizados por lideranças difusas e descentralizadas. Esses grupos antissistêmicos ganharam espaço e atraíram cada vez mais ativistas e simpatizantes. Grupos organizados em redes passaram a se articular em ações conjuntas e coordenadas para atacar símbolos capitalistas, elegendo como alvo um conjunto de instituições e organizações que representam a ordem a ser contestada.

O protesto antiglobalização que obteve resultados mais expressivos em nível global ocorreu em Seattle (EUA), em 1999. Naquela ocasião, a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi o alvo escolhido por ecologistas, anarquistas, pacifistas, estudantes; entre outros, para chamar atenção para suas causas. Essa ação foi bem sucedida ao interromper as negociações que ocorriam no âmbito daquela instituição. Na ocasião, a atuação de grupos anárquicos black blocs e mídias independentes também foi um fator supressa às autoridades.

O protesto em Seattle foi parte de grande movimento transnacional - conhecido por diversos nomes, entre eles: “Movimento Antiglobalização” ou “Alterglobalização”, ou “Movimento dos Movimentos”- que aproveita cúpulas feitas pela OMC, FMI, G8, e assim por diante. Esse movimento amplo e heterogêneo se expressa através de diversas ações nas ruas. As principais organizações sociais fazem uma passeata unitária supervisionadas por unidades policiais vigorosas. Enquanto isso, diversos grupos militantes conduzem ações violentas. (DUPUIS-DERI, 2014, p. 52)

---

<sup>4</sup> Sobre as revoltas Zapatistas: Gennari, E. EZLN – “Passos de Uma Rebeldia”, in: Pegada, vol. 5, n. 1 e 2, 2004.

Após Seattle ocorreram outras ações de grupos autônomos contra eventos e símbolos capitalistas globais. A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), em fase de debates à época, foi o principal alvo no Brasil.

A propagação dessas organizações culminou com o Fórum Social Mundial (FSM), um evento alterglobalização que, na origem, foi proposto como alternativa ao Fórum Econômico Mundial e congregou de forma horizontal diversos movimentos que a partir dali, poderiam se fortalecer ao articular-se em redes. Durante os anos 2000, a proliferação e o amadurecimento desses grupos e de suas ações ocorreu sem resultados tão expressivos quanto o obtido em Seattle (1999):

A repressão exigiu maior fortalecimento e articulação dos movimentos, cujas táticas e formas de atuação já eram anuladas com mais facilidade e suas mensagens não chegavam amplamente à população, restringindo-se a grupos de ativistas e estudantes. Wallerstein (2002, p.29) apontou alguns aspectos a serem considerados pelos movimentos autônomos que surgiam na esteira do Fórum Social Mundial:

- constant, open debate about the transition and the outcome we hope for. This has never been easy, and the historic anti systemic movements were never very good at it.
- The second component should be self-evident: an anti systemic movement cannot neglect short-term defensive action, including electoral action.
- The third component has to be the establishment of interim, middle range goals that seem to move in the right direction.
- Finally, we need to develop the substantive meaning of our long-term emphasis, which I take to be a world that is relatively democratic and relatively egalitarian.

Reinventar os movimentos antissistêmicos exigiu, portanto, integração entre os movimentos tradicionais e as novas formas de mobilização. Abdicar totalmente dos instrumentos institucionais já constituídos à custa de muitas lutas anteriores seria prejudicial à própria renovação:

However, today we face the end of ‘traditional’ antisystemic movements which used to challenge one form of power as the basis of all other forms of power. The question is not anymore to challenge one form of power or another but to challenge the inequality in the distribution of every form of power, in other words, power relations and structures themselves. It is this collapse of the traditional antisystemic movements which raises the need for a new type of antisystemic movement. (FOTOPOULOS, 2001, p.5)

O cenário tornara-se ambíguo: Militantes mais experientes clamando por uma maior

articulação dos novos movimentos alterglobais contando com uma organização institucionalizada a fim de que suas ações tornem-se mais efetivas, e a nova geração de ativistas que rejeita essas organizações e busca um caminho alternativo.

## **2011 – Movimentos “Occupy”, Indignados e Primavera Árabe**

O ano de 2011 é representativo de uma guinada na forma de atuação dos movimentos autônomos no mundo. Uma onda de protestos antitadoriais atingiu o norte da África, a chamada “Primavera Árabe”, derrubando ditaduras no Egito e Tunísia. Já nos EUA e na Europa, os protestos contra as políticas recessivas deram origem ao Occupy Wall Street, nos EUA, mesma motivação dos Indignados, na Espanha. No Chile, o movimento estudantil realizou ações que repercutiram mundialmente, contra a privatização do sistema educacional.

Comparações logo foram feitas com o ano de 1968 ou mesmo com convulsões ainda mais antigas, como a primavera dos povos de 1848. A rebelião popular voltou à ordem do dia! O pano de fundo objetivo é uma crise social, econômica e financeira que se arrasta desde 2008 e tem como consequências a carestia dos gêneros alimentares e o aumento do desemprego, mas o grande impasse que está presente é a ausência de alternativas políticas organizadas. Os movimentos se manifestam em rebeliões praticamente espontâneas contra as estruturas políticas partidárias e sindicais vigentes. (CARNEIRO, 2012, p.8)

Numa breve caracterização do que foram esses novos movimentos que se disseminaram em 2011, podemos dizer que, no caso dos países árabes, o que houve foi uma indignação contra os regimes autoritários. Na Tunísia, movimento democrático abriu um novo espaço político e culminou com a realização de eleições em 2011. No Egito, a revolução alterou as relações de poder no país, derrubou a ditadura e continuou lutando contra a reencarnação da opressão sob a forma de um regime militar.

Já na Europa e EUA, ocorreram revoltas contra as instituições que provocaram a crise econômica, principalmente os mercados financeiros, enquanto a maior parte da população amargava os efeitos da recessão. Nos EUA, o movimento contra o capital financeiro que, apesar de representar 1% da população, concentra grande parte da riqueza produzida, partiu daqueles que se denominavam como pertencentes à parcela de 99% da população que sofria na pele os efeitos da crise. Do mesmo modo, na Espanha, a imprensa denominou de *Indignados* os manifestantes revoltados contra os banqueiros, que haviam afundado a economia com suas manobras especulativas para receber bônus generosos, enquanto os cidadãos sofriam profundas consequências da crise em seus empregos, salários,



serviços e hipotecas executadas. Na América Latina, essa onda se manifestou na reivindicação estudantil por educação pública e gratuita no Chile - que teve apoio de amplos setores, com greves sindicais que geraram uma mobilização nacional.

Embora não possam ser caracterizados como antissistêmicos, aproximando-se mais propriamente de manifestações e mobilizações populares, os eventos ocorridos 2011 mostraram a nova tendência de indignação e revolta.

O Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e os Indignados não alcançaram tudo o que esperavam. Mas sim conseguiram alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo — para temas como desigualdade, injustiça e descolonização. Pela primeira vez em muito tempo, pessoas comuns passaram a discutir a natureza do sistema no qual vivem. Já não o veem como natural ou inevitável. (WALLERSTEIN, 2011, p.74)

Os eventos da chamada “Primavera Árabe” foram um clássico exemplo de mobilizações sociais com objetivo definido e com uma missão específica a cumprir: a derrubada dos regimes de ditadura e instalação de um regime democrático. Ali estavam setores da sociedade que não necessariamente compartilham ideais em comum porém, naquele momento, estavam juntos em prol de um objetivo que, após atingido, desfez o movimento.

Já as ações dos estudantes chilenos, ao integrar de forma eficiente as novas mobilizações com a organização e direcionamento das forças em objetivos específicos mostrou um caminho interessante a se seguir, realmente ocupando novos espaços no debate sem perder aqueles conquistados em décadas de luta antissistêmica. A integração entre movimentos autônomos articulados em rede, mídias independentes e a influência nos meios tradicionais de representação de classes pode oferecer uma possibilidade de ganhos efetivos em curto prazo, sem abdicar de ambições mais estruturantes.

## **Indignação e Mobilização da Sociedade**

O perfil daqueles que participaram dos eventos de 2011 indica uma indignação de uma parcela da população que estava sofrendo opressões autoritárias ou as mazelas da recessão econômica. Havia, sim, atuação de movimentos sociais, porém a grande massa que compareceu às ruas não constituía grupos organizados, estava expressando sua insatisfação.

Tanto na chamada “Primavera Árabe” quanto nos movimentos de Indignados, destacou-se a presença maciça de jovens desempregados ou com subempregos, os primeiros a sentir na pele qualquer crise econômica mais grave. De acordo com Alves (2012, p.31),

podemos salientar algumas das características dessas novas mobilizações sociais. Primeiro, constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariado (os 99%). No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens, operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro (o denominado "precariado"); incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, profissionais liberais, anarquistas, *hippies*, juventude desencantada, etc

Esses movimentos de indignação, embora sem raízes ou origem antissistêmica, trouxeram algumas contribuições importantes às novas formas de manifestação e protestos, desvinculada de líderes e dos movimentos sociais tradicionalmente de esquerda. Restam, ainda, algumas dúvidas em relação à real efetividade dessas manifestações e quais fatores que podem transformá-las em um movimento genuinamente transformador (ALVES, 2012, p.33):

- Terão os movimentos de indignados capacidade de elaborar em si e para si uma plataforma política mínima capaz de exercitar a hegemonia social e cultural?
- Possibilidade de criar condições efetivas (político-ideológicas) para o surgimento de novas organizações de classe, capazes de traduzir, no plano da institucionalidade democrática, as medidas necessárias para a realização dos anseios dos indignados, sob pena da frustração irremediável?
- Até que ponto movimentos como o Occupy Wall Street e o dos Indignados europeus terão a densidade histórica necessária para derrubar ou pautar governos, refundar ou enterrar partidos, fortalecer ou descartar lideranças?
- Até que ponto seriam eles efetivamente capazes de fazer história numa perspectiva para além do capitalismo que, em si e para si, é incapaz de incorporar as demandas sociais do precariado, tendo em vista a nova fase do capitalismo histórico imerso em contradições sociais intensas?

Entre os ativistas, a preocupação de que se evitasse a cooptação e o esvaziamento da pauta foi crescente. Em discurso na Liberty Plaza, em Nova Iorque, o ativista Slavoj Žižek (2012, p.16) alertava para o esvaziamento das reivindicações:

Há um longo caminho pela frente, e em pouco tempo teremos de enfrentar questões realmente difíceis – questões não sobre aquilo que não queremos, mas sobre aquilo que QUEREMOS. Qual organização social pode substituir o capitalismo vigente? De quais tipos de líderes nós precisamos? As alternativas do século XX obviamente não servem. Da mesma maneira que compramos café sem cafeína, cerveja sem álcool e sorvete sem gordura, eles tentarão transformar isto aqui em um protesto moral inofensivo.

Além da difusão e pulverização das reivindicações, outra questão de extrema relevância foi negação aos mecanismos tradicionais de ação política, essencialmente aqueles onde a atuação via partidos políticos é necessária. Os movimentos sociais tradicionais não estão obtendo a renovação de seus quadros, uma vez que os novos ativistas optam cada vez mais por ações autônomas e independentes, ao mesmo tempo em que a confiança da população em geral em relação às instituições diminui consideravelmente. Wallerstein (2012, p.75), alertava para a fragilidade institucional que é imposta ao se adotar essa postura de indiferença: *Isso não significa que participar de eleições seja uma perda de tempo. É preciso considerar que uma grande parte dos 99% está sofrendo no curto prazo. E esse sofrimento é sua preocupação principal. Agir para minimizar a dor exige participação eleitoral.*

Foi o que ocorreu na Espanha, em 2011. Após as ondas de protestos dos Indignados, a esquerda tradicional e o partido Socialista saíram enfraquecidos e desacreditados como instrumentos de transformação social. As eleições daquele ano apresentaram um alto grau de abstenção dos eleitores progressistas, desiludidos com a política tradicional, ao passo que os partidos conservadores mantiveram a sua votação regular. Como resultado, o conservadorismo ganhou espaço no sistema político organizado após a onda de manifestações:

O voto conservador não foi afetado pelo movimento em função da fidelidade ao partido dos eleitores com essa tendência, assim como de sua desconfiança geral em relação a protestos populares. Na verdade, partidos como o Psoe, cuja legitimidade histórica se baseia na pretensão de representar os trabalhadores e a sociedade civil, e não o empresariado e as elites sociais, dependem da crença de sua base eleitoral de que ainda pode contar com eles. Desde que ficou claro, por meio do protesto do movimento, que o governo socialista estava mais interessado em afiançar os bancos e seguir as instruções de Angela Merkel do que em ajudar os jovens e preservar o bem-estar social, a desafeição política se concentrou nos socialistas. Eles perderam a maior parte do poder institucional de que gozavam em todo o país. Muitos observadores acreditam que vai levar um bom tempo para que eles se recuperem dessa derrota esmagadora – se é que isso vai ocorrer. (CASTELLS, 2012, p.92)

Qual a relação, então, entre as manifestações de junho de 2013 no Brasil e a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, nos EUA, e os Indignados da Espanha, que transformaram as ruas em palcos de protestos majoritariamente compostos por jovens convocados por meio de redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos e organizações que tradicionalmente possuem o papel de convocar as multidões?

Fato concreto é que, no exterior, as manifestações de jovens em 2011, via atos públicos, ocupações e marchas, chegaram a derrubar ditaduras, como na Primavera Árabe, em 2011 (ainda que tenha ocorrido retrocessos, como no Egito em 2013); abalaram governos europeus desestabilizados por crises econômicas e ondas de desemprego, como o Movimento dos Indignados, na

Espanha; ou ainda questionaram o modelo econômico-financeiro vigente, como o Movimento Occupy Wall Street, iniciado em Nova York e que se espalhou pelo mundo. Os manifestantes não têm utopias grandiosas do passado, mas eles têm novas, as do momento presente. (GOHN, 2014b, p. 438)

Fato é que são realidades sociais muito distintas entre esses países. Em alguns que se buscava maior liberdade em regimes autoritários, em outros a democracia já estava enraizada e a busca era por uma menor desigualdade econômica. Na evolução dos movimentos organizados, o que esses eventos representaram foram uma nova forma de manifestação. *São movimentos emocionais e que se unem pela recuperação de uma dignidade que se perdeu. Às vezes eles começam pequenos e parecem que se mobilizam por pouca coisa, mas que funcionam como apenas uma gota a mais em uma indignação que existe em todos os setores sociais, que as pessoas não aguentam mais.* (CASTELLS, 2013, p.4). No caso brasileiro a faísca foi o aumento no preço da passagem do transporte coletivo. Na Primavera Árabe, a autoimolação de um jovem na Tunísia. Na Turquia, a ameaça de destruição de um parque para a construção de um centro comercial. Tal qual visualizado pelo prefeito Haddad (JUDESNEIDER, 2013, p. 224), que assim definiu os eventos ocorridos no Brasil, são resultado “de movimentos de placas tectônicas muito diferentes que, de certa maneira, não tinham relação entre si”. Como um tremor de terra que, possui um epicentro resultado de acúmulo de tensões mas não é possível precisar quando e ocorrerá novamente.

É, portanto, uma nova forma de manifestação que se alastra. E esses atos são incorporados pelos novos movimentos sociais organizados, que usam os eventos como uma ferramenta tão importante quanto a sua carta de princípios. As organizações dos protestos ganharam nova significância e as marchas, táticas de bloqueio, articulações online, manifestações socioculturais, entre outras diversas formas de manifestação que surgem para dar vazão às suas reivindicações ou simplesmente para proporcionar um ato de auto expressão ou autoafirmação da sociedade.

Excetuando-se os aspectos de comunicação e articulação digital, veremos que as manifestações ocorridas no Brasil guardam pouca correlação com os eventos ocorridos em 2011. Há uma ligação maior com o histórico interno dos movimentos sociais brasileiros do que com o contexto internacional de revoltas.

## Mobilizações, Manifestações e Protestos

*Não podemos nos fixar apenas nas palavras de ordem e nos cartazes que circularam durante as manifestações e na forma como foram utilizados pelas diversas mídias para interpretar os protestos. Devemos recuperar o antes e o depois do ato de se manifestar. (SCHERER-WARREN, 2014b, p. 17).*

Há algumas diferenças entre as ações características dos movimentos sociais em relação às mobilizações da sociedade em geral. Sejam, entretanto, mobilizações sociais ou movimentos sociais, é importante destacar o caráter de insatisfação em relação às diferentes reivindicações.

Mobilização social pode ser de grandes dimensões, porém, se distingue claramente de um verdadeiro movimento social, que é algo mais permanente, organizado, que trabalha de maneira constante e planejada, e que delinea explicitamente objetivos não somente imediatos, mas também de médio e, até mesmo, de longo prazo. É claro que um movimento social pode gestar-se em sua origem a partir de uma mobilização social, ou também, um movimento social já consolidado pode em certa conjuntura política convocar diversas mobilizações sociais pontuais e concretas, no entanto, é preciso ter consciência de que se trata de duas expressões distintas de uma mesma e subjacente inconformidade social das classes e setores subalternos da sociedade. (AGUIRRE ROJAS, 2013, p. 7):

Mobilizações sociais, mesmo que possam ser muito vastas e impactantes do ponto de vista de seus efeitos sociais imediatos, não deixam de ser efêmeras e constituídas em torno de um objetivo pontual e igualmente limitado. Como o caso, por exemplo, de uma vasta mobilização contra um ato claramente arbitrário de parte do poder presidencial, ou diante de uma escandalosa fraude eleitoral (ROJAS, 2010, p.4). Ao contrário de movimentos essencialmente antissistêmicos, de caráter permanente e organizado, que projetam explicitamente objetivos não somente imediatos, mas também de médio e até de longo prazo. Se um movimento social pode gestar-se, em sua origem, a partir de uma mobilização social, também é claro que se trata de duas expressões distintas da mesma e subjacente inconformidade da sociedade.

Essa caracterização é, também, dinâmica. Muitos movimentos antissistêmicos nascem de mobilizações sociais e revoltas pontuais, assim como pode ocorrer contrário, e um movimento que nasceu antissistêmico deixar de sê-lo. Aguirre Rojas (2010, p.3) explica que na história dos protestos sociais vemos movimentos que nascem não-antissistêmicos porém, em virtude de sua própria experiência e maturação, transformam-se em sólidos movimentos realmente antissistêmicos. E o inverso também é válido. Movimentos genuinamente

antissistêmicos que, por exemplo, uma vez alcançado e conquistado o poder de governo, mudam radicalmente e tornam-se defensores do *status quo*, ligeiramente modificado. O que naturalmente implica que possam existir também movimentos que em alguma fase do seu desenvolvimento combinem, ao mesmo tempo, certos gestos e posturas revolucionária com outras mais limitadamente reformistas.

Quanto às mobilizações sociais, estas também não são, necessariamente, populares e progressistas. Há manifestações que, embora questionem um regime de opressão e marginalização, não são provenientes de classes que representam a maioria da população. É o caso, por exemplo, do movimento estudantil dos séculos XIX e começo do século XX que, embora progressista, era articulado por uma pequena e privilegiada parcela que tinha acesso à educação universitária; tornando-se, posteriormente, um movimento popular conforme aumentou a o acesso à educação pela população jovem.

### **Movimentos Sociais e as Manifestações Recentes**

A análise dos acontecimentos de Junho de 2013 proposta nesse trabalho requer um olhar atento para os movimentos e segmentos sociais envolvidos nos protestos. A atuação de diversos atores e numa mesma arena faz com que, à primeira vista, a massa de manifestantes seja observada de maneira uniforme. Entretanto, há uma gama imensa de agentes com interesses, objetivos, expectativas e modos de ação distintos.

A agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais voltou a recuperar vigor na academia brasileira, principalmente a partir da segunda metade dos anos 2000. A retomada do tema veio acompanhada de uma diversificação de vertentes teóricas e uma renovação das agendas de pesquisa, com destaque para a importância crescente assumida pela abordagem do confronto político e sua ênfase entre política institucional e contestatória. Ao invés de um foco restrito sobre os movimentos sociais, a abordagem estimula e requer uma análise cuidadosa da interação entre os diferentes atores que tomam parte na cena política contenciosa, em contextos marcados por oportunidades e ameaças à ação coletiva. Sob esse enquadramento mais geral, vem ganhando destaque a análise das relações entre movimentos sociais, estado e a complexidade dos repertórios mobilizados pelos atores no decurso da dinâmica contenciosa. (TABAGIBA, 2014, p. 38)

Será utilizada a tipologia de Scherer-Warren (2014b, p.14), com algumas adaptações à realidade do que ocorreu em junho de 2013 e, a partir desta orientação, mais à frente, uma análise detalhada da atuação de cada movimento nas manifestações.

### **a) Movimentos Sociais Organizados.**

São movimentos que possuem arranjo institucional que visa assegurar a sua continuidade ao longo do tempo, com objetivos políticos definidos e ações estruturadas de modo a atingi-los. Podem ser de caráter antissistêmico ou apenas reformistas. Utilizam-se das manifestações como forma de dar visibilidade às suas bandeiras, mas possuem atuação muito mais ampla e permanente estruturada em diversas esferas da sociedade (SCHERER-WARREN, 2014, p.16). Quatro características constitutivas são relevantes dos movimentos sociais organizados:

- Possuem engajamento organizacional, o qual inclui organizações de base, associações, fóruns e outros eventos onde ocorre a construção dos significados comuns para as lutas na esfera pública.
- Realizam articulações discursivas através de assembleias, fóruns e outros eventos onde são articulados os projetos comuns.
- Traduzem as demandas e ideais em ações de advocacia por direitos para que haja absorção pelas políticas públicas ou para que ocorram as mudanças sociais e sistêmicas.
- Promovem ou participam de manifestações, mas não se reduzem a elas. Buscam nesses eventos um momento de visibilidade para a pauta que constroem em um longo período.

*Exemplos: Movimentos estudantis, sindicais, partidos políticos.*

### **b) Movimentos em Marcha**

Buscam a visibilidade pública a questões específicas, a fim de atrair os cidadãos solidários àquela causa ou tema em debate. A marcha em si possui grande interesse em obter a maior quantidade de participantes para demonstrar a importância do tema e a gama de pessoas que o consideram relevante. Pode ocorrer ocasionalmente ou regularmente, enquanto houver o sentimento de que as questões em relação ao assunto não estão devidamente resolvidas na sociedade. Organizam na maioria das vezes de eventos exclusivos, porém podem integrar-se a outras manifestações como forma de buscar num acontecimento que está atraindo atenção da sociedade a visibilidade para a sua causa. Não possui, entretanto, uma rigidez organizacional permanente que una os manifestantes em ações perenes, além do momento da manifestação.

*Exemplos: Marcha do Orgulho LGBT, Marcha da Maconha, Marcha das Vadias, Grito dos Excluídos, Marcha das Margaridas.*

### **c) Indignados**

Possuem, geralmente, reivindicações conjunturais em comum, embora constituam um grupo heterogêneo politicamente. Aglomeram-se cidadãos com ou sem atuação política rotineira, atraídos por uma insatisfação comum. Esse tipo de manifestação possui algum apelo aos movimentos organizados em geral e podem atrair alguns ativistas que vêem naquele momento de indignação uma oportunidade para expor o seu ponto de vista e alternativas à insatisfação.

Os protestos de indignados são comumente iniciados por um fato de grande repercussão, que pode ser um acontecimento pontual e localizado, como uma ação desproporcional da polícia ou a morte de um ciclista, mas pode ser também um evento de ordem nacional, como um escândalo de corrupção envolvendo um chefe de estado. Sua articulação é informal e baseada em convocações gerais que possuem um efeito contágio que aglutina aqueles que concordam com a revolta sem, necessariamente, constituir-se um movimento com líderes e pautas a serem discutidas por interlocutores diretos. Seu efeito, entretanto, é concreto e muitas vezes mobiliza os agentes públicos a tomar decisões a fim de reparar o ato ou acontecimento que causou a revolta. Atualmente, as manifestações de Indignados ganharam um grande potencial de organização através das redes sociais digitais. As principais características (ALVES, 2012, p.33) desses grupos de indignação são:

- Trata-se do denso e vasto continente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletariedade.
- São grupos pacíficos que recusam a adoção de táticas violentas e ilegais evitando, desse modo, a criminalização.
- Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias num cenário de crise social ampliada.
- São manifestos sociais capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos de contestação.
- Expõem com notável capacidade de comunicação e visibilidade.

*Exemplos: Indignados da Espanha, Occupy Wall Street; Occupy Hong Kong*



#### **d) Manifestações-Bloqueio**

Vistas algumas vezes como uma “tática de ação nas ruas” e em outras como “puro vandalismo”, as manifestações bloqueio são uma vertente relativamente recente e complexa de ação política. Sua atuação pode ocorrer em solidariedade a outros movimentos em atos de protestos onde a repressão e o uso da força são utilizados. A maioria dos grupos sociais organizados reconhece a atuação desses grupos de forma colaborativa com as manifestações, porém sem vínculo com os ativistas. Já o grupo dos “Indignados” repudia a utilização dessa tática e a presença desses ativistas, a fim de evitar a ocorrência de confronto direto em seus atos.

O grupo que ganhou mais destaque em 2013 com esse tipo de ação foram os “black-blocs”, o qual atua principalmente em manifestações anticapitalistas. Sobre a organização e atuação esses grupos possuem, em sua essência, alto nível de politização de seus componentes e alvos concretos que simbolizem a ideologia à qual o grupo é contrário. Dupuis-Dèri (2013, p.22) ressalta que todos os homens e mulheres que conhece que participaram dos black blocs são ativistas, alguns muito experientes. Eles ficaram um tanto desiludidos porque chegaram à conclusão de que os métodos pacíficos são muito limitados e jogam a favor dos poderes no comando. Então, para deixarem de serem vítimas, eles acharam melhor usar a violência.

Esse tipo de ação muitas vezes é alvo de severas críticas tanto do poder público, pela sua tática corpo a corpo, quanto de alguns movimentos que temem que a sua causa seja deslegitimada pela ação desses grupos. Muitas vezes, é verdade, há sabotagens realizadas pela repressão às ações de desobediência civil, que, infiltrada no contingente de manifestantes, pratica atos a fim de desqualificar a ação dos black blocs ou outros grupos de bloqueio.

Outra forma semelhante de ação que pode ser enquadrada nesse grupo são as ações de bloqueio digitais, como o Anonymous, que agem através ações de anarquia digital contra símbolos e instituições essencialmente capitalistas atingindo, também, tanto órgãos de governo quanto partidos políticos. O ativismo hacker pode ser definido (MACHADO, 2013, p.18) como o uso de ferramentas digitais tendo em vista fins políticos, que não raro são logrados de maneiras especialmente transgressivas e/ou destrutivas. Ou, de forma mais ampla, trata-se da junção, por um lado, das ferramentas e conhecimentos técnicos encontrados no hacking e, por outro, de uma forma especial de ativismo político.

*Exemplos: black blocs, Anonymous, Anarcopunks*

### e) Ação-Manifesto Sociocultural

As manifestações de grupos que visam a contestação de valores culturais vigentes, sem articulação política ou estrutura organizacional, são cada vez mais comuns principalmente nos centros urbanos. Reivindicam maior espaço e visibilidade ou agem para que ocorra mudanças no padrão comportamental socialmente aceito. Algumas vezes, trata-se de ato de auto-expressão (coletivo ou individual), que visa tão somente ocupar um espaço que tradicionalmente não é frequentado por aquele segmento social.

Esse tipo de intervenção já foi visto como uma forma de alienação, uma forma de desvirtuar as causas políticas, principalmente entre os grupos extremos de esquerda. Movimentos hippies, musicais e de contracultura foram, durante muito tempo, segregados do ativismo político mais radical, realidade que começou a mudar ao final dos anos 1960. Ortellado (2004; p. 23) conclui que *em certo sentido, a contracultura dos anos 1960 e 1970 forjou uma nova forma de política, em que a reivindicação e a auto expressão não se anulavam, como queriam os críticos, mas reforçavam uma à outra. Apesar disso, política e auto expressão muitas vezes não se sintonizavam criando tensões e antagonismos constantes.* Hoje, a sua integração às manifestações políticas convocadas pelos movimentos sociais é cada vez maior. A agindo de forma lúdica, acabam atraindo mais atenção da sociedade do que os ativistas que organizaram efetivamente o protesto de rua. Mais recentemente, principalmente após a difusão dos movimentos autônomos, a “auto expressão” foi incorporada às assembleias e atos de protesto como uma vertente do ativismo político dos movimentos:

Nem sempre a auto expressão se chocava com os objetivos e exigência da política. Uma das características marcantes desse movimento foi justamente dar espaço e lugar para formas de manifestação inovadoras que muitas vezes prestaram contribuições inestimáveis à divulgação dos ideais libertários. Havia um esforço genuíno para criar manifestações que, a um só tempo, causassem o impacto desejado e abrissem espaço para a auto expressão dos indivíduos. Experimentamos diversas táticas e estratégias, desde tortadas buscando desmoralizar autoridades públicas e militares, a teatro de rua e variantes mais criativas de bloqueio e ocupações. Algumas delas foram bem sucedidas, outras nem tanto.” (ORTELLADO, 2004; p. 25)

Os manifestos culturais tanto podem surgir de forma independente às manifestações políticas e serem incorporados como um alerta à determinada segregação social, como foi o caso dos rolezinhos dos adolescentes, ou podem nascer de um movimento político tradicional que o convoca para atrair uma parcela da sociedade que não está engajada no ativismo permanente, vislumbrando um espaço para discutir alguns temas comportamentais específicos.

*Exemplos: Rolezinhos, Izoporção, Boicotes coletivos e individuais.*

## Capítulo 2

*En general, los análisis han pecado de excesiva generalización y en ocasiones han atribuido un papel casi mágico a las “redes sociales” para activar a millones de persona: “La juventud, conectada en las redes sociales y con los dedos ágiles en sus celulares, ha salido a las calles a protestar en diversas regiones del mundo”, dijo el ex presidente Luiz Inacio Lula da Silva (Da Silva, 2013). “Fuera de las redes sociales, no hay nada que esté organizando la sociedad”, señaló el destacado intelectual Luiz Werneck Vianna (Vianna, 2013: 9). En otros se vincula una nueva clase media con la “revolución 2.0” y se sostiene que las luchas de junio en Brasil forman un todo con la primavera árabe y los indignados. (ZIBECHI, 2013, p.17).*

### Junho de 2013 – Análise da Conjuntura

Analisar um evento que teve dimensão nacional, envolveu diretamente milhões de pessoas e grupos de objetivos e origens tão distintos, como foram os eventos de Junho de 2013 no Brasil, requer, primeiramente, reconhecer que não há uma visão única e genérica sobre estes acontecimentos. São passíveis vários recortes em torno de seus inúmeros aspectos: Político- Institucional, Socioeconômico, Midiático, Urbano, Tecnológico, entre outros muitos possíveis. Abordar os aspectos antissistêmicos e relacionados aos movimentos sociais é um desses recortes. Para fazê-lo, primeiramente, é útil destacar os aspectos dessa abordagem que buscará não generalizar os comportamentos.

O grande problema dessas visões e abordagens é o fato de considerarem os jovens e as manifestações como um todo, um bloco homogêneo. Não se consideram as diferenças internas, a diversidade de perfis de seus componentes, os matizes ideológicos. Fazem uma leitura com os óculos de uma dada abordagem e, como não encontram os elementos dessa abordagem nas manifestações, descaracterizam-nas. Não querem ver ou não aceitam que elas têm outros pressupostos, outros referenciais. (GOHN, 2014, p437)

Primeiramente, limitá-lo a uma revolta dos jovens que saíram às ruas revoltados, com seus cartazes, celulares e perfis em redes sociais à mão, não reflete um evento que, somente entre os movimentos sociais, contou com a influência de tantas organizações, como o MPL, Mídia NINJA, Fora do Eixo (FdE); além de setores de partidos políticos como as juventudes do Psol, PSTU, PCO e PT; entidades estudantis, embora com pouca força, como o Rizoma e o JUNTOS!, movimentos urbanos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), sem deixar de mencionar as atenções despertadas pelos movimentos anárquicos e táticas de protesto, como os black blocs, anonymous, e anarcopunks.

Toda essa variedade de movimentos atuando cada um à sua maneira e com objetivos próprios – algumas vezes conflitantes, outras não – juntamente com milhares de cidadãos

indignados e não organizados, envoltos à repressão policial e um grande aparato de cobertura midiática são fatores que, por si, impedem qualquer tipo de generalização dos acontecimentos. Situa-lo no contexto histórico e na evolução recente dos protestos de rua no Brasil é requisito básico para fazer uma análise que não se atenha aos aspectos momentâneos.

### **Ciclos de Protesto Recentes no Brasil**

Três momentos da história recente de manifestações de rua no Brasil (GOHN, 2014b p. 431) servem de parâmetro em relação à relevância e amplitude para comparar com os eventos de Junho de 2013: em 1992, no *impeachment* do ex-presidente Collor de Melo; em 1984, no movimento Diretas Já, na luta pelo retorno à democracia; e nos anos de 1960, nas greves e paralizações pré-golpe militar de 1964.

Além do grande número de manifestantes, contudo, há pouca similaridade entre esses atos quando colocamos a lupa sobre os protestos quanto à sua organização e aos movimentos que deles participaram. São ciclos de protestos muito distintos, principalmente se olharmos as manifestações de Junho de 2013 em comparação aos anteriores. Para entender a diferença entre esses ciclos de protestos, definidos por Tarrow (2011, p. 195), *como uma fase de intensificação dos conflitos, no qual um conjunto diversificado de atores toma parte em manifestações públicas coletivas em ritmo e intensidade superiores ao verificado regularmente, difundindo-se rapidamente dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados*, analisaremos mais atentamente três aspectos relevantes dos últimos grandes ciclos (Protestos de Junho/2013; Fora Collor, Diretas Já!): Pauta Principal, Organizadores/Infraestrutura e Modelos de Confrontação.

Em Junho de 2013, o estopim das reivindicações foi a revogação do aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, pauta principal do MPL naquele ano. Apesar de, entre os três casos aqui descritos, ser a reivindicação mais pontual tanto quanto seu impacto geográfico quanto ao movimento social que a conduziu, foi a manifestação que, ao romper a barreira entre os setores mais mobilizados e aqueles menos articulados, ganhou maior amplitude e diversificação, até chegar ao ponto em que milhões de indignados saíram às ruas com reivindicações quase que individuais. Entre as demandas mais emblemáticas podemos citar a questão da mobilidade urbana e políticas de inclusão e melhorias do transporte público, a rejeição aos gastos realizados nos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas 2016), o repúdio à repressão violenta e em favor da ocupação de espaços públicos, uma gama de Projetos de Lei em tramitação no Legislativo, a cobrança por mais moralidade e ética na política e muitas outras. Nos eventos das *Diretas Já!* e *Fora Collor*, contudo, foram pautas

nacionais que conseguiram unir as ações em torno de apenas dois slogans: “*Quero Votar Para Presidente*” e “*Fora Collor!*”. Houve, evidentemente, demandas secundárias, como o direito à livre expressão e por mais ética na política, porém o objetivo principal de cada um desses ciclos de protestos marcou claramente estes eventos do início ao fim.

O Segundo diferencial relevante refere-se aos organizadores e infraestrutura das mobilizações. No caso das *Diretas Já!* e *Fora Collor* os partidos políticos e as centrais sindicais estavam diretamente ligados à condução e liderança dos eventos; além de associações tradicionais como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), UNE (União Nacional dos Estudantes), a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), entre outras. Essas entidades foram essenciais na mobilização de recursos humanos e logísticos: *Os comitês, que reuniam partidos de oposição, membros do grupo pró diretas, além de associações e entidades sociais diversas, constituíram-se, em grande medida apropriando-se do aparato organizacional existente e transformando-o em estrutura de mobilização* (BERTONCELO, 2009, p. 191). No caso do impeachment do ex-presidente Collor, a mobilização foi centralizada em partidos e entidades de oposição ao governo: *Para evitar um caráter eleitoral aos atos, líderes oposicionistas propuseram que apenas os presidentes dos partidos discursassem. Também foi decidido que os partidos da frente reservariam um espaço em seus programas eleitorais para a campanha pró-impeachment* (TABAGIBA, 2014, p.46). Quando olhamos, porém, para os eventos de 2013, não é possível identificar um “Patrocinador” da causa. O MPL, principal movimento diretamente ligado com os protestos, define-se como um movimento “horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário<sup>5</sup>”, sem presidentes, dirigentes ou secretários, onde ninguém pode falar em nome do movimento sem aval. O deputado Chico Alencar, por exemplo, chegou a afirmar que “*Pela primeira vez em quase meio século de presença em manifestações de rua – desde 1966 (contra a ditadura) – vi tamanha multidão sem carro de som, sem coordenação explícita, sem lideranças personalizadas.*” (ALENCAR, p.1, 2013). Isso sem mencionar os diversos movimentos de mídia, anárquicos, socioculturais e cidadãos transitando no mesmo espaço.

Militantes de partidos políticos participaram dos atos sem fazê-lo de forma partidária, abdicando de símbolos e indumentárias que os relacionasse a organizações políticas a fim de evitar retaliações. O que se viu, contudo, nos ciclos de protestos *Diretas Já!* e *Fora Collor* foi o modelo “Palanque-Comício-Ato Cívico”. Nas *Diretas Já!* os atos encerravam-se em grandes comícios, com a presença de lideranças políticas, artistas e intelectuais:

---

<sup>5</sup> Carta de Princípios do MPL: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>. Acesso em 15/11/2015

No palanque repetiram-se cenas com as quais o país já se acostumara: artistas enviando as mensagens e cantando canções pelas Diretas, o locutor Osmar Santos comandando o microfone, a cantora Fafá de Belém soltando uma pomba branca. Terminados os discursos, as autoridades nos palanques deram-se as mãos e as ergueram, enfatizando a unidade do movimento, e entoaram o Hino Nacional com a Sinfônica, o Maestro e a Multidão. (RODRIGUES, 2003, p. 83)

No movimento *Fora Collor* não foi diferente, porem contava com a presença majoritária de movimentos estudantis e partidos de esquerda. Na campanha pelo *impeachment* destacavam-se jovens e suas caras pintadas de verde e amarelo. Passeatas, seguidas de comício, compunham as principais estratégias de confrontação. Bem diferente do que se viu em Junho de 2013, quando os protestos, em sua evolução, poderiam enveredar tanto para um ato pacífico em frente a um prédio representativo do poder público, como foi a ocupação da marquise do Congresso Nacional e de outros prédios governamentais pelo país, quanto para uma batalha campal envolvendo manifestantes, polícia, grupos políticos anárquicos, vândalos e saqueadores, com destruição de símbolos públicos e privados.

Evento	Pauta Principal	Pautas Secundárias	Lideranças/Organizadores	Confrontação
Diretas Já!	Eleições Diretas para Presidente	Liberdade de expressão/Afirmação Política	Comitês Pró-Diretas: Partidos Políticos, Sindicatos, Órgãos de Classe	Passeatas / Comícios /Atos Cívicos
Fora Collor	Impeachment do Presidente	Ética na Política	Frente Pró Impeachment: Partidos Políticos, Sindicatos, Entidades Estudantis	Passeatas/Atos Cívicos
Junho de 2013	Revogação do aumento da tarifa do transporte público	Moralidade na Política, Gastos Públicos em Megaeventos, Mobilidade Urbana, Propostas em discussão no Legislativo, Ocupação de Espaços Públicos, Melhores Serviços Públicos	MPL, Movimentos Autônomos, Movimentos estudantis, Convocações via redes sociais	Passeatas / Fechamento de vias públicas em horários críticos / Ataques a símbolos públicos e privados / Confronto Direto/ Manifestações Socioculturais

*Elaboração: Autor*

Os eventos de 2013 devem ser compreendidos a partir da evolução da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos ao longo das últimas duas décadas. *O vínculo entre a mobilização coletiva e a política institucional é a chave para a compreensão dos ciclos de protestos. As dinâmicas dos ciclos são influenciadas pelos padrões de interação entre movimentos sociais e*

*Estado no decorrer do jogo político rotineiro no qual os organizadores buscam influenciar as instituições*” (TABAGIBA, 2014, p. 57). No caso das *Diretas Já!* e *Fora Collor*, os protestos tiveram por objetivo influenciar a opinião dos parlamentares para aprovar a emenda “*Dante de Oliveira*” e acolher o pedido de impeachment, respectivamente. Já os protestos de 2013 surgiram de uma tática de pressão e intimidação do poder público surgida da evolução dos movimentos autônomos nos últimos anos. Não havia, naqueles atos, busca por negociação ou debates de ordem institucional acerca do preço das tarifas. As ações se deram de forma a sufocar os governantes ao máximo e forçá-los a tomar uma atitude a respeito do tema.

Este posicionamento vem confrontar a ordem institucional estabelecida de negociação, pois, mesmo que uma reivindicação não esteja em pauta, ela pode, de forma repentina, tornar-se o tema central da política do país, sem a intermediação dos agentes políticos. Nas palavras de ABBERS <sup>6</sup>(2013).

This invigorated younger generation of activist has few commitments to the institutional Project that dominated the Brazil left of the 1990’s. For several decades. A good part of institution building in this country has been done with the help of activists committed to an ideal of participatory democracy that they believed could be made real through the construction of new kinds of government institutions . It is unclear whether a new generation will carry that project forward. Certainly, the organized groups involved in the June protests are much less optimistic than their predecessors about the possibility of building a more radical democracy from within the political system.

O que ocorreu, portanto, nos protestos de Junho de 2013 resultou da atuação dos diversos novos movimentos que lá estavam, com uma forma inovadora de pressionar os agentes públicos, expressar suas demandas e fazer-se ouvir pela sociedade, sem passar pelo rito institucionalizado já consagrado. Entre os vários segmentos presentes nas manifestações, aquele que mais se assemelhou à configuração dos ciclos de protestos anteriores (Passeata-Ato Cívico) foi a grande massa de indignados que tomou conta dos protestos em seu período final. Essa parcela, como veremos mais adiante, não foi formada por ativistas regulares e suas demandas foram majoritariamente direcionadas aos meios da participação política já institucionalizados.

Esse caráter inédito dos acontecimentos de Junho/2013 abriu margem a interpretações que o colocaram num universo paralelo, como sendo um “raio num céu azul” ou algo inovador, inesperado e espontâneo. Este outro extremo também é equivocado, pois analisa os atos de forma isolada e fora do contexto de atuação e aprendizado dos movimentos

---

<sup>6</sup> Organized Civil Society, Participatory Institutions and the June Protests in Brazil. Disponível em : <<https://mobilizingideas.wordpress.com/2013/08/06/organized-civil-society-participatory-institutions-and-the-june-protests-in-brazil/>>

sociais. A grande quantidade de indignados colaborou para essa percepção ao levantar lemas como “O gigante acordou”, o que não deixa de ser verdade quanto a esse imenso grupo que participava de um ato político pela primeira vez. Entretanto, os movimentos estruturados que atuaram ativamente nos protestos não estavam dormindo nos últimos anos e contavam com um histórico significativo de lutas nos anos anteriores. O Movimento Passe Livre, por exemplo, que fora criado numa plenária do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005, já realizava atos pela tarifa zero há pelo menos dez anos via redes e coletivos distribuídos pelo país, como a Revolta do Buzu (Salvador, 2003)<sup>7</sup> e a Revolta da Catraca (Florianópolis, 2004).

Desconstruir o discurso do inesperado requer atenção especial ao contexto social, econômico, cultural e político que precede as manifestações em rede por dois motivos. Primeiro porque, no nosso entender, não há surpresas nos protestos, há sim cegueiras políticas e acima de tudo uma incapacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos. E, segundo, porque a história tem ensinado que a insatisfação generalizada não se origina em pequenos incidentes, mas num longo processo acumulativo de descontentamento. (CARDOSO, 2013, p. 152)

Houve uma continuidade dos movimentos que estavam “pipocando” pelo país, se aglutinaram a partir de uma causa (aumento das passagens de ônibus) e encontraram na repressão policial desproporcional e na defesa do direito à livre manifestação um ponto em comum que colocou as diversas reivindicações na mesma arena de lutas. Zibechi (2013, p. 29) sintetiza claramente essa diferença entre espontaneidade e massificação dos movimentos de luta:

No hubo espontaneidad sino masificación de movimientos. Desde 2003 cada vez que hubo un aumento del precio del pasaje se realizaron manifestaciones, concentraciones, bloqueos de avenidas y calles, destrucción de molinetes, ruptura de autobuses y ocupaciones de terminales de transporte. Hubo incluso grandes revueltas, como las de Salvador en 2003 y Florianópolis en 2004 y 2005. Ese conjunto impresionante de acciones de calle convocadas por el MPL durante ocho años, legitimó la protesta y la rebelión contra los aumentos y estableció la costumbre de movilizarse ante los precios abusivos del transporte, los más caros del mundo<sup>4</sup>. En la conciencia de muchos jóvenes y de habitantes de las grandes ciudades se instaló el binomio aumento-protesta. (ZIBECHI, 2013 p. 29)

Em junho de 2013 ocorreu uma aglutinação dos modernos movimentos sociais que, até então, atuavam em atos de forma isolada. A surpresa entre movimentos tradicionais foi a grande capacidade de “massificação” e mobilização que ocorreu de forma muito rápida, fato que não acontecia com os protestos e atos convocados pelos sindicatos, partidos e entidades

---

<sup>7</sup> Para informações detalhadas sobre a Revolta do Buzu, acesse relato dos acontecimentos que marcaram os atos em Salvador no ano de 2003: Teses Sobre a Revolta do Buzu - Passapalavra <<http://www.passapalavra.info/2011/09/46384>>



estudantis há muito tempo. Sob esse olhar, os protestos também estabeleceram um campo de aprendizado de novos repertórios de confrontação política.

### **Os Movimentos de Junho de 2013**

Antes de partir para a análise minuciosa dos fatos, é importante discorrer um pouco sobre aqueles que estavam atuantes nas manifestações, seus principais objetivos e histórico recente de lutas. O grande leque de movimentos sejam eles tradicionais, autônomos, coletivos, anárquicos, de mídia ou culturais que estiveram presentes nos atos foi o que o tornou um episódio único.

Pergunta-se, como foi possível a participantes tão diversos o compartilhamento simultâneo da mesma “rua”, em diversas cidades, ainda que, muitas vezes, os encontros grupais não fossem isentos de conflitos e até, de alguma forma, de violência simbólica e física. O compartilhamento da rua se dava porque tinha como referência uma subjetivação mais ampla: no primeiro momento, a do direito às vozes da cidadania nos espaços públicos, com o que todos concordavam. Todavia os conflitos entre grupos de manifestantes ocorriam, porque o sentido mais profundo de suas opções políticas produzia contradições, conforme foi interpretado por um dos grupos: “no movimento, havia os mais radicais e libertários, os partidários, os apartidários democráticos e os antipartidários, compreendendo o leque que vai dos fascistas aos anarquistas, com a diferença que não se assemelham em nada”. (SHERER-WARREN, 2014, p. 425)

Não será apresentado, a seguir, um dossiê completo sobre esses movimentos que, recentes ou não, merecem estudos exclusivos. Entretanto, não é possível analisar os acontecimentos de junho de 2013 sem ter em mente o que fazia, quais seus precedentes e quem compunha cada grupo. Uma apresentação breve de características que marcam a interação dos agentes nos protestos. É importante esclarecer como cada movimento trabalha a interlocução com as instituições estabelecidas na sociedade, principalmente em relação às suas reivindicações, negociação com o poder público, mídia e com a sociedade em geral. Os movimentos atuaram mais incisivamente nos protestos na cidade de São Paulo, conforme será demonstrado no capítulo 3 deste trabalho, foram:

#### **Movimentos Autônomos/Coletivos:**

MPL, Fora do Eixo/Mídia Ninja

#### **Tradicionais:**

Partidários: Juventude do PT, Psol, PSTU e PCO

Movimentos Sociais: MTST

Estudantis: Rizoma, Juntos!, UNE

Sindicatos: Sindicato dos Metroviários de São Paulo

## **Anarquistas/Bloqueio**

Black Blocs, Anonymous, Anarcopunks

## **Movimentos Autônomos / Coletivos**

### **Movimento Passe Livre (MPL)**

O MPL é, dentre os grupos mais atuantes nos eventos de Junho de 2013, aquele mais representativo da evolução dos movimentos antissistêmicos nas últimas décadas. Fundado a partir de uma plenária realizada no Fórum Social Mundial (FSM), em 2005, o movimento reflete as experiências recentes de lutas pela universalização do transporte público ocorridas em Salvador (2003), conhecida como a revolta do Buzu, e em Florianópolis (2004), quando uma organização de frente ampla (Campanha pelo Passe Livre – CPL) liderada por jovens consegue derrubar o reajuste das tarifas do transporte público naquele ano. Na fundação do MPL estavam presentes, basicamente, três correntes do pensamento e organização juvenil da esquerda à época (ORTELLADO, 2014, p. 12): jovens ligados ao trotskismo dissidentes de organizações tradicionais de esquerda; ativistas com formação anarquista articulados em torno dos movimentos antiglobalização dos anos 1990, e grupos de oposição às entidades estudantis tradicionais.

Ao longo desses quase dez anos de luta, o movimento espalhou sua atuação pelo país através de coletivos descentralizados e autônomos, fortalecendo sua pauta na questão da mobilidade urbana como um grave sintoma de um arranjo sistêmico perverso: *“O transporte coletivo é, ao mesmo tempo, a primeira etapa da venda da força de trabalho que, por impiedosa necessidade, desloca-se todos os dias para os locais de produção e venda de mercadorias e oferta de serviços. (...) Deve ser pensado como um direito social fundamental, de interesse público coletivo.”* (ORTELLADO, 2014, p. 16). Em sua carta de princípios o MPL afirma as suas bases:

**Horizontalidade:** O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc.

**Autonomia:** O MPL se constitui através de um pacto federativo, isto é, uma aliança em que as partes obrigam-se recíproca e igualmente e na qual os movimentos nas cidades mantêm a sua autonomia diante do movimento em nível federal, ou seja, um pacto no qual é respeitada a autonomia local de organização.

**Comunicação:** O MPL utiliza mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa é cauteloso,

entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.

**Perspectivas Estratégicas:** A via parlamentar é sustentáculo do MPL, ao contrário, a força deve vir das ruas, constituindo reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local.

A pauta principal do MPL (Tarifa Zero) não é, portanto, uma reivindicação restrita ao tema de mobilidade urbana. É uma causa sintomática que atinge uma questão social mais ampla. *“Sin embargo, el MPL no es sólo un colectivo que expresa la cultura juvenil alternativa o rebelde y las culturas de los habitantes de las periferias, es “una organización con principios y con perspectivas estratégicas” (ZIBECHI, 2013, p. 24)*

Uma característica importante do MPL que pôde ser observada nos eventos de Junho/2013 é que a sua independência em relação a outros movimentos e partidos se dá no âmbito de suas reivindicações, organização, financiamento e modos de ação. Entretanto, é um movimento que relaciona-se com seus pares em momentos de confluência de objetivos. O MPL não veio do nada, é um movimento de esquerda que ao longo de sua existência relacionou-se com MTST e outros movimentos urbanos. Se, em parte, representa ruptura com algumas características institucionalizadas da democracia formal, por outro lado também se constitui como a continuidade das tradições da luta de esquerda transformadora da sociedade (JUDESNEIDER, 2013, p. 19). Sem abrir mão do seu objetivo principal, a tarifa zero, ou permitir que ele seja relevado face a outras medidas paliativas, o MPL, como será demonstrado em suas atuações nos protestos, dialoga com os outros agentes que o circundam na arena de lutas e passa por um processo de aprendizado e aperfeiçoamento organizacional. Os atos de 2013 foram um passo que está intimamente ligado às suas lutas anteriores:

A campanha de 2011 havia durado dois meses e não foi capaz de pressionar o poder público a revogar o aumento da tarifa. A avaliação do movimento foi que faltara mobilização, os intervalos entre os atos haviam sido grandes demais e nem sempre as vias mais importantes haviam sido interditadas. A estratégia para 2013 era de realizar atos grandes e de maior impacto, em vias centrais, e com curto intervalo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público fazendo jus ao lema do MPL: *“Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar.”* (JUDESNEIDER, 2013, p.26)

O principal movimento atuante nos protestos de Junho de 2013 foi o MPL: *ha sido el disparador de las masivas manifestaciones de junio, al descargarse contra sus convocatorias una brutal represión policial que enervó a la población, y es uno de los más sólidos representantes de la nueva cultura política* (ZIBECHI, 2013 p. 17). Pautou a rota dos protestos, as datas, e influenciou na nacionalização dos atos através de seus coletivos espalhados pelo país. Suas ações, que serão estudadas com maior detalhe mais a frente, foram o fio condutor desse evento que tomou proporções que nem mesmo o MPL esperava.

### **Centro de Mídia Independente – CMI**

O Centro de Mídia Independente – CMI – é uma rede de produtores de informação que nasceu a partir de atos do movimento antiglobalização. Sua raiz remonta à evolução dos movimentos autônomos. O projeto inicial nasceu da necessidade de cobertura independente dos protestos contra a OMC em Seattle (1999), quando foi disponibilizada uma plataforma (IndyMedia, em sua versão internacional) online para que a mídia alternativa e os manifestantes tivessem à disposição um meio de publicar os fatos independentemente da mediação da mídia tradicional.

Com raízes anticapitalistas, o movimento chegou ao Brasil pouco depois dos eventos em Seattle, e tornou-se uma plataforma de resistência antiglobalização. Esteve presente nos principais protestos contra a Alca, atuante na Ação Global dos Povos e nos eventos do Fórum Social Mundial, sendo também um dos responsáveis pelo fortalecimento do Movimento Passe Livre, que utilizou-se da plataforma para disseminar sua causa e dar publicidade às revoltas contra as tarifas do transporte público

O posicionamento de mídia dos novos movimentos autônomos de hoje é largamente inspirado no CMI que, por sua vez, tem ligação com o espírito Zapatista. O uso de formas alternativas de comunicação era usado desde a revolta mexicana. A fagulha ideológica veio do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), grupo mexicano que lutava contra o neoliberalismo e defende a democracia direta. *O subcomandante Marcos, porta-voz do EZLN, divulgou a defesa que tais manifestações deviam ter sua própria mídia — e foi isso que inspirou a criação de um site, ainda rudimentar, que servisse para os manifestantes do movimento antiglobalização noticiarem suas lutas* (JURIS, 2005, p. 195). Em torno da causa zapatista construiu-se, descentralizada e sem hierarquias formais, uma rede solidária transnacional de ativistas que utilizou os recursos disponíveis na internet, sobretudo o correio eletrônico e páginas rudimentares da web, para publicitar informações sobre o levante.

A inspiração zapatista explica o descolamento das ações destes grupos em relação a respostas institucionalizadas. Os principais movimentos antissistêmicos que atuaram nos protestos de 2013 não buscavam inserir suas propostas em rodadas de negociação ou projetos do legislativo. A estratégia “da rua para a rua” criou um ambiente de asfixia do poder público que, em certa medida, sentiu-se obrigado a tomar uma atitude em relação ao tema. Os zapatistas criaram, no México, municipalidades autônomas que, apesar de estarem inseridas numa sociedade capitalista, opõe-se a ela. No meio do entusiasmo generalizado que a experiência zapatista despertou, alguns ativistas começaram a pensar que suas experiências concretas de práticas sociais autônomas como as rádios livres, as ocupações, os centros sociais autogeridos e as cooperativas poderiam ser uma espécie de equivalente urbano da experiência Zapatista.

### **Mídia NINJA / Fora do Eixo (FdE)**

A produção de informações próprias surgiu como uma forma de “autodefesa” dos movimentos antissistêmico, *“Seja pelo editor, seja pela lógica industrial de produção da notícia ou simplesmente pela natureza capitalista da organização jornalística, o fato era que a relação com a mídia sempre foi difícil. Era preciso por um lado, combatê-la, mas também não se podia prescindir dela. Ou haveria alguma dúvida de que uma manifestação que simplesmente não aparecesse nos jornais perderia repercussão política?”* (ORTELLADO, 2003 p. 28).

O que era um braço de comunicação das organizações sociais virou um segmento específico e, posteriormente, um novo tipo de movimento social amplo e diverso. O movimento de mídia que ganhou maior notoriedade nos protestos de 2013 foi a Mídia NINJA (acrônimo de Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). Sua atuação colocou a questão da divulgação dos fatos como uma das frentes onde ocorreram embates ideológicos naquele momento. O perfil deste grupo, como será visto mais adiante, não é antissistêmico e não pode ser confundido com tal. Entretanto, à parte das polêmicas sobre como o grupo se organiza, seus princípios de atuação e como ele os aplica internamente, será importante caracterizá-lo brevemente pois teve papel relevante nos acontecimentos.

Criado em 2012 a partir da rede de grupos Fora do Eixo, que existe desde 2006, a Mídia NINJA ganhou projeção nacional em junho de 2013. Para compreender melhor a sua atuação é necessária, primeiramente, uma análise do grupo Fora do Eixo, coletivo cultural que ampara e é a base de sustentação da Mídia NINJA.

O Fora do Eixo define-se como uma rede colaborativa de coletivos de cultura, pautados em conceitos de Economia Solidária, Tecnologia Social e compartilhamentos livres de conhecimentos (SAVAZONI, 2014, p. 229). A rede se caracteriza como movimento social e circuito cultural, sendo que o primeiro tem como foco o desenvolvimento das redes temáticas, através de práticas de articulação de diversos parceiros e redes. O segundo tem como foco o fortalecimento das redes produtoras enquanto Arranjos Coletivos Locais autônomos.

Em uma entrevista assinada coletivamente, publicada na revista Carta Capital<sup>8</sup>, os membros do FdE afirmam: “o Fora do Eixo trabalha com a perspectiva de propriedade coletiva e compartilhada”. Importante aqui, é levantar algumas características que determinam o seu relacionamento com os movimentos sociais, partidos políticos e o Governo, a fim de que as ações do grupo nas manifestações de 2013 e a suas relações com os demais movimentos e manifestantes sejam compreendidas no contexto de atuação do grupo:

O Fora do Eixo não se propõe a desenvolver uma narrativa baseada na crítica do capitalismo e nem mesmo concentra suas atenções em produzir com seus integrantes discussões filosóficas sobre a configuração atual do capital. Os fora do eixo não estão à espera do momento em que se passará a viver fora do capitalismo, mas sim de buscar alternativas de convívio dentro – e ao mesmo tempo fora – do sistema vigente. (SAVAZONI, 2014, p. 166)

Em agosto de 2013 o grupo contava com 18 casas, 91 coletivos e cerca de 650 coletivos parceiros. Essa estrutura, de acordo com estimativa da própria entidade, envolve 600 pessoas diretamente ligadas ao Fora do Eixo e cerca de dois mil agentes indiretos. No detalhamento das contas de 2012 a organização movimentou, de forma descentralizada, cerca de R\$ 5 milhões, sendo que destes a metade origina-se de patrocínios públicos (R\$ 1,7 milhão) e privados (R\$ 500 mil), e outros recursos são obtidos com eventos, shows e trabalhos do grupo. (SAVAZONI, 2014, p. 27). O Funcionamento do coletivo é baseado em algumas premissas:

- Os coletivos estabelecem Fluxos de troca com o Estado, por meio de editais, e acessam patrocínios privados para seus projetos culturais, em especial por meio de leis de incentivo à cultura.
- Não há na estrutura da organização uma separação entre proprietários de meios de produção e trabalhadores. Há, sim, uma hierarquização de responsabilidades e tarefas, mediadas por quantificações subjetivas.
- A remuneração do membro do Fora do Eixo é o custeio de todas as suas

---

<sup>8</sup> Carta Capital <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fora-do-eixo-6321.html>> Acesso em 12/11/2015

necessidades individuais – sempre em choque com a necessidade do outro - e a possibilidade de realizar o que não seria possível em outro modo de produção.

- O “capital social” e “simbólico” gerado não é subdividido entre os integrantes da rede – isso porque ao anular o indivíduo como unidade de produção, este só produz como Fora do Eixo, e não como criador autônomo.

O grupo ganhou força política durante as gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura, juntamente com as políticas *de Creative Commons*. A partir da eleição de Dilma Roussef, as ações do ministério sob a gestão da Ministra Ana de Hollanda não mais agradavam ao FdE que, a partir de então, criou a rede “Mobiliza Cultura”, em 2011, articulando grupos culturais contrários às propostas apresentadas pela ministra. Anteriormente, já havia promovido a campanha #FicaJuca, pela permanência do então ministro da cultura do último ano de mandato do presidente Lula. O FdE voltou a ganhar espaço no Ministério após a nomeação de Marta Suplicy para a pasta e, atualmente, novamente sob o comando de Juca Ferreira, possui membros trabalhando na equipe ministerial.<sup>9</sup> A sua opção por essa tática de lutas dentro das instituições é importante para diferenciá-los de outros grupos autônomos.

O Fora do Eixo é o grupo político mais impressionante que eu já vi em mais de vinte anos de militância, nunca vi ninguém mais eficiente do que eles, são um fenômeno político impressionante. Eles são uma organização hipercapitalista. O que eles fizeram: quando a natureza do trabalho virou informacional, você já não consegue mais separar trabalho de não trabalho. (...) eles não estão atrás do lucro econômico. (...) Não é orientado pro lucro: o que é mais capitalista, e não menos. Qual o projeto político do Fora do Eixo? Não tem documento público. Mas eles têm projeto político, eles são um partido, obviamente eles são um partido político. Eles não estão nessa por dinheiro, vai lá na casa deles, os caras comem miojo e vivem que nem estudante. E eles trabalham pra caralho, e bem. Eles deram um choque de capitalismo, de organização capitalista, na cultura alternativa. E fazem isso positivando a distinção entre trabalho e não trabalho, criando uma cultura de que vida é trabalho. Com um discurso ativista. Como se eles estivessem fazendo ativismo, mas eles não estão fazendo ativismo, estão fazendo atividade econômica sem finalidade de lucro, gerando mais acumulação. É brilhante. E perigoso. (ORTELLADO, 2014, p.4)

É dentro de um grupo extremamente organizado e hierarquizado, que busca pautar políticas públicas na área de cultura, que nasceu a Mídia NINJA, protagonista entre os movimentos de midiativismo nos protestos de Junho de 2013.

---

<sup>9</sup> Ministério da Cultura nomeia novos membros do Fora do Eixo – Folha de S.Paulo – 26/03/2015

### **Mídia NINJA**

Na noite de 18 de Junho, São Paulo, os NINJA atingiram a marca de cerca de 100 mil espectadores ao transmitirem com detalhes os confrontos entre a tropa de choque da polícia militar e os manifestantes. Idealizada em 2012 por Bruno Torturra, jornalista com experiência no mercado editorial tradicional e membro do FdE, a Mídia NINJA funciona como um novo meio de comunicação associado aos protestos e manifestações de rua. Diferentemente Centro de Mídia Independente, criado durante os protestos de Seattle, os NINJA são um braço de comunicação de um único movimento que visa pautar a cobertura dos movimentos sociais alternativamente à mídia tradicional, papel este que obteve expressivo sucesso nos protestos de 2013.

A experiência alçou o Fora do Eixo a um patamar de visibilidade que a entidade jamais recebera (SAVAZONI, 2014, p. 129). Para as casas FdE, a orientação foi constituir núcleos NINJA com vistas a garantir a cobertura dos protestos em nível nacional. Com isso, conseguiram destacar repórteres com dedicação exclusiva em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador. O fenômeno da ocupação de assembleias legislativas e câmaras dos vereadores foi intensamente transmitido, bem como as assembleias populares e as marchas, do Rio Grande do Sul ao Amapá, passando por cidades de médio e pequeno porte onde o FdE se faz presente.

Neste estudo não se propõe a análise de mérito das táticas do Fde ou da Mídia NINJA. O grupos foi alvo de críticas de outros movimentos autônomos durante os protestos, os quais afirmaram em nota <sup>10</sup> que a *Mídia NINJA reproduz a ação dos veículos tradicionais de mídia, por não ter uma prática militante associada aos movimentos populares*. Fato é que este movimento obteve grande êxito em pautar a grande mídia através de imagens que mostraram, muitas vezes, ações de boicote policial e da repressão em relação aos atos e, mesmo não estando vinculados a movimentos populares e antissistêmicos, formaram uma grande rede de monitoramento dos fatos a partir da ótica dos manifestantes, tornando-se um importante agente participativo dos protestos.

---

10 “Mídia Ninja, jornalismo e mídia independente” [www.midiaindependente.org/es/red/2013/08/523371.shtml](http://www.midiaindependente.org/es/red/2013/08/523371.shtml).



### **Grupos Anárquicos e Táticas de Bloqueio**

Uma das peculiaridades que chamou mais atenção durante os protestos de 2013 foi a atuação de grupos que utilizavam táticas de confronto direto e ataques a símbolos públicos e capitalistas. Esse tipo de atuação intensificou-se em ocasiões recentes, após a grande exposição que tiveram os Black Blocs em Seattle (1999). Contudo, já era uma tática presente nos protestos alterglobalização, inclusive no Brasil, dos anos 1990. O confronto violento não é novidade, infelizmente, nas ações dos movimentos sociais no Brasil *“Esclareça-se que a violência sempre esteve presente na história dos movimentos sociais no Brasil, quer na forma como muitos foram tratados pelas forças policiais, quer na forma de resistência pelos próprios movimentos, especialmente na área rural, onde as relações sociais historicamente têm sido pautadas por formas de violência”*. (GOHN, 2014b, p. 433) O que estamos vendo é apenas a nova face desses confrontos que, como tem ocorrido com os movimentos organizados, está replicando-se da luta rural para a luta urbana.

Na versão mais moderna desses blocos e grupos anárquicos, há uma simbiose com os atos dos movimentos organizados. As ações de ataque e defesa desses grupos de rua ou online não são desconexas da pauta dos movimentos. Não há, contudo, uma articulação ou negociação prévia dos atos, na maioria das vezes. Se os grupos anárquicos concordam com a evolução dos atos, estarão presentes para, à sua maneira, somar forças aos protestos, como ocorreu durante a dura repressão policial do início das manifestações. Caso discordem das negociações e acordos, agem para boicotar as passeatas e mostrar sua insatisfação. Foi o que vimos na reta final dos protestos, quando as manifestações se transformaram em atos cívicos e esses grupos passaram a ser repelidos pelos manifestantes e pela mídia.

Grupos anarquistas (Black Bloc, Anonymous e Kaos) estiveram presentes, com máscaras ou não. Houve também a presença de alguns punks. Os novíssimos movimentos sociais dos indignados das praças, ruas e avenidas, em várias partes do mundo, contam com a presença de grupos anarquistas, e alguns reagem com violência à violência policial, em dadas circunstâncias. Eles são parte das novas formas de movimentos. Representam a “resistência” – expressão usada nos países da Primavera Árabe e outros para indicar os que não desistem, os que enfrentam e afrontam o poder constituído. Muitos são presos, feridos ou mortos, pois são alvos prediletos das ações de repressão da polícia. Quando ocorrem ações violentas, os confrontos são desiguais, porque a maioria dos manifestantes porta apenas equipamento de autoproteção – máscaras, água, vinagre, bolinhas de gude para atrapalhar a cavalaria. (GOHN 2014b p. 433)

A atuação desses grupos teve papel relevante durante os atos de Junho de 2013, pois foi a violência do embate entre a repressão e os manifestantes, aliado à tática de bloquear

seguidamente as principais vias públicas, que chamou atenção às bandeiras que os manifestantes levantavam. Enxergá-los como uma massa única de vândalos não reflete a realidade nem ajuda a compreender os fatos, e não leva em conta o histórico de formação e consolidação de cada grupo, que, à sua maneira, lá estava protestando. *São divididos, de forma mais visível, em dois grupos: os Anonymous, que reproduzem manifestações de anos recentes nos EUA, mas aqui com pouca clareza de pautas (relatos de outros participantes), e o Black Bloc, já com uma tradição como movimento antiglobalização, portanto antissistêmico, em várias partes do mundo* (SHERER-WARREN, 2014, p. 420) Entender, portanto, um pouco dos princípios destes movimentos é essencial para analisar as ações de desobediência civil que cada grupo promove.

### **Black Blocs**

A atuação dos black blocs nos protestos de Junho causou espanto em grande parte da mídia e nas autoridades. Foi, certamente, a maior exposição que o grupo obteve no Brasil até então, porém não foi a primeira vez que estes ativistas atuaram em protestos utilizando-se das táticas de bloqueio e confronto. Há relatos das manifestações alterglobalistas, principalmente aquelas organizadas pelo núcleo brasileiro da Ação Global dos Povos, que, apesar de não utilizar o termo “black bloc”, poderiam muito bem ser aplicados a esse movimento:

Policiais usaram bombas de gás lacrimogênio e os manifestantes responderam com pedradas e tiros de rojão. O grupo de estudantes atravessou a avenida em direção aos prédios do Banco Central e da CEF (Caixa Econômica Federal) onde, novamente, houve confrontos com a polícia. Os manifestantes picharam os prédios e apedrejaram o edifício da CEF. No mesmo quarteirão, a loja do McDonalds, para os manifestantes o símbolo do imperialismo americano, foi apedrejada e teve vidraças quebradas.” (Folha de S. Paulo, 21/04/2001)

Os black blocks não são um grupo organizado e contínuo. Muitas vezes sequer há articulação prévia entre os membros, o que, com a facilidade de comunicação proporcionada pelas redes sociais digitais, vem acontecendo com menor frequência. Este bloco compartilha um modo de ação e alvos que consideram fundamentais. *O Black Bloc não é, ele mesmo, uma organização política, mas sim um grupo informal que atua como uma ala de ação radical de um movimento de protesto mais amplo. Precisa ficar claro que a formação (dos primeiros black blocs) não representou o nascimento de uma organização formal e contínua.* (MASSOT, 2010, p.9). O surgimento dessa tática de ação nas ruas remonta as ações de contracultura europeia dos anos 1980, e suas raízes históricas remetem aos atos dos *autonomen*, movimento autonomista em Berlin Ocidental, onde a tática black bloc foi

empregada pela primeira vez no início dos anos 1980 (DUPUIS-DERI, 2014, p. 40). Foram nos atos ocorridos em Seattle (1999), contra a reunião da OMC, e em Gênova (2001), na cúpula do G8, que essa tática tornou-se mais uniforme e presente nas manifestações antissistêmicas.

A atuação dos black blocs nos protestos ocorridos no Brasil foi a mais intensa e agressiva até então. O nível de politização entre os praticantes dessa tática é bem diverso. Há desde militantes experientes e com larga formação política a jovens em busca de emoção e situações de confronto. Entretanto, *o alvo é a mensagem desse grupo* (Dupuis–Deri, 2014, p. 97). Os black blocs não atacam centros comunitários, bibliotecas públicas ou pequenas empresas independentes. Quase todos destacam certos princípios éticos aplicados para a destruição dos alvos, tendo-se em vista a imagem projetada nos protestos. *“A gente ataca prédio de banco, Mcdonalds, prédios do governo. Nunca atacamos pessoas ou pequenos comércios. Quem faz isso não sabe o que significa black block. É alguém que vai ao protesto, aproveita o momento e faz o que quer”* (FIUZA, 2014, p. 59)

Em junho de 2013, os Black Blocs atacaram principalmente bancos e agências de concessionárias de carros de grandes fabricantes, além de diversos prédios públicos, entre os mais emblemáticos uma quase invasão do prédio da Prefeitura de São Paulo e o Palácio do Itamaraty, em Brasília. Houve também, tática de ação nas ruas, conforme ocorria a evolução dos protestos. No início do movimento, suas ações estavam voltadas para as passeatas e o confronto direto com a polícia. Relatos de manifestantes destacam ações desse tipo, como ocorrido nos protestos do dia 07/06/2013: *“Na manifestação do dia 7, o Black Bloc assume uma postura mais clássica, articulando suas ações com a estratégia geral do MPL e se esforçando para proteger os manifestantes, ao invés de expô-los a maior violência. Seja porque a polícia foi mais comedida, seja porque o Black Bloc foi eficaz em contê-la, a manifestação terminou uma hora e meia depois, sem incidentes de violência relevantes”*. (JUDESNEIDER, 2013, p. 38)

Após os protestos ganharem projeção nacional, os Black Blocs se “descolaram” das ações do MPL e utilizaram sua tática mais agressivamente, atacando bancos, prédios públicos e aparatos da mídia tradicional. Foi quando a tática passou a ser criminalizada pela imprensa e pelo poder público que, contudo, não podia reagir de forma violenta dada a repercussão negativa dos excessos cometidos pela polícia nos primeiros dias de manifestações: *“Não se trata mais de manifestação pública, é crime! A 300 metros da agência do banco Itaú que foi depredada, havia 600 policiais com ordem expressa: Não saia daqui. Quando é que vamos tomar a atitude que a lei determina? Daqueles indivíduos, vândalos, bandidos não havia*

*nenhum manifestante: estavam ali pelo banditismo”* (Deputado Major Olimpio, AL-SP, 20/06/2013)

Portanto, é preciso olhar com a perspectiva histórica dos movimentos que deram origem à tática *black block*, com suas motivações e mensagens a cada alvo ou embate. Esther Solano e Rafael Alcadipani (2013, p.C7) afirmam que:

Muitos Black Blocs já me disseram que, para eles, a violência é a única forma de expressão pela qual, de fato, são ouvidos. É difícil contestar esse raciocínio. Se a imprensa só dá voz às formas de protestos violentos, se o governo reage com mais força diante do fator violência, como impedir que a violência se torne uma forma de protesto generalizada? A violência como forma de protesto não estaria sendo legitimada e reforçada por toda a sociedade que joga o jogo da espetacularização?

### **Anarcopunks**

Se os Black Blocs foram uma novidade em termos de exposição de um grupo quase desconhecido durante os protestos de 2013, o retorno dos Punks, em suas diversas vertentes, também foi uma surpresa, desta vez por ser um grupo altamente conhecido que estava fora das coberturas e notícias de protestos sociais há um bom tempo, até que os *black blocs* (cuja indumentária é inspirada em grupos *anarcopunks*) ganharam visibilidade e reabriram esse espaço. Esses grupos foram mais atuantes nas grandes capitais, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, e ganharam força à medida em que as manifestações ganharam volume e massificação.

Quem se uniu às mais de 5 mil pessoas na terça se impressionou com a reação de um grupo de cerca de 20 pessoas vestidas com a indumentária punk. Antes dos primeiros disparos da Polícia Militar, alguns integrantes já pichavam equipamentos públicos com o símbolo anarquista. Depois da repressão policial, a prática se generalizou. Além das pichações, os garotos passaram a atirar pedras contra ônibus e agências de banco. *(A gente tenta conter os Punks, diz liderança do MPL)*<sup>11</sup>

Grupos anárquicos possuem histórico de atuação em protestos pelo mundo e no Brasil. Com tradição de ser um movimento de difícil acesso e diálogo, formado por integrantes com diferentes graus de consciência política, atuando muitas vezes como um movimento e, em outras, com indivíduos isolados. *“Os punks e anarquistas partem para atuações que a polícia chama de ações paralelas sempre que suas propostas são rejeitadas*

---

<sup>11</sup> <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-13/a-gente-tenta-conter-os-punks-diz-lideranca-do-movimento-passe-livre.html>>

*pelo Movimento Passe Livre*” (FSP) Entre as vertentes mais atuantes em Junho de 2013, destacou-se a KAOS-Punk que, em declarações da plataforma do CMI <sup>12</sup>define-se:

O coletivo "Os Mensageiros do Kaos" surgiu do nosso repúdio à sociedade capitalista atual e ao seu sistema avassalador e agressivo que exclui e discrimina toda classe pobre. O coletivo foi criado com o objetivo de ser usado como uma ferramenta de luta dentro do movimento punk que hoje, infelizmente, tem sido visto por muitos como nada mais do que arruaceiros que só querem saber de beber, brigar e de matar pessoas por um mero pedaço de pizza no centro da cidade. O movimento punk nasceu do descontentamento da classe operária e esse espírito deve permanecer vivo no suor da nossa labuta diária. O Mensageiro do Kaos tem como intuito agir como um câncer e fazer despertar o espírito de revolta em todos aqueles que sofrem com fome, pobreza e total exclusão social.

Atos de desobediência civil cometidos por militantes ou cidadãos em geral foram largamente inspirados e incitados pelos punks. Foi, por exemplo, o que ocorreu quando os manifestantes invadiram a marquise do congresso nacional, em 17/06/2013, produzindo uma das imagens que foram símbolo dos protestos de Junho de 2013. Esse movimento de ocupação teria sido iniciado por um manifestante autodeclarado do movimento punk.

Ao mesmo tempo em que os movimentos anarquistas davam maior visibilidade aos protestos, observou-se um grande conflito entre os modos de ação e as diversas tentativas de vincular os atos violentos aos movimentos organizados presentes nas manifestações. Conforme declarou <sup>13</sup>um membro do Passe Livre, o MPL não detém os direitos sobre os protestos, e que por isso *não pode impedir a participação punk*. “*A gente não é dono para dizer quem vai e quem fica*”, diz ele ao atribuir outras responsáveis: “*A ação policial repressora cria o clima de confronto e a mídia faz a generalização na TV.*”

Por tratar-se de um grupo que não possui uma liderança constituída, até porque não se propõe a participar de qualquer tipo de negociação, torna-se um alvo fácil para generalizações e especulações acerca de suas ações e, algumas vezes, podem até ser incitados ou manipulados por grupos que desejam desviar a atenção dos movimentos através das ações violentas dos grupos anárquicos. A falta de informação também contribui para colocar, sob um mesmo guarda-chuva, os black blocs, anarcopunks, movimentos antissistêmicos, vândalos e saqueadores. Como foi o caso do relatório da polícia <sup>14</sup>, divulgado à época, o qual apontava: “*Punks que partem para o quebra-quebra são arregimentados por militantes do Psol com o*

<sup>12</sup> <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/08/427261.shtml>>

<sup>13</sup> “A gente tenta conter os punks”, diz liderança do Movimento Passe Livre - Portal IG

<sup>14</sup> Serviço secreto da PM diz que PSOL 'recruta' punks para protestos > <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295714-servico-secreto-da-pm-diz-que-psol-recruta-punks-para-protestos.shtml>>

*objetivo de desgastar o PT, do prefeito Haddad e o PSDB, do Governador Geraldo Alckmin”, em avaliação feita por policiais infiltrados.*

O monitoramento e a divulgação pela imprensa apenas reforçaram o estigma já consolidado em relação a esses movimentos: *“O Monitoramento mostrou que os punks seguem um ritual que se repete nas manifestações. Tomam pinga antes de começar os protestos, esperam o movimento atingir seu ápice para agir e comemoram o resultado com mais pinga depois que o corre-corre acaba”*. Dupuis-Deri (2014, p. 138) cita os atos violentos cometidos pelos jovens na ocasião da queda do muro de Berlim para exemplificar como um grupo de atitude violenta poderá ser relatado tanto como um ato de vandalismo ou ato político, de acordo com as convenções do que é aceitável socialmente e do que não é: *“Em 1989, por exemplo, uma multidão de “jovens” despedaçou o muro de Berlim. Nenhum jornalista ocidental tentou minimizar a importância política desses atos violentos representando os homens e mulheres que o realizaram como “jovens arruaceiros” ou “bandidos bêbados” em busca de emoção. À margem das considerações da mídia, os anarcopunks atuaram nos atos de 2013 de maneira caótica e dispersa, abrindo espaço para as mais diversas interpretações de suas ações.*

### **Anonymous**

A rede de ativismo digital *Anonymous*, embora muito conhecida há alguns anos, também notoriedade durante os protestos de 2013. Talvez mais pela adoção por grande parte dos manifestantes de seu símbolo (que chegou a virar “souvenir” vendido pelos ambulantes na fase final dos protestos), uma máscara inspirada e popularizada pela HQ *V de Vingança*, do que pelo seu ativismo digital, que fora extremamente relevante. O grupo *Anonymous* é formado por uma rede capilarizada criada nos Estados Unidos e que ganhou notoriedade em 2010, a partir de uma campanha em que realizou um cerco digital às empresas que se negaram a prestar serviços ao site de divulgação de informações *WikiLeaks*, como a *Paypal*, *Mastercard* e *Visa*. Desde então, tem apoiado diversas causas, populares ou não, atuando inclusive nos protestos da Primavera Árabe e do *Ocuppy Wall Street*.

O ativismo digital antissistêmico, contudo, tem raízes anteriores, originado na causa Zapatista. Em *Digital Zapatismo* (MACHADO, 2013, p. 61), texto-manifesto publicado naquele ano os ciberativistas -hacktivistas incluído- envolvidos na grande rede de colaboração formada em apoio ao movimento zapatista relatam que precisaram responder com um nível

mais intenso de desobediência civil, para além da retransmissão de informações e do envio em massa de e-mails aos governantes mexicanos, práticas que já vinham sendo adotadas até então.

Embora de forma quase artesanal, dada as limitações de recursos tecnológicos disponíveis à época (final da década de 1990), já havia grupos de ativistas tentando realizar ações neste sentido. Eles eram convocados para clicar à exaustão, durante 1 hora, no ícone “ atualizar ” de seus navegadores, fazendo com que determinados servidores que hospedassem sites “ símbolos do neoliberalismo mexicano ” (como os da Bolsa Mexicana de Valores, do Banco de México e do Banamex) saíssem do ar. Os movimentos de ciberativistas em torno dos zapatistas são, verdadeiramente, pioneiros em muitas das questões práticas associadas ao hacktivismo (MACHADO, 2013, p. 62). Neles vemos o início do esforço de agir politicamente valendo-se de formas inovadoras das teias do ciberespaço e, além disso, pensar criticamente acerca dessas formas. Sua ação pioneira na coordenação de acessos em massa a determinados sites-alvo pode ser considerada uma precursora das hoje tão disseminadas ações distribuídas de negação de serviço.

No Brasil, essa rede demorou a se estabelecer. Sua primeira ação local mais notória ocorreu em 2012, quando deflagrou a operação “Semana do Pagamento” (#OpWeeksPayment), na qual propunha-se tirar do ar os 5 maiores sites de bancos do Brasil, um por dia durante a semana. Com isso, a cada dia da semana, um banco viu seu servidor inundado por requisições de acesso e, por consequência, tornou-se impossível acessar sua página. Enquanto alguns sites permaneceram fora do ar durante algumas horas, outros voltaram às atividades com dificuldades e lentidão após alguns minutos (MACHADO, 2013, p. 84). “ *O objetivo é alertar a população sobre o que acontece no país e como ela pode fazer algo para mudar a situação. Isso é ser Anonymous*”, declarava o grupo em sua conta no Twitter.

Nos protestos de 2013, além de reforçar e dar visibilidade aos eventos convocados pelo MPL, a rede foi um importante propagador do movimento. Pesquisas de menções na internet colocaram o grupo entre os maiores articuladores nas redes digitais. Os Anonymous tiveram relevância na disseminação de informações e na articulação de solidariedade ao movimento. Eles foram decisivos. Entretanto, a forte presença do Anonymous na divulgação dos protestos era imperceptível à maior parte da população que saiu às ruas em Junho (GOHN, 2014 pag. 55). Com o ciclo de violência que passou a imperar no segundo momento das manifestações, o Anonymous passou a ficar isolado juntamente com o grupo que dominou essa fase dos conflitos, os black blocs.

## **Movimentos Tradicionais e Partidos Políticos**

Os atos de Junho de 2013 ficaram marcados pelo protagonismo dos novos movimentos sociais, pela rejeição aos partidos políticos e à forma tradicional de se fazer política. Entretanto, essa postura não afasta o papel que tiveram alguns partidos, entidades estudantis e movimentos urbanos que participaram ativamente dos eventos (muitas vezes em conflito com os manifestantes que os rejeitavam), e tiveram um papel muito importante em diversos momentos. Partidos políticos mais à esquerda, como o Psol, PSTU e PCO estiveram presentes desde o primeiro protesto. Posteriormente, a juventude do PT manifestou apoio ao MPL e abriu caminho para que outros membros do partido também o fizessem. Os movimentos urbanos, essencialmente o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), participaram ativamente dos atos e as entidades estudantis também compuseram a massa de manifestantes. Diversos movimentos sociais e entidades sindicais e de classe também manifestaram nos atos, embora de forma distanciada e concentrada primordialmente na fase final dos eventos, quando a questão da revogação da tarifa saiu do centro das atenções e a manifestação tomou caráter de ato cívico em prol do direito à livre manifestação. As organizações de direitos humanos e entidades civis tiveram papel relevante ao denunciar o abuso da força pela polícia na contenção dos protestos.

### **Partidos Políticos**

A presença de militantes de partidos políticos sempre foi sentida, de forma mais ou menos declarada, nos protestos de junho de 2013. Na maioria das vezes, militantes de movimentos urbanos, contracultura ou anárquicos também são filiados a algum partido político ou organização estudantil. Bandeiras do PSTU, Psol e do PCO fizeram-se presentes em atos durante todo o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Entretanto, foi do partido da presidência da república e do prefeito da cidade de SP que veio o primeiro apoio substancial aos protestos. A Juventude do PT já havia participado dos atos ocorridos em 2011, na gestão do prefeito Gilberto Kassab, e, no dia 10 de junho, após dois atos marcados pela violência policial, divulga nota em apoio ao movimento. Mais que isso, conclama a militância a participar dos atos a partir dos eventos agendados para o dia 11 de junho. Esse apoio foi bem recebido pelo MPL, que declara-se apartidário, porém não antipartidário.

Foi importante porque a pressão interna dentro do PT contribuiu bastante para a decisão da revogação do aumento. E a juventude do PT foi o primeiro setor do partido a apoiar a causa. Pelo que acompanhei, foi muito difícil, porque eles divulgaram a nota em um dia, e no seguinte, a sede do PT foi apedrejada. Eles sofreram muita pressão, mas abriram uma brecha. Pouco a



pouco, nos dias 11, 12 e 13, outros setores foram somando. Até que, finalmente, depois da repressão do dia 13, aí até o Zé Dirceu apoia. E vários outros deputados e lideranças do PT começam, pouco a pouco, a mudar de posição em relação aos protestos. Isso foi muito importante para legitimar a decisão de revogação do aumento, que sai só no dia 19 (ORTELLADO, 2013b)

Foi, entretanto, a partir dos atos do dia 13 de Junho, o mais violento e quando a opinião pública e a imprensa manifestaram apoio às manifestações, que os partidos políticos evidenciaram maior mobilização, sem, entretanto, participar dos protestos de forma organizada e uniformizada. Após a massificação dos atos, contudo, uma forte onda antipartidária se instalou entre os manifestantes, com diversos relatos de hostilidade em relação aos militantes partidários: *A hostilidade aos partidos também começava a dar as caras, com os gritos sem partido e abaixo a bandeira. Ao meu lado, militantes que carregavam bandeiras do Psol e PSTU foram expulsos, enquanto tentavam argumentar que não eram oportunistas, estavam ali desde o primeiro dia.* (LOCATELLI, 2013, p.57). Temia-se um descontrole e perda do foco. A politização neste momento era importante, e os partidos políticos foram de grande ajuda aos movimentos autônomos que perdiam o controle da situação após a massificação: *“A gente achava importante a unidade da esquerda para politizar as pessoas que estavam nas manifestações. Eram pessoas que estavam inseridas no senso comum, mais do que sendo de direita ou esquerda.”*, explicou um militante do MPL (LOCATELLI, 2013, p. 83) Nota-se, portanto, que o “apartidarismo” dos novos movimentos, principalmente os não- anárquicos, não se traduz em antipartidarismo, sem os quais as reivindicações dificilmente penetram no arcabouço burocrático onde se transformam efetivamente em direitos civis.

### **Movimentos Sociais Tradicionais e Entidades Sindicais**

Os movimentos sociais tradicionalmente mais combativos e antissistêmicos no Brasil foram, até os anos 1990, essencialmente rurais. A partir da reconfiguração das lutas alterglobalização e da mudança do perfil demográfico do país, hoje essencialmente urbano, essa realidade mudou.

Los principales movimientos populares de Brasil fueron, desde la Colonia, movimientos rurales ya que en esas áreas se afincaba la resistencia al sistema. Ahora, las resistencias se están concentrando en las ciudades. Los principales movimientos urbanos (MPL, MTST, Comités de la Copa, CMI, y otros) encarnan algo similar a la lucha por la reforma agraria, que es la lucha por la reforma urbana. El latifundio y el agronegocio son el equivalente, en la ciudad, a la segregación espacial y la especulación inmobiliaria (ZIBECHI, 2013, p. 32)

Os movimentos urbanos, como as entidades sindicais, associações de classe trabalhistas, entre outros vinculados ao movimento operário, formaram a base de apoio à eleição e governo do PT desde a vitória do ex-presidente Lula. Apesar da aliança fragilizada, esses movimentos ainda integram a base do governo Dilma Roussef, e ficaram numa situação constrangedora entre apoiar os protestos, que ganhavam cada vez mais simpatia da população, ou manter o apoio ao Governo já em queda de popularidade e com uma eleição presidencial a ser realizada em cerca de um ano.

A atitude tomada pelos movimentos foi, basicamente, de defesa das ações do governo federal e desqualificando o movimento tratando-o como “despolitizado”, apoiando-o em termos. *“As recentes mobilizações são protagonizadas por um amplo leque da juventude que participa pela primeira vez de mobilizações. (...) Setores conservadores da sociedade buscam disputar o sentido dessas manifestações. Os meios de comunicação buscam caracterizar o movimento como anti Dilma, contra a corrupção dos políticos, contra a gastança pública e outras pautas que imponham o retorno do neoliberalismo.”*

A carta<sup>15</sup>, divulgada em 19/06/2013, horas antes do anúncio da revogação do aumento as tarifas pelo Governador Geraldo Alckmin e pelo Prefeito Haddad, veio inócua e tardiamente, como foi a participação desses movimentos durante os acontecimentos de Junho de 2013. Assinaram a carta, entre outros, a CUT- Central Única dos Trabalhadores, o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimentos da Via Campesina, o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a UBES- União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UNE- União Nacional dos Estudantes e a UJS – União da Juventude Socialista.

### **Entidades Estudantis**

Apesar de ter sido um evento majoritariamente composto por jovens, as manifestações de junho de 2013 contaram presença organizada das principais entidades estudantis (UNE e UBES), porém, diferentemente do que ocorreu nos atos antiglobalização e no movimento Fora Collor, sem protagonismo ou relevância na condução dos protestos. Essas entidades, assim como as centrais sindicais e movimentos que assinaram a carta à presidência, formam a base da militância do governo federal desde a eleição do PT em 2002; perdendo grande parte de sua independência e também a capacidade de atrair a nova geração, que já não aceita caminhar atrás de carros de som repetindo palavras de ordem. Logicamente, por se

---

15 Carta aberta dos movimentos sociais à Presidenta Dilma <<http://cartamaior.com.br/?Editorial/Carta-aberta-dos-movimentos-sociais-a-Presidenta-Dilma-/28837>>

tratar de protestos envolvendo enorme contingente de jovens universitários, grande parte deles faz parte de alguma organização estudantil, seja um centro acadêmico ou uma ala de estudantes de algum partido político. Esses jovens, contudo, não estavam ali representando o aparato organizacional dessas entidades.

A novidade em relação aos movimentos estudantis nos atos de 2013 foi a atuação do *Juntos!*, movimento recente e que tenta ocupar esse espaço. “Logo no início dos protestos, militantes do *Juntos!*, grupo de jovens do Psol, batucavam e chacoalhavam bandeira do partido. Ao lado, um homem com chapéu estampado com a bandeira do Brasil estava nervoso, gritando para a bateria: *vai pra Cuba!*” (LOCATELLI, 2013, p.31). O *Juntos!*, criado em 2011, visa atrair a nova geração de jovens que está preferindo se dedicar a movimentos de Marchas e Manifestações Socioculturais a filiar-se em partidos políticos ou entidades estudantis. Descreve-se como<sup>16</sup>: “a juventude dos indignados: dos tunisianos, egípcios, espanhóis, chilenos. Somos aqueles que estão sem emprego, sem educação, sem cultura, sem casa, mas também sem medo de lutar! Somos aqueles que estão em defesa da Amazônia nos atos contra a construção de Belo Monte e contra o novo código (anti-)florestal! Somos aqueles que estão nas lutas contra toda forma de preconceito, seja de gênero, etnia, idade, credo. Somos aqueles que estavam nas Marchas da Liberdade, das Vadias, no #ForaRicardoTeixeira, contra a corrupção, nas paradas LGBT. Somos aqueles que #TomamosAsRuas e lutamos por uma #DemocraciaRealJá!”

Outros grupos estudantis, como o Rizoma, formado por alunos da USP, também estiveram presentes desde o início dos atos. Nesse quesito, entretanto, observa-se que, em geral, a militância autônoma, sob a forma de coletivos políticos e culturais vem obtendo um maior sucesso na atração de jovens interessados no ativismo político.

---

<sup>16</sup> <[www.juntos.org.br](http://www.juntos.org.br)>.

## Capítulo 3

### Junho de 2013 e seus momentos Cronologia

As manifestações que tomaram o país em 2013 não começaram nem terminaram em Junho. Suas motivações e suas consequências são bem mais amplas. Cardoso e Di Fatima (2013), por exemplo, indicam o início dos protestos numa nova temporada de reivindicações do MPL iniciada fevereiro de 2013, quando, em Porto Alegre, o Bloco de Luta por um Transporte Público reuniu cerca de 200 pessoas, contra o novo aumento do preço da passagem, a qual, assim mesmo, aumentou uma semana após os atos.

Na delimitação proposta neste trabalho, serão utilizadas como referência as datas dos protestos realizados na cidade de São Paulo. Apesar do caráter nacional do tema, a cidade de São Paulo será referência pois foi lá que os movimentos que serão estudados atuaram com maior força e intensidade durante todo o mês de Junho, estando presentes os movimentos autônomos, anárquicos e toda a gama de agentes que influíram na condução dos protestos. Ademais, foi a tarifa de ônibus daquela cidade que motivou as ações do MPL que resultaram em um processo em cadeia que se alastrou pelo país.

A professora Gohn (2014, p. 23) propõe um agrupamento cronológica dos atos, dividindo-os em três grandes momentos: 1- desqualificação e descaso; 2- violência, repressão e revolta; e 3- Massificação. *“A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda – com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo mais. Por fim, restaram manifestações mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática Black Blocs”*.

A divisão proposta por Gohn será adotada neste trabalho, é uma transposição à realidade dos eventos de Junho do padrão observados em acontecimentos semelhantes. Converte com o padrão apontado por Wallerstein (2013, p.2), o qual destacou, a partir da experiência no Brasil, as principais características destes novos eventos:

- A primeira característica em comum é que todas as revoltas tendem a começar muito pequenas — um punhado de pessoas corajosas manifestando-se sobre algo;
- A segunda característica comum dessas revoltas é que nenhuma delas continua

na velocidade máxima por muito tempo. Muitos manifestantes dão-se por vencidos após medidas repressivas ou são de alguma maneira cooptados pelo governo;

- Embora terminem, deixam um legado. Mudam algo na política de seus países, e quase sempre para melhor. Forçam a entrada de alguma questão principal na agenda pública.
- A quarta característica em comum é que, em cada onda de protestos, muitos que se unem ao movimento (especialmente os mais tardios) não chegam para reforçar os objetivos iniciais, mas para pervertê-los.

Os principais momentos de Junho de 2013, de acordo com o modelo proposto, foram os seguintes:

### **Desqualificação e descaso: 6 a 13 de Junho**

#### **06/06/2013 1º ato**

- ✓ Planejamento do MPL executado com êxito: Grande número de manifestantes e bloqueio de avenidas importantes.
- ✓ Participação de alas de partidos mais à esquerda (Psol e PSTU) e do MTST
- ✓ Primeiras atuações dos Black Blocs
- ✓ Repressão policial despreparada.
- ✓ Imprensa criminaliza protestos

#### **07/06/2013 2º ato**

- ✓ Descaracterização pela imprensa e poder público
- ✓ Ações organizadas dos novos movimentos
- ✓ Bloqueio de vias principais.

#### **08 a 10/06/2013**

- ✓ Imprensa reforça repúdio aos atos
- ✓ MPL se declara aberto ao diálogo

#### **11/06/2013 3º ato**

- ✓ Criminalização dos manifestantes
- ✓ Apoio da Juventude do PT

- ✓ Ação conjunta: MPL-ONGs
- ✓ Cyber Ativismo: Anonymous

## **Violência, repressão e revolta**

### **13/06/2013 4º Ato**

- ✓ PM exerce repressão demandada pela imprensa
- ✓ Detenção prévia de Manifestantes
- ✓ Nacionalização do debate
- ✓ Envolvimento de entidades civis

### **14 a 16/06/2013**

- ✓ Imprensa muda discurso em virtude da violência da polícia
- ✓ População apoia os protestos
- ✓ Protestos ganham apoio de lideranças políticas e formadores de opinião

### **17/06/2013 5º Ato**

- ✓ Massificação e nacionalização dos protestos
- ✓ Imprensa lança campanha pelo “bom manifestante”
- ✓ Perda de protagonismo dos movimentos sociais
- ✓ Ausência de repressão policial
- ✓ Manifestantes tomam a marquise do Congresso Nacional

### **18/06/2013 6º Ato**

- ✓ Indignados com pautas difusas
- ✓ Distinção entre manifestantes pacíficos e vândalos
- ✓ Movimentos Sociais perdem controle dos atos
- ✓ Ações de anarquistas e saqueadores

**19/06**

- ✓ Aumento da tarifa é revogado em São Paulo

**Massificação: 20 a 27 de Junho**

**20/06**

- ✓ MPL convoca ato em celebração à revogação do aumento
- ✓ Conflitos entre militantes de partidos e manifestantes antipartidários
- ✓ Atos de violência e Ações Black Blocs
- ✓ Palácio do Itamaraty é depredado

**21/06**

- ✓ MPL anuncia que não irá convocar novos protestos
- ✓ Protestos aumentam em cidades-sede da Copa das Confederações
- ✓ Pronunciamento da Presidente em rede nacional

**24/06**

- ✓ Dilma reúne-se com membros do MPL
- ✓ Passe Livre ressalta despreparo do Governo em compreender as ações nas ruas
- ✓ Governo propões 5 Pactos pela mobilidade urbana

**Antecedentes:**

O ano de 2013 marcou uma guinada nas atuações do MPL que, com quase dez anos de atividades na luta pela tarifa zero, acumulara experiência e almejava dar um passo à frente. O movimento estava disposto a colocar em práticas novas táticas e iniciar um ciclo de protestos em 2013 juntamente com uma rodada de aumentos das tarifas de transporte público prevista para as principais capitais naquele ano. Em 2011, quando houve o último aumento de tarifas no município de São Paulo, a atuação do MPL foi a maior já vista na cidade até então. Entretanto, não foi suficiente para pressionar o poder público a revogar o aumento. A opção utilizada naquela ocasião foi de realizar grandes atos semanais e constranger o então prefeito, Gilberto Kassab, em seus compromissos públicos.

Mesmo não sendo suficiente para barrar o aumento a luta gerou resultados, pois seguiram-se dois anos sem reajuste e, como o tema havia sido de grande repercussão nas eleições anteriores, a proposta de aumento de 2013 trazida pela gestão Fernando Haddad trazia como argumentos o índice de reajuste abaixo da inflação e um anúncio de que trabalharia numa frente para municipalizar o imposto sobre a gasolina e aumentar o subsídio aos transportes coletivos.

A primeira experiência da nova postura do MPL ocorreu em fevereiro de 2013, em Porto Alegre quando, compondo uma frente chamada “ Bloco de Luta Pelo Transporte Público”, organizou diversos protestos e, após uma liminar da justiça, conseguiu barrar o aumento das passagens, em abril. A nova postura do movimento se mostrava eficiente ao realizar atos grandes e em curto espaço de tempo, assumindo a condução dos eventos sem, porém, abdicar da presença de militantes de outras organizações e partidos de esquerda.

Essa postura seria adotada em São Paulo: *“Incorporando o aprendizado desse período, a estratégia para 2013 era de realizar grandes atos e de maior impacto, em vias mais centrais, e com curto intervalo de tempo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público”* (JUDESNEIDER, 2013, p. 26). O ensaio, ocorreu nos primeiros dias de Junho, com pequenas manifestações em localidades que abrigam trabalhos de base do MPL, nos bairros de Pirituba, Vila Leopoldina e M´Boi Mirim, logo em seguida ao anúncio do aumento das passagens, em 2 de Junho, passando de R\$ 3,00 para R\$3,20.

A seguir, um relato mais detalhado dos eventos de Junho, intercalado por uma análise mais aprofundada dos personagens que tiveram papel importante na evolução dos protestos e seus momentos mais críticos.



## Junho de 2013 – Outra narrativa

### 6 de Junho - 1º ato

- ✓ Planejamento do MPL executado com êxito: Grande número de manifestantes e bloqueio de avenidas importantes.
- ✓ Participação de alas de partidos mais à esquerda (Psol e PSTU) e do MTST
- ✓ Primeiras atuações dos Black Blocs
- ✓ Repressão policial despreparada.
- ✓ Imprensa criminaliza protestos

O aumento das passagens anunciado na cidade de São Paulo, a partir de 2 de junho de 2013, já era previsto desde o ano anterior após a eleição de Fernando Haddad (PT). Antevendo o clima adverso em relação aos reajustes, foi decidido um índice abaixo da inflação e, também, adiado em alguns meses, uma vez que esse aumento deveria ter ocorrido em Janeiro e fora postergado em concessão a pedidos do Governo Federal, a fim de aliviar os índices de inflação do início do ano.

O MPL, de prontidão cerca de um mês antes da data prevista para o aumento, articulava o primeiro protesto que ocorreria logo após o anúncio dos reajustes. Não havia, ainda, entre os órgãos de inteligência da polícia o hábito de monitorar esses movimentos em redes sociais, o que viria a ser adotado rotineiramente após a massificação dos atos.

Contando, até então, com cerca de 50 militantes em São Paulo, o MPL era pequeno para coordenar manifestações com a magnitude necessária para barrar o reajuste das tarifas numa cidade do porte de São Paulo. O movimento, que não é antipartidário, articulou-se com outros grupos sem, contudo, abdicar da condução dos protestos.

“Em 2013, partidos políticos como o Psol e o PSTU e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o sindicato dos metroviários entraram como aliados nas manifestações, mas sem poder de decisão sobre questões cruciais como a data dos atos, os trajetos das passeatas e a orientação da interlocução com o poder público. O MPL acreditava que, com isso ganharia autonomia em relação às demandas de partidos políticos, as quais nem sempre coincidiam com os objetivos da campanha e com as estratégias de ação direta.” (JUDESNEIDER, 2013, p. 27)

Naquele momento, tão importante quanto seguir a estratégia programada era levar mais gente às ruas. Nas palavras de um militante: *“A esquerda é pequena. Então a gente precisa não só da esquerda como um todo, mas também de gente que nunca participou da*

*política, a gente não precisa necessariamente manter o controle dessa luta”* (LOCATELLI, 2013, p. 18). Essa postura, abdicando de protagonismo sem perder o controle dos atos, foi fundamental para que atraísse um grande número de pessoas simpáticas à causa. A estratégia, como se sabe, foi muito bem sucedida até o ponto em que o MPL viu seus atos serem engolidos por um grande contingente de indignados. A chamada <sup>17</sup> para os protestos do dia 6 de junho, publicada nas redes sociais, conclamava:

No último domingo, dia 2 de Junho, a prefeitura e o governo do estado aumentaram o valor da tarifa do transporte público da capital paulista para R\$ 3,20. Apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa de implementação do bilhete único mensal, defendemos que todo aumento de tarifa é injusto e aumenta a exclusão social. No Brasil existem mais de 37 milhões de pessoas que não podem usar o transporte público por causa dos altos valores das passagens. O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e pela tarifa zero para todos.

Inesperadamente, para as autoridades e para o próprio Passe Livre, o primeiro ato reuniu cinco mil pessoas. A estratégia do MPL, ao buscar aglutinação de pessoas que, porventura, vissem a movimentação e se juntassem à marcha se mostrou correta. O dia, uma quinta feira, e o horário, por volta das 19h, facilitaram a participação de trabalhadores que encerravam o expediente no centro da cidade.

“A cena pegou a cidade de surpresa, mas já estava na cabeça dos militantes do MPL havia meses. Eles tiraram fotos do local, estudaram o trajeto no Google Earth e viraram noites planejando os detalhes. A faixa comprada na rua 25 de Março custou R\$ 600,00 ao movimento. A mãe de um militante a bordou e o resto do grupo a pintou. O preto e branco é uma escolha do movimento para se diferenciar do resto da esquerda, historicamente identificada com o vermelho. Naquela hora, olhando a rua fechada e a faixa pendurada num dos pontos mais conhecidos da cidade, os integrantes do MPL perceberam que o plano tinha sido bem executado” (LOCATELLI, 2013, p.5)

O primeiro objetivo do MPL, atrair um maior número de pessoas em relação aos anos anteriores, estava sendo atingido. O segundo, bloquear vias importantes da cidade, foi consequência do primeiro e do planejamento. No relato do site *passapalavra* <sup>18</sup>, que acompanha os movimentos sociais, a passeata tomou de assalto a Avenida 23 de maio: A ação foi inesperada e, por essa razão, demorou para a polícia militar adotar uma estratégia de dispersão dos manifestantes. O batalhão de choque foi chamado. Contudo, a dispersão promovida pela repressão acabou por espalhar ainda mais o protesto. Alguns dirigiam-se a terminais de ônibus, enquanto outro grupo conseguiu bloquear a avenida Paulista. Neste

<sup>17</sup> <http://www.passapalavra.info/2013/06/78528>

<sup>18</sup> <http://www.passapalavra.info/2013/06/78554> Acessado em 02/12/2015

momento, uma batalha campal era travada, já com transmissão da imprensa, inclusive ao vivo pelo Jornal Nacional, telejornal com maior audiência no país.

O primeiro ato foi um pequeno retrato do que se veria nos seguintes. Naquele dia, já foi possível notar a presença de outros grupos que se juntaram à manifestação, como os black blocs: “*Quem estava lá naquele dia usando a indumentária black block, vestidos de preto, sabia do histórico de Seattle, de Genova, da estratégia anarquista que eles colocavam em prática.*” (Bruno Torturra, Mídia NINJA, 2014)<sup>19</sup>. O saldo do confronto foi de 15 manifestantes detidos e 8 feridos. O MPL ofereceu assistência jurídica aos detidos, mesmo àqueles que não eram ligados ao movimento. A cobertura dos telejornais noturnos que acompanharam os acontecimentos adotou o tom que seria repetido nos dias seguintes, classificando as ações como atos de vandalismo.

### **7 de Junho - 2º ato**

- ✓ Descaracterização pela imprensa e poder público
- ✓ Ações organizadas dos novos movimentos
- ✓ Bloqueio de vias principais.

A imprensa repercutiu o primeiro protesto adotando a postura que se repetiria nos próximos atos desta primeira fase. As motivações dos movimentos sociais e o caráter político dos atos foram totalmente descaracterizados e os relatos estavam concentrados em torno do confronto entre a polícia e os manifestantes:

**Folha de S. Paulo: *Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP***

**O Estado de S. Paulo: *Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP***

O poder público, tanto municipal quanto estadual, seguiu posicionamento da imprensa ao atribuir a violência da repressão policial a uma reação aos atos de vandalismo, e não a uma ordem para que as passeatas não atingissem ruas de grande circulação e ficassem confinadas às vias secundárias. A prefeitura, mais próxima dos movimentos populares do que

---

<sup>19</sup> Filme: *Junho- O mês que abalou o Brasil*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=cPrMgsgg70g>>

o governo estadual, buscou uma primeira tentativa de negociação, prontamente rechaçada pelo MPL<sup>20</sup>:

Movimento Passe Livre de São Paulo vem com esta nota esclarecer as acusações de vandalismo e depredação do patrimônio público feita pela Polícia Militar de São Paulo e por parte da imprensa.(...) Exercendo seu legítimo direito de se manifestar, as pessoas ocuparam importantes vias da capital e em seguida sofreram diversos momentos de repressão violenta por parte da Polícia Militar. (...) As imagens dessa repressão brutal podem ser vistas em toda a mídia e em vídeos nas redes sociais. A truculência da PM é um fato conhecido até mesmo pela imprensa, que diversas vezes tem seus cinegrafistas e repórteres vítimas dessa violência. (...) Todos os dias as periferias sofrem com a falta de transporte público, com trânsito e violência policial. Ontem o outro lado da cidade ficou sabendo como essa periferia se sente.

Movimento Passe Livre – São Paulo

O segundo ato ocorreu em meio a essa repercussão negativa. A meta do MPL passou seria atingir uma via importante da cidade. *O movimento aprendeu, também com experiências bem-sucedidas em outras cidades, que radicalizar os trajetos tomando vias importantes para a fruição do trânsito era essencial para alcançar seus objetivos ( LOCATELLI, 2013, p.19).* A marginal Pinheiros foi, então, o alvo deste ato que saiu do Largo da Batata e ocupou uma via lateral da via expressa, com ações da polícia para que o grupo não tomasse as faixas principais da avenida.

Os protestos deste dia ocorreram de forma mais compacta do que o anterior, com ações da polícia mais direcionadas a impedir a sua dispersão pelas vias da cidade. Nesse contexto, ocorreu a primeira atuação clássica dos black blocs, com o intuito de tomar a frente do confronto direto e evitar a dispersão dos manifestantes: *“Nas manifestações do dia 7, o Black Bloc assume uma postura mais clássica, articulando suas ações com a estratégia geral do MPL e se esforçando para proteger os manifestantes, ao invés de expô-los a maior violência” (JUDEISNEIDER, 2013, p. 38)*

O segundo ato foi menos violento e mais coeso de acordo com o propósito dos movimentos ali presentes. Com pouca adesão dos partidos de esquerda, apesar de atribuído a eles pela imprensa, seguiu o objetivo traçado e cumpriu o objetivo imediato ao sinalizar que, a partir dali, seriam tomadas as principais vias da cidade e que a pauta única seria a revogação imediata do aumento.

---

20 Nota nº1: esclarecimento do MPL São Paulo sobre o ato de 06/06 <<http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/>>

### **Atuação do MPL**

O primeiro ato, ocorrido em 6 de junho de 2013, foi conduzido por movimentos que há tempos atuam nos centros urbanos das grandes cidades. O Movimento Passe Livre é um aglutinador de diversas vertentes desses novos grupos. Autodeclarado apartidário, não antipartidário, horizontal e autônomo, conforme sua carta de princípios aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre, no V Fórum Social Mundial de 2005; os militantes do MPL são, em sua maioria, jovens universitários ou recém formados que optaram por um ativismo horizontalizado, inspirados em origens zapatistas e de lutas alterglobais dos anos 1990. Mais de dez anos após a revolta embrionária (Revolta do Buzu, Salvador, 2003), os coletivos descentralizados e independentes realizavam, em 2013, expressivos atos em Porto Alegre (cujo reajuste fora suspenso em Abril de 2013) e Goiânia.

A luta pelo passe livre é a síntese de um conceito mais amplo, um objetivo claro e pontual que simboliza uma imensa gama de direitos: *“O MPL entende a circulação e a mobilidade nas cidades como processos centrais para realização do capital, mas também como estratégicas para o usufruto dos direitos mais básicos, como a liberdade de ir e vir, e a própria existência social nas cidades”* (FONSECA, 2013, p.8). Com militância atuante em escolas e bairros da periferia de São Paulo, o MPL é um movimento com militantes de idade bem jovem e que é receptivo e interage às formas de manifestação política recentes, quase sempre também ligadas a uma causa comportamental ou cultural.

Os atos promovidos pelo MPL não contam com carro de som a fim de que não haja uma liderança formal no trajeto. *“O Movimento Passe Livre não usa carro de som. Para seus militantes, o veículo escancara a dinâmica de partidos, sindicatos e movimentos sociais da esquerda tradicional. Quem está em cima fala mais alto, subjuga, cala e dirige os demais. A ideia de um dirigente com um microfone na mão iria contradizer um movimento que busca não ter líderes”* (LOCATELLI, 2013, p. 21). O Passe Livre procura se diferenciar através da cor preta de suas faixas (dispensando a cor vermelha, dos movimentos tradicionais de esquerda) e sempre tomando a dianteira da caminhada.

Contando com cerca de 40 militantes diretos em São Paulo, um dos principais objetivos do MPL é agregar o maior número de manifestantes para que seus atos consigam ser percebidos na dinâmica cotidiana do centro urbano. *“As mobilizações*

*sempre foram muito mais amplas que o Movimento Passe Livre – que jamais se pretendeu dono de qualquer uma delas – e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento”* (ROLNILK, 2013, p.29). Avesso à interação direta com a mídia tradicional, o movimento não criminaliza grupos anárquicos que, geralmente, são colocados à margem dos protestos convocados por partidos políticos ou entidades sindicais e estudantis em razão de sua impopularidade junto à opinião pública, como os punks e os black blocs. Os atos do MPL visam constranger diretamente o poder político sem, necessariamente, a intermediação da mídia para fazê-lo, e assim envolvem a população diretamente nos atos.

Um dos grupos que mais interagem com o MPL nos atos, compartilhando muitas vezes os mesmos militantes, é a Fanfarra do M.A.L. (Movimento Autônomo Libertário). Um grupo musical que acompanha diversos protestos, como a Marcha da Maconha, protestos de movimentos urbanos e culturais, mobilizações de gênero, etc. Possuem princípios<sup>21</sup> parecidos com os do MPL (autonomia, apartidarismo, horizontalidade), se declaram uma fanfarra voltada para as ações diretas e lutas autônomas. Organizam-se para fortalecer, potencializar e agitar protestos populares. Na cobertura dos protestos o jornalista Piero Locatelli (2013, p.21) destaca que a fanfarra é organizada para aguentar conflitos e ir até o final dos protestos. Os militantes se revezam e tocam todos os instrumentos. Nos atos, a Fanfarra deve amplificar a voz dos manifestantes, com algumas exceções. Se alguém puxa o Hino do Brasil, por exemplo, eles tentam atrapalhar com outra música ou cantar mais forte. De resto, dão ritmo às melodias dos manifestantes.” A atuação da fanfarra do M.A.L. é coerente com a opção por não utilizar amplificadores ou carros de som durante os protestos.

A colaboração com as entidades estudantis se deu de forma conflituosa desde as primeiras revoltas pelo passe livre. Por não reconhecer a representatividade da “classe” estudantil por esses movimentos, não há muita compatibilidade entre as bandeiras da UNE ou da UBES e a proposta de movimento sem líderes, embora haja alguns militantes independentes dessas organizações participando dos atos pelo Passe Livre. Desde a revolta do buzu, de 2003, essa não subordinação é frequente nos atos pela tarifa zero: *“Numa comparação arriscada do movimento estudantil com o movimento operário, as manifestações assumiram desde então caráter semelhante ao*

---

21 <<https://fanfarradomal.milharal.org/quem-somos/>>

de uma “greve selvagem”, greve feita sem o conhecimento dos dirigentes sindicais, ou até mesmo contra eles ou contra suas orientações.”<sup>22</sup> Destaca-se, contudo, atuação de alguns movimentos estudantis, especialmente os mais combativos. O movimento “Rizoma”, formado por estudantes da USP, o qual se define como uma “tendência estudantil libertária”<sup>23</sup> que defende as organizações de base, tal qual os centros acadêmicos, e não visa substituí-las, mas fortalecê-las, enquanto ferramenta de organização e mobilização foi um dos mais próximos do MPL.

O apoio das juventudes partidárias aliadas ao MPL foi mais efetivo do que entre as entidades estudantis. A Juventude do PT em São Paulo já apoiara o movimento em 2011, na gestão Gilberto Kassab. Em junho de 2013, o ala jovem do Psol, o *Juntos!*, participou ativamente dos protestos desde o seu início. Propondo-se a dialogar com a juventude e autoproclamado como influência da *Primavera Árabe*, do *Movimento Chileno* e do *Ocuppy*, o *Juntos!* possui atuação ampla em causas políticas, culturais, de gênero e em diversas outras esferas.

O Passe Livre também possui uma relação de aliança com sindicatos e movimentos urbanos, não só recebendo apoio, mas também se juntando às campanhas de outros grupos. Apoiou a greve dos metroviários de São Paulo em maio de 2013 e contou com forte apoio desse sindicato durante as manifestações de Junho/2013. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) também é um importante parceiro do MPL.

Os atos de Junho foram iniciados, portanto, por um grupo altamente aglutinador, que trabalha em parceria com movimentos autônomos, partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis; mantendo, contudo, a sua prerrogativa de pautar o trajeto e a condução dos atos referentes às tarifas de transportes.

---

22 Teses Sobre a revolta do BUZU. < <http://www.passapalavra.info/2011/09/46384>>

23 <<https://rizoma.milharal.org/carta-de-apresentacao-2>> Acesso em 12/01/2016

## **8 a 10 de Junho: Novos movimentos, imprensa e poder público: a primeira impressão**

Nos três dias seguintes aos dois primeiros atos, ocorreu uma corrida por posicionamento daqueles que foram associados, justa ou injustamente, aos protestos. O sucesso das primeiras ações e a perspectiva de que os protestos ganhariam destaque forçou os governantes, a imprensa, os partidos políticos e o próprio MPL a assumir seus posicionamentos em relação àqueles fatos.

A mídia manteve a linha adotada desde o início, desqualificando os protestos e tipificando os manifestantes como vândalos, retirando o caráter político das manifestações, além de repudiar qualquer iniciativa de negociação política ao atribuir à polícia o papel de iteração estado-manifestantes.

O poder público, tanto municipal quanto estadual, optou por não considerar os acontecimentos como um evento político-social e associá-lo, assim como a imprensa, a atos de vandalismo e baderna. Uma sutil diferença foi observada entre o posicionamento da prefeitura do petista Fernando Haddad e do governo tucano de Geraldo Alckmin. O prefeito dispôs-se a dialogar com os manifestantes, atitude alinhada com a maior proximidade da prefeitura junto aos movimentos sociais, embora ineficaz diante da postura do MPL que, diferentemente do que se observa tradicionalmente em grandes protestos, não buscava um acesso a mesas de governo e rodadas de negociação, apontando uma reivindicação única: a revogação do aumento das passagens, sem condicionantes MPL. Já o Governo Estadual optou por criminalizar os atos e, assim, tratar como caso de desordem e de segurança pública.

Em meio a esse embate político-administrativo houve uma vitória do movimento, ao atrair o apoio da juventude do PT que, mesmo se indispondo com a direção do partido, optou por dar publicidade<sup>24</sup> ao seu posicionamento diante da causa. O MPL não repudiou o apoio nem o celebrou.

A juventude do PT integra há anos as lutas contra os aumentos das passagens por entender que estas medidas só favorecem o lucro das empresas, seja por meio da tarifa ou pelo aumento de subsídios. Ao mesmo tempo, aumenta a insatisfação dos usuários devido à péssima qualidade dos serviços prestados: ônibus e vagões lotados, trens e metrô em panes constantes e atrasos e demoras nos deslocamentos.

Enquanto algumas cidades da Região Metropolitana e do Vale do Paraíba reduzem suas tarifas, beneficiando estudantes e trabalhadores, os aumentos da prefeitura da capital e do Governo do Estado oneram o orçamento de quem utiliza o transporte público e preservam a alta lucratividade das

---

24<[http://www.pt.org.br/mobile/view/sp\\_notas\\_da\\_jpt\\_pela\\_reversao\\_dos\\_aumentos\\_das\\_passagens\\_do\\_transporte\\_publico](http://www.pt.org.br/mobile/view/sp_notas_da_jpt_pela_reversao_dos_aumentos_das_passagens_do_transporte_publico)>



empresas.

Neste sentido, a Juventude do PT vem a público reivindicar a reversão dos aumentos das passagens e manifestar sua solidariedade e apoio aos movimentos que lutam contra esses aumentos. Mais que isso: conclamamos a militância petista a participar ativamente das manifestações e comitês, a começar pelo ato do dia 11 de junho, às 17h, na Praça do Ciclista, Av. Paulista!

É hora de ampliar a discussão rumo a uma política de transporte que contemple plenamente o direito de mobilidade da juventude e dos trabalhadores. Um passo decisivo neste sentido é a urgente implementação do bilhete único mensal e o transporte público 24h!

Pela imediata reversão dos aumentos!

A nota da Juventude do PT representou uma importante vitória institucional do Passe Livre. Entretanto, a repercussão do posicionamento do MPL em não negociar alternativas à revogação do aumento estava minando o apoio popular à causa. O poder público propagava a versão de que estava procurando líderes do MPL para que houvesse uma negociação, porém sem retorno.

A saída proposta foi a mesma que sempre é buscada em tratativas com sindicatos e movimentos sociais que se utilizam de atos e manifestações como um instrumento de pressão para serem recebidos em mesas de negociação. A atuação do MPL, contudo, não se baseia nesta premissa. Além do movimento não indicar lideranças, o seu posicionamento irredutível em relação à sua reivindicação não admite medidas paliativas. O objetivo dos protestos é bem explícito e delimitado: “revogação do aumento da tarifa”. As compensações necessárias para que seja possível a adoção dessa atitude pelo não estão em pauta nos protestos convocados pelo movimento. Como movimento social não lhe cabe propor soluções administrativas, mas criar as condições para que haja vontade política.

Face ao poio popular crescente e que atingia níveis nunca antes obtidos pela passe livre e diante da proximidade de outro ato, o MPL optou por colocar o movimento à disposição do poder público para debater o assunto. Esse posicionamento foi necessário para desconstruir a imagem de um movimento sem causa, cujo único propósito seria fomentar atos de vandalismo.

*Nota Pública- Movimento Passe Livre – São Paulo*<sup>25</sup>

*No fim da última semana, São Paulo viveu duas grandes manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus, trem e metrô para R\$3,20. O Movimento Passe Livre (MPL) não é a única organização envolvida nessas mobilizações e não se considera o dono da luta contra o aumento. Esta luta*

---

25 <<http://tarifazero.org/2013/06/09/sao-paulo-nota-publica-do-movimento-passe-livre-sobre-a-luta-contr-o-aumento>>

*tem sido uma luta ampla, com grande adesão da população e outras organizações políticas – por isso mesmo não temos controle total das manifestações e nem dos grupos envolvidos. O MPL é um movimento social independente e apartidário que luta por um modelo de transporte verdadeiramente público. Há partidos políticos participando das manifestações contra o aumento, mas, ao contrário do que foi publicado em alguns veículos de imprensa, os partidos não fazem parte do MPL. O MPL é um movimento nacional, autônomo e horizontal – não há líderes e todas as deliberações são tomadas coletivamente.*

(...)

### **Sobre o diálogo**

*O Movimento Passe Livre São Paulo está perfeitamente aberto ao diálogo, no entanto não temos disposição em negociar algo diferente daquilo que a população está exigindo nas ruas. Nas atuais mobilizações, temos uma reivindicação clara: a REVOGAÇÃO DO AUMENTO.*

*Voltaremos ao centro na terça-feira às 17h na Praça do Ciclista, e estaremos nas ruas dos bairros ao longo de toda semana. A luta está só começando.*

*Por uma vida sem catracas!*

*Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL-SP)*

## **11 de Junho – 3º Ato**

- ✓ Criminalização dos manifestantes
- ✓ Ação conjunta: MPL-ONGs
- ✓ Cyberativismo: Anonymous

O terceiro ato, agendado para o dia 11 de Junho de 2013, ocorreu já com as posições de mídia e governo definidas em relação aos protestos e aos manifestantes. Aos olhos do governo municipal do prefeito Haddad (PT) tratava-se de um movimento fechado, não aberto ao diálogo, e para o governo estadual de Alckmin (PSDB) era uma questão de segurança pública e atos de vandalismo. A imprensa já dera aval para ações da polícia no sentido de conter os manifestantes e classificou os protestos como radicalizações de pequenos grupos de esquerda.

A manifestação ocorreu sob forte chuva e atraiu 15 mil manifestantes, segundo os organizadores. A repressão contra os protestos foi dura e houve confrontos entre a polícia e os grupos mais radicais, como os black blocs e anarcopunks; além de atrair um número maior de vândalos e saqueadores, que naturalmente se aproveitam do caos do centro da cidade para agir nestas situações.

O processo de criminalização dos atos foi intensificado e a prisão de manifestantes ocorreu em maior número atingindo, inclusive, jornalistas e cidadãos que não participavam ativamente dos protestos.

Os relatos de abuso das autoridades policiais foram muitos. Houve casos em que manifestantes foram levados a presídios destinados e membros do crime organizado. Em depoimento, um militante relatou que foi transferido no meio da madrugada para um Distrito Policial no Bom Retiro, onde dormiu e conversou com outros presos (LOCATELLI, 2013, p. 24),)

*“Eles falaram que estavam presos por vender drogas, porque matou não sei quem. Aí os caras falavam: “puta merda, o que vocês tão fazendo aqui? Os policiais tão zoando com vocês”(…) Ao chegar no CDP, foram obrigados a encurtar a barra das calças para ficarem do comprimento de uma bermuda. Um carcereiro entregou uma máquina de cortar cabelo, para que cortassem os fios uns dos outros. Isso ocorreu em uma cela com o chão molhado de esgoto. Naquele momento, ele não sabia mais se seus amigos do lado de fora iriam conseguir ajudá-lo. O último contato com um advogado havia sido ainda na praça da Sé. (...) Ele só soube que estava sendo levado ao presídio do Tremembé, distante 150 quilômetros da capital, ao chegar ali, onde foi bem tratado.”*

Foi o início de outra frente de luta que se estenderia pelos próximos dias: a atuação em delegacias e presídios por meio de advogados. Neste momento, muitas ONG's de direitos humanos e liberdades civis auxiliaram o MPL com serviços advocatícios para obtenção de *habeas Corpus* e proteção contra abuso de poder. A anistia internacional publicou nota <sup>26</sup> onde disse que *“vê com preocupação o aumento da violência na repressão aos protestos contra o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo. Também é preocupante o discurso das autoridades sinalizando uma radicalização da repressão e a prisão de jornalistas e manifestantes, em alguns casos enquadrados no crime de formação de quadrilha”*. Não somente Ongs relacionadas a direitos humanos, mas diversas outras se juntaram ao movimento a partir do terceiro ato.

O Passe Livre, através de ferramentas de financiamento coletivo via internet, arrecadou cerca de R\$ 30 mil para pagamento de fiança a membros do movimento ou não. Essa ação de apoio aos manifestantes que não estavam ligados formalmente ao MPL foi fundamental para oferecer segurança jurídica aos protestos e fortalecer o esforço em atrair maior número possível de pessoas às ruas.

---

26 <<https://anistia.org.br/noticias/anistia-internacional-defende-solucao-pacifica-para-impasse-entre-manifestantes-e-autoridades/>>

**Detidos em manifestação contra tarifas em 11 de junho**

<b>Delegacia</b>	<b>Número de presos</b>	<b>Acusações que responderam</b>
78° DP	Nove detidos	Dano ao patrimônio e formação de quadrilha (sem fiança)
78° DP	Um detido	Dano ao patrimônio, formação de quadrilha e provocar incêndio (sem fiança)
78° DP	Um detido	Dano ao patrimônio (teria quebrado vidros do Metrô), com fiança arbitrada em R\$ 20 mil
78° DP	Seis detidos	Pichação, desacato à autoridade, fechar vias e jogar objetos contra prédios e ônibus.
1° DP	Três detidos	Dano qualificado, desacato à autoridade e lesão corporal, dois deles com fiança de R\$ 3 mil arbitrada

*\* Informações da Secretaria da Segurança Pública*

Apesar da prisão de jornalistas, a mídia manteve a linha editorial que associava os manifestantes a vândalos, atribuindo a eles a responsabilidade pelo confronto com a polícia. O episódio do policial encurralado com rosto ensanguentado e arma em punho, cuja imagem estampou a capa dos principais jornais do dia seguinte foi usado para generalizar as ações do dia 11 de junho.

O prefeito Fernando Haddad e o Governador Geraldo Alckmin, que estavam em Paris divulgando a candidatura da cidade de São Paulo a sediar e Expo 2020 mantiveram suas posições em relação aos manifestos via declarações à imprensa e em redes digitais:

@geraldoalckmin: <sup>27</sup>“É dever da polícia preservar a integridade das pessoas, o direito de ir e vir, o patrimônio público, e agir quando há vandalismo e baderna”.

“Eu disse e repito que não vou dialogar em uma situação de violência, falei várias vezes. A renúncia à violência é pressuposto ao diálogo. A prefeitura dialoga com todos os movimentos sociais, não tem preconceito”, afirmou o prefeito em entrevista à Rádio CBN<sup>28</sup>

O ministério público de São Paulo solicitou uma audiência com técnicos da área de transportes dos governos e representantes dos manifestantes (integrantes do MPL, diretores do

27 <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>

28 <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-vamos-deixar-que-se-confunda-baderna-com-direito-a-livre-manifestacao-afirma-alckmin-6239.html>

Sindicato dos Metroviários do Estado de São Paulo, representantes da UNE e partidos políticos de esquerda que têm apoiado as manifestações recentes, como PSOL e PCB). A fim de intermediar uma solução. Foi proposta uma suspensão do reajuste por 45 dias, condicionada a uma suspensão dos protestos pelo mesmo período, quando seria criada uma comissão a fim de buscar uma solução negociada. Nas palavras do promotor que conduziu o caso<sup>29</sup>: “*Caso os governos não queiram transigir na questão, estarão devolvendo a estes movimentos um protagonismo. Hoje assistimos a um gesto de boa vontade deles em devolver essa questão [sobre a redefinição tarifária] ao Estado.*” Os representantes dos movimentos ali presentes aceitaram a proposta que, no entanto, foi recusada pelo governo estadual e municipal.

Em convocação aos protestos marcados para o dia 13 de junho, o grupo “*Anonymous*” invade o site da secretaria estadual de educação convocando os manifestantes:

*“Exigimos a redução da tarifa! Os supostos representantes devem ouvir a vontade do povo. Basta de políticos inócuos! Estamos acordados! Seus dias de fartura estão contados! Dia 13 de Junho, 17h no Teatro Municipal de São Paulo! Todos às ruas!”*

A ação foi coordenada entre diversos grupos do movimento hackativista, que também invadiu sites da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Goiás e Brasília, quando foram divulgados diversos dados das três corporações, como boletins internos e confidenciais, manuais de orientações aos policiais, cópias de provas de ingresso à polícia e escala de serviço e viaturas.

### **Criminalização, Manifestações e Violência**

A violência da repressão observada nos primeiros protestos contra o aumento da tarifa, baseada na criminalização dos atos enquanto “supressores do direito coletivo”, fez com que, naquele momento dos atos, o direito de se manifestar fosse mais debatido que a revogação do aumento tarifário. O tratamento judicial e penal foi o caminho seguido pelas instituições ao lidar com os manifestantes.

No protesto do dia 13 de Junho, “*participaram quase 20 mil manifestantes (segundo os organizadores), com 235 detidos e mais de 100 feridos – sendo 2 detidos e 22 feridos*

---

29 <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/12/mp-sp-vai-propor-suspensao-de-reajuste-da-tarifa-por-45-dias.htm>

*jornalistas que cobriam a manifestação*”<sup>30</sup>. O número de jornalistas feridos é compatível com situações vividas por correspondentes de guerra. A detenção prévia aos atos, para “averiguação”, deu ares de prisão política e atraiu a atenção de organizações de defesa dos direitos humanos e até mesmo da anistia internacional.

Esse embate frente a frente, característico dos movimentos que ali estavam, levanta outra divergência que provocou intensos debates nos atos de junho de 2013. O termo “violência” foi usado por todos os lados. Os movimentos sociais acusam o sistema político de violentar diariamente a sociedade. A mídia os atos de vandalismo e exige repressão violenta. A tropa de choque age violentamente para cumprir a lei e manter a ordem. Os black blocs atacam a polícia para combater a repressão e proteger os manifestantes enquanto os anarquistas e punks devolvem à sociedade a violência a que são submetidos no cotidiano das cidades.

Resgatar o debate político num cenário de confrontos violentos sempre foi um problema dos movimentos que lidam diretamente com a repressão. A batalha entre o uso da força repressiva versus o direito de protestar torna-se um fim em si mesmo e a causa política se esvai. O que é ou não violento passou a ser questionado pela sociedade e o grande apoio popular que foi dado às manifestações, apesar do que era propagado pela mídia, demonstrou que essas convenções não são tão rígidas como se pensava. “*Dizer que alguém é violento é agir sobre essa pessoa, é demandar algo como uma outra violência para interromper a violência dessa pessoa*” (MISSE, 2008, p. 9). A violência é vista de diversas formas de acordo com o agente político que a executa.

Os novos movimentos sociais urbanos trazem à tona esse debate. A violência no centro da cidade causa grande comoção entre aqueles que não a vêem no dia a dia da periferia. Tipificá-la como “vandalismo” não reflete todos os aspectos a ela inerentes. “*Ao não considerar a complexidade do tema, muitos relatos jornalísticos acabam caindo na armadilha de transformar o fenômeno da violência em um sujeito, capaz de praticar ações, ou como uma aberração, que faria ruir a normalidade pacífica do ordenamento da vida social*” (MENDONÇA, 2014, p. 43).

A postura adotada pelo MPL, pelos representantes do sindicato dos metroviários (o presidente deste sindicato fora detido nas manifestações do dia 13/06) e pelos partidos políticos que aderiram à causa, ao tratar as detenções na esfera política, e fugindo do embate tradicional entre as motivações do movimento versus repressão arbitrária, foi fundamental

---

30 Dados apresentados no documento: “Relatório dos Protestos no Brasil”; o qual apresenta uma visão jurídica detalhada dos atos, abordando violações de direitos individuais, condutas da polícia e direito à livre manifestação. Disponível em: < <http://www.artigo19.org/protestos/> >

para que houvesse um avanço das manifestações em direção ao direito pela liberdade de manifestação e expressão ao invés de enveredar para um debate sobre a legitimidade dos atos de vandalismo.

#### **4º Ato: 13 de Junho- Chegou a Hora do Basta**

- ✓ PM exerce repressão demandada pela imprensa
- ✓ Detenção prévia de Manifestantes
- ✓ Nacionalização do debate
- ✓ Envolvimento de entidades civis

A quinta-feira, 13 de junho de 2013, seria um dia decisivo para as pretensões do MPL, que enfrentava naquele dia a dura repressão observada nos atos anteriores, com alguns manifestantes ainda presos, e a rejeição generalizada da grande imprensa à reivindicação pela revogação imediata do aumento das tarifas. A manhã daquela quinta-feira trouxe um ultimato público dos editoriais dos grandes jornais e da mídia televisiva que, além de explicitar a falta de conhecimento em relação aos movimentos sociais que conduziam os protestos, demandavam maior repressão policial:

#### **O Estado de São Paulo: “Chegou a Hora do Basta.”<sup>31</sup>**

*“ (...)ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem. (...) O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a diversidade dos grupos que o compõem - anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo.”*

#### **Folha de São Paulo: Retomar a Paulista<sup>32</sup>**

---

31 Editorial, 13/06/2013 <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>>

32 Editorial <<http://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>

*“São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. (...)Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista.(...) No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.”*

***Jornal da Globo – Arnaldo Jabor***<sup>33</sup>

*“A grande maioria dos manifestantes no Movimento Passe Livre são filhos de classe média, isso é visível. Ali, não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres, ali, eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotov, que ganham muito mal. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. Há talvez a influência da luta na Turquia: justa e importante contra o islamismo fanático. Mas, aqui, se vingam de quê? Justamente, a causa deve ser a ausência de causas. Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos.”*

Em meio à cobrança generalizada da imprensa por maior repressão, a divulgação de vídeos mostrando abusos de autoridade e violência nos atos anteriores via redes sociais fazia o contraponto midiático. O MPL também publica um artigo na Folha de São Paulo<sup>34</sup>:

*“O impacto violento do aumento no bolso da população faz as manifestações extrapolarem os limites do próprio movimento. E as ações violentas da Polícia Militar, acirrando os ânimos e provocando os manifestantes, levaram os protestos a se transformar em uma revolta popular. É uma questão de escolha: se nossa sociedade decidir que sim, o transporte é um direito e deve estar disponível a todos, sem distinção ou tarifa, então ela achará meios para tal. Isso parcialmente foi feito com a saúde e a educação. Mas sem transporte público, o cidadão vê seu acesso a essas áreas fundamentais limitado. Alguém acharia certo um aluno pagar uma tarifa qualquer antes de entrar em sala de aula? Ou para ser atendido em um posto de saúde? A demanda popular imediata é a revogação do aumento, e é nesses termos que qualquer diálogo deve ser estabelecido. A população já conquistou a revogação do aumento da tarifa em Natal, Porto Alegre e Goiânia. Falta São Paulo.”*

O quinto ato foi iniciado na tarde daquele 13 de Junho sob grande tensão entre o Movimento Passe Livre, as autoridades públicas e a imprensa. As manifestações começaram

<sup>33</sup> Arnaldo Jabor, “Jornal da Globo”, Edição do dia 12/6/2013.

<sup>34</sup> Folha de São Paulo – Opinião - 13/06/2013



com a presença predominante de entidades estudantis, militantes do MPL e de partidos de esquerda agora atraíam também grande quantidade de ativistas de mídia independente, cyberativistas, organizações não governamentais de direitos humanos e de imprensa livre. A concentração inicial reuniu cerca de 20 mil pessoas e a polícia fazia detenções preventivas, as chamadas “detenções para averiguação”. O Jornalista Piero Locatelli, da revista Carta Capital, foi um daqueles detidos previamente pelo porte de vinagre, substância que alivia os efeitos do gás lacrimogênio, e narrou a conduta (LOCATELLI, 2013, p. 26):

“O tratamento mais agressivo não foi exclusivo para a imprensa. Aquele foi o dia com mais detenções, sendo 61 presos em flagrante e mais de duzentos “levados para averiguação”. Passei a madrugada falando com militantes que também presenciaram situações parecidas com a minha. Vídeos amadores mostrando as arbitrariedades da polícia pipocavam nas redes sociais. Não fui o único a passar a noite insone.”

Os atos ocorreram conforme os editoriais dos principais jornais clamaram na manhã do dia 13 de Junho. A pauta dos movimentos pela revogação do aumento das tarifas de transporte público transformou-se numa batalha campal pelo direito à manifestação e a liberdade de expressão. A transmissão em rede nacional ajudou a divulgar os fatos. Nquelas cidades onde também havia lutas em curso contra a tarifa do transporte público, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os protestos se fortaleceram. Naqueles locais onde esse tema era secundário, acabou ganhando relevância na discussão pública. O jornalista Élio Gaspari relatou o evento<sup>35</sup>: *“Quem acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus ao longo dos dois quilômetros que vão do Teatro Municipal à esquina da Consolação com a rua Maria Antônia pode assegurar: os distúrbios desta quinta-feira começaram às 19h10m, pela ação da polícia, mais precisamente por um grupo de uns vinte homens da tropa de choque, com suas fardas cinzentas, que, a olho nu, chegaram com esse propósito.”*

Com 61 detidos (além de mais de 200 levados para averiguação) as manifestações ganham apoio da sociedade civil organizada. Advogados e estudantes de direito formaram a frente “Habeas Corpus – MPL” e ofereceram apoio jurídico. Já no dia 14 de Junho, não havia mais nenhum detido em relação aos protestos do dia 11 e do dia 13 de Junho. Vinagre não foi o único pertence que gerou prisões naquele fim de tarde (LOCATELLI; 2013 p.30). Megafone, potes de tinta guache e até uma bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB) serviram como motivo para as detenções.

A partir de então, entidades civis que se mantinham afastadas dos atos não puderam mais se abster de manifestar-se. Foram publicadas notas de repúdio à repressão policial

---

35 O Globo- PM começou a batalha na Maria Antonia 13/06/2013

exagerada por parte da OAB, da Anistia Internacional, do Instituto Sou da Paz e de diversas outras organizações da sociedade civil organizada.

Movimentos sociais que participavam timidamente dos atos se manifestaram publicamente mantendo, contudo, o tom partidário e o viés político de seu apoio, abordando a liberdade de expressão e a questão do transporte público de forma viesada por um embate entre governo e oposição. O manifesto<sup>36</sup> assinado pela UNE (que promovia o 11º Congresso da UEE – União Estadual dos Estudantes de São Paulo- em Ibiúna, a 70 km de distância de São Paulo); MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, PJ- Pastoral da Juventude; UBES- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UJS- União da Juventude Socialista, entre outras entidades, cita o partido PSDB em vários trechos e vinculam o reajuste das tarifas a um embate entre os Governos do PT e do PSDB:

*“A PM do estado de São Paulo, controlada pelo PSDB, (...), Não podemos esperar um comportamento democrático de uma PM liderada pelo PSDB (...). A lentidão da expansão do metrô é uma questão crônica da gestão do PSDB” (...)*

E quando cita a prefeitura de Haddad (PT) o faz com ressalvas à sua atuação: *“A movimentação da prefeitura para adiar e realizar um aumento da passagem do ônibus abaixo da inflação do último período, dentro de um quadro de pressão das empresas concessionárias, (que lucram com a chantagem sobre a prefeitura)”*(ajustar a frase. Falta algo).

Neste momento dos protestos, o MPL e os movimentos sociais que conduziam os atos desde os primeiros dias perderam controle sobre a pauta dos manifestantes e seu desenrolar, embora fossem reconhecidos pela imprensa e pelo poder público como líderes do processo. Embora o tema do transporte público tenha ganhado grande repercussão, a indignação e a revolta a favor da livre manifestação tornaram-se os principais motivos que levariam as pessoas às ruas no próximo ato,

## **Os Black Blocks**

Os protestos de Junho apresentaram à maioria da população a versão nacional de um grupo que ganhou destaque na mídia internacional nas manifestações contra as reuniões da OMC em Seattle (1999): os black blocs. Visto como uma tropa de choque das manifestações no enfrentamento com a polícia foram imediatamente associados aos atos de vandalismo e às ações violentas. Entretanto, nem todos que estavam em

---

36 O Estado de SP – 14/06 Grupos Saem em defesa da Manifestação.

confronto direto com a polícia ou depredando prédios e ônibus eram black blocs, da mesma maneira que houve grupos de adeptos dessa tática que optaram por ações não violentas. Como ocorreu com outros grupos mais radicais, a caracterização dos black blockers pela mídia foi falha em diversos aspectos.

O que distingue os black blocs não é o recurso da força, tampouco o uso de equipamentos defensivos ou ofensivos em passeatas e manifestações- até porque muitos black blocs protestam pacificamente sem qualquer equipamento. Na verdade, o que diferencia essa tática de outras unidades de choque é sobretudo a sua caracterização visual – roupa inteiramente preta da tradição anarcopunk - e suas raízes históricas e políticas nos autônomos, o movimento autonomista de Berlim ocidental, onde a tática black bloc foi empregada pela primeira vez nos anos 1980. (DUPUIS-DERI, 2014, p. 40)

Com presença mais atuante no início dos atos em São Paulo, quando os protestos estavam mais restritos aos movimentos sociais e o confronto com a polícia dava-se de maneira mais clara; os black blocs atuaram fortemente também do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, na fase mais violenta dos atos. Este grupo que ocupa a linha de frente das manifestações não é novidade dentro da tática dos protestos de rua dos movimentos autônomos. O Black Blockers compartilham uma tática, e não necessariamente uma organização de movimento. Um bloco poderia ser formado por alguns militantes do MPL, de partidos políticos de extrema-esquerda ou de jovens que não são adeptos à militância em movimentos sociais organizados e aparecem eventualmente nos atos. Logicamente, a tática costuma atrair militantes mais adeptos ao confronto direto e atos de desobediência civil.

O principal estímulo para que os black blocs ganhassem destaque nos atos de junho de 2013 foi o fato dos protestos serem liderados por um movimento social receptivo, ou pelo menos não recriminador, às suas táticas. O MPL, com origem nos movimentos alterglobais, não criminaliza os métodos do confronto direto, desde que integrados à reivindicação dos atos. Essa condição é de fundamental importância, uma vez que não há ação black bloc totalmente isolada, sem vínculo a uma causa em destaque nas ruas.

Nas palavras de um militante do MPL<sup>37</sup>, *“temos que deixar claro nosso objetivo é tentar controlar isso, mas a gente não expulsa ninguém dos atos. A gente não acha que a rua é nossa. A tática "black bloc" não é como o MPL se propõe a atuar, mas não criminalizamos a ação política dos outros. As pessoas que optam por*

---

37 Folha de S. Paulo – MPL diz que não condena os Black Blocs 21/06/2014

*determinada ação política é que tem que justifica-la.*” Essa atitude abertamente receptiva aos black blocs não foi compartilhada por outros movimentos tradicionais.

Não se opor à vinculação feita pela mídia da imagem do movimento e dos protestos aos black blocks foi uma atitude em linha com as bases ideológicas do MPL, embora arriscada. Criminalizar o confronto direto é uma atitude da maioria dos movimentos sociais para evitar que seus atos percam legitimidade junto à opinião pública (DUPUIS-DERI, 2014, p. 182). Em troca de recriminar os black blocs publicamente, os porta-vozes do movimento progressista esperam ser recompensados politicamente pelas autoridades e, assim, reconhecidos como atores legítimos e aptos a receber convites para discutir e, talvez, negociar com os governos.

“Representantes de movimentos e organizações progressistas acusam os black blocs e aliados de não respeitar o processo democrático. (...) Os pressupostos por trás dessas críticas vêm de uma visão dominante segundo a qual um movimento social deve ser unificado e avançar em uma única direção determinada por líderes esclarecidos confortavelmente instalados na chefia de organizações que são, em tese, responsáveis, democráticas e representativas da sociedade.” (DUPUIS-DERI, 2014, p. 174)

Com a massificação dos atos, houve a atração de mais adeptos ao protesto anônimo e anárquico dos black blocks. Jovens de classe média e de periferia que queriam participar pontualmente dos protestos de forma independente, sem líderes ou condutas a seguir. A repressão, entretanto, ficou mais severa e os black blocs tornaram-se o grupo mais visado, inclusive com detenções prévias para averiguação. Táticas de monitoramento, infiltração de policiais nos atos (chamados de “P2” pelos militantes) e sabotagem dos protestos foram amplamente noticiadas pelas mídias independentes.

Como os black blocs são muito visíveis, a polícia pode facilmente entrar em uma multidão e prender os membros do grupo. Os black blocs são especialmente vulneráveis a infiltração policial e a agentes provocadores. O uso de máscaras acaba facilitando a infiltração, e não é difícil imaginar policiais disfarçados circulando em grupos pequenos e prendendo manifestantes incautos. Além disso, agentes provocadores podem cometer atos ilegais e até mesmo violentos para manipular manifestantes genuínos e a mídia, justificando, assim, intervenções policiais mais agressivas. (DUPUIS-DERI, 2014, p.192)

Em São Paulo, a atuação dos adeptos dessa tática foi diminuindo à medida que, além da repressão, o perfil dos manifestantes modificou-se e os black blocs tornaram-se “*personas non gratas*” nos protestos. No Rio de Janeiro<sup>38</sup> e em Belo

---

38 Sobre os Protestos no Rio de Janeiro e os conflitos: Morro Vs Asfalto, ver GUTERRES (2013)

Horizonte<sup>39</sup>, onde os confrontos mais violentos ocorreram na fase final dos protestos, em razão da realização dos jogos da Copa das Confederações, a atuação dos black blocs estendeu-se durante todo o mês de Junho.

### **15 e 16 de Junho: Guinada da Mídia ou “Será que formulamos mal a pergunta?”**

Nos dias seguintes à batalha campal ocorrida no ato do dia 13 de Junho, ao mesmo tempo em que a indignação contra a repressão exagerada ganhava cada vez mais adeptos a imprensa que, até dois dias antes demandava mais repressão, mudou seu discurso.

Houve episódios emblemáticos durante o próprio ato do dia 13, como a pesquisa<sup>40</sup> realizada pelo jornal televisivo “Brasil Urgente”, ao vivo com imagens dos protestos, perguntou aos telespectadores se eram a favor deste tipo de protesto. Após ampla maioria dizer que sim, o apresentador do programa policial reformula a pergunta: *“Será que nós formulamos mal a pergunta? ‘Você é a favor de protesto com baderna? Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, porque aí fica claro, senão o cara não entende”*. Após a nova pesquisa repetir o resultado da enquete anterior, o apresentador muda de opinião: *“Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida que apoia qualquer tipo de protesto. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra ‘protesto’ poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento de passagem.”*

O Colunista Arnaldo Jabor, que três dias antes havia dito que o MPL - “revoltosos de classe média” - não valia nem 20 centavos, na manhã seguinte aos protestos do dia 13, se retrata<sup>41</sup>:

“Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim, errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me pareceu um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de R\$ 0,20. E era muito mais que isso! Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro que o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 1992 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram o presidente. Hoje eu acho que o Movimento Passe

39 Sobre a atuação black bloc e anarquista, acessar o documentário: “COM VANDALISMO” disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>>

40 Datena é surpreendido por protesto: <<https://www.youtube.com/watch?lc=HpkadNWI4vIuiVNDopktGiVx-yxXhUMWh-HrAEGR91g&v=7cxOK7SOI2k>>

41 Rádio CBN, (14/06/2013)

Livre expandiu-se como uma força política original. Até mais rica do que os caras pintadas.”

O apoio repentino da grande mídia aos protestos foi muito útil para trazer visibilidade atenção nacional aos movimentos urbanos que iniciaram as manifestações, aumentando consideravelmente a quantidade de pessoas que iriam às ruas dali para frente. Essa divulgação “espontânea” não veio, entretanto, sem a distorção que é corriqueira no tratamento da mídia aos movimentos sociais. A imprensa disseminou conceitos totalmente discrepantes daqueles propagados pelos movimentos autônomos. Quando Arnaldo Jabor afirma que o MPL “*não tem um rumo e objetivo certo a priori*”, afirmava exatamente o oposto do que fora dito pelo Passe Livre durante todos os atos: pauta única: revogação do aumento. Desconsiderava todo um histórico de lutas, a presença de partidos políticos nos atos desde o início e sequer procuraram compreender o cyberativismo e as táticas de rua.

Seja por falta de conhecimento e relação aos movimentos sociais ou por tendências políticas, a grande massa que era esperada no próximo protesto, desta vez com amplitude nacional, foi bombardeada com as “regras do jogo”. O protesto contra a repressão que levou milhares de pessoas às ruas deveria se tornar um ato cívico desvinculado de viés político. A distinção proposta entre “*Manifestantes*” e “*Vândalos*” ficou bem clara: Aqueles que saíssem às ruas em marcha com um cartaz na mão eram “manifestantes” e toda ação articulada que repetisse a atuação dos protestos nos primeiros atos, como a violação de catracas em ônibus e metrô, ataques a instituições privadas, obstrução de vias públicas, entre outras, passaram a ser atitudes de vândalos e deveriam ser denunciadas pelos “manifestantes”:

#### **O Estado de S. Paulo<sup>42</sup>**

*“O sucesso do protesto provavelmente se deve também à estratégia de ação. Ao confrontar a ordem pública colocando barricadas em chamuscas nas ruas, espera-se uma reação da polícia. E, quando essa reação é desproporcional, "baderneiros" viram "mocinhos" e são vistos como os que lutam por uma cidade justa.”.*

#### **Arnaldo Jabor – O Globo<sup>43</sup>**

*“Mas agora peço atenção (e uma pausa nos esculachos contra mim) aos jovens que me lêem, para algumas linhas sobre este fenômeno que surgiu nas redes sociais e em milhares de “sacos cheios” por tanta paralisia política no Brasil e no mundo. (...)É fundamental que o Passe Livre se amplie e persiga objetivos concretos. Por que as obras do*

42 O Estado de SP (17/ 06/ 2013) Monika Dowbor

43 'Passe Livre' vale mais – O Globo 17/06/2013

*Rio São Francisco estão secas? Por que obras públicas custam o dobro dos orçamentos? Por que a inflação está voltando? Por que a infraestrutura do país está destruída? Por quê?”*

### **Revista Veja: Qual a Razão de Tanta Fúria?<sup>44</sup>**

*“As minorias que participaram ativamente do quebra-quebra são os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO e PCdoB), militantes radicais de partidos de centro-esquerda (PT e PMDB), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento. Mas essa minoria interessa pouco. Ela sempre será minoria, por definição — ou alguém acha viável um país em que a maioria dos cidadãos quebra tudo a sua volta, dia sim, dia não?”*

A intervenção mais importante, tanto pelo teor quanto pelo impacto da tiragem, é a da revista Veja. Com uma reportagem típica, na qual desqualifica os manifestantes de classe média por defenderem uma demanda popular. Nada incomoda mais a veja do que a traição de classe (JUDESNEIDER, 2013, p. 141). A revista sugere que deveria haver um motivo que não seja a confusão e a excitação juvenil para os protestos.

O MPL, a partir deste momento, perdia o controle das manifestações, ao mesmo tempo em que era procurado desesperadamente pelos governos a fim de que fosse articulada uma interlocução capaz de oferecer um rumo aos protestos. Os atos marcados para o dia 17 de Junho em todo o país transformaram-se num grande movimento cívico em prol da liberdade de expressão. Ao MPL e aos movimentos urbanos restava o esforço para que não fossem engolidos pela multidão e que suas reivindicações continuassem a ser o fio condutor dos atos.

### **Mídia e os Novos movimentos Sociais**

O relacionamento entre os movimentos autônomos de origem antiglobalização e a grande mídia sempre foi conflituoso. A atuação por meios de atos de confronto direto do poder público e privado quase sempre é distorcida ao ser transmitida para a população em geral. A dicotomia entre a necessidade de transmitir à população as razões do manifesto e o risco de vê-lo deturpado pelas transmissões dos fatos sempre imperou entre os ativistas.

Análise de comportamento da imprensa nos atos de Junho de 2013 não é a proposta principal deste trabalho. Contudo, a interação mídia-movimentos sociais

---

44 Revista Veja (19/06/2013)

explica muitas condutas dos movimentos antissistêmicos em suas ações de rua. Seja para se preservar da criminalização ou para que os atos cheguem à população, a mídia é um indutor de comportamento dos ativistas.

Autonomists do not seek publicity -- indeed, they are known for their hostility to and attacks upon photographers who show up at their events. Activists have several reasons for preventing the mainstream media from broadcasting news of their movement. Most obviously, the police use photos and video footage from the media to identify and arrest people. More subtly, activists consciously wish to prevent the media from artificially creating leaders (which they view as one of the shortcomings of the New Left). In order to maintain the integrity of their own groups, they shut out the media as intrusive forces which undermine the autonomous identity they have created. (KATSFIAFICAS, 2006, p. 22)

Ao optar por ativismo mais combativo, os movimentos antiglobalização se colocaram em confronto com a grande imprensa. O ativista Pablo Ortellado (2004, p. 27), explica os conflitos à época:

“O risco de ações puramente midiáticas era um tema particularmente sensível em nossas discussões porque não queríamos apenas forjar uma notícia, mas, principalmente, envolver um número crescente de pessoas em um processo de oposição radical obediência civil. Assim, as discussões oscilavam entre a necessidade de ampliar nossa voz, tentando canalizar o interesse da mídia corporativa, e o receio que a ênfase da cobertura midiática nos desviasse na necessidade de agregar cada vez mais gente. (...)O problema era que, apesar do interesse da mídia, nossa capacidade de influenciá-la era evidentemente limitada. Algumas ações tinham uma repercussão positiva surpreendente, mas, na maioria dos casos, a mídia se mostrava simplesmente canalha

O trato com a mídia é um entrave histórico, portanto, dos movimentos autônomos. Grupos com táticas mais radicais, como os anarquistas, punks e black blocs optaram não somente por ignorá-la como, também, hostilizar e combater a imprensa corporativa. O MPL, em seu estatuto,<sup>45</sup> define que *“deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público.”*

Essa atitude ríspida com a mídia foi presente nas revoltas anteriores contra a tarifa, nas diversas cidades onde o Passe Livre possui representação. No ano de 2013, contudo, o MPL foi mais ativo no contato com a imprensa desde o início. Sem estabelecer líderes, aumentou o número de notas publicadas em seu site à medida que os atos repercutiam no noticiário, sempre com a assinatura do movimento como um

---

45 <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>



todo e nunca individualmente por seus ativistas. Elegeram, também, um representante para falar com a imprensa durante os atos. Em entrevista, um militante relatou essa mudança de postura: *“Durante os protestos, o movimento atendeu a maior parte dos veículos, incluindo as maiores redes do país. Uma militante conta que, ao dar uma entrevista para a Rede Globo, sentiu-se mal. “Aquilo é tudo que eu não acredito. Mas se você não der entrevista para a grande imprensa, vai vir o malucão do PT e falar um monte de bosta. Se a gente não falar, outras pessoas vão falar. Então, é melhor que a gente fale.”* (LOCATELLI, 2013, p. 19)

Essa postura mais atenta à repercussão da reivindicação pela revogação da tarifa foi um passo à frente na estratégia do grupo em relação aos anos anteriores. Embora tenha havido essa maior complacência com a mídia, percebe-se um discurso padronizado, repetido nas declarações à imprensa: Não falar sobre a vida privada dos militantes nem usar perfis pessoais em rede social para publicar em nome do movimento, resgatar o histórico da luta desde a revolta do buzu de 2003, e colocar como único objetivo daquele momento a revogação do aumento da tarifa. Algo além disso dificilmente seria obtido pelos jornalistas.

A relação de pouca proximidade com a mídia também é compartilhada pelos partidos e sindicatos (Psol, PSTU, Sindicato dos Metroviários e MTST) que estavam presentes na linha de frente dos protestos. Numa lógica diferente dos grandes sindicatos e partidos políticos que, geralmente, demandam o oposto: mais atenção e cobertura da imprensa às suas ações para que cheguem à sociedade.

Esse ambiente foi propício para que houvesse a ampla atuação dos grupos de mídia independente nos eventos de Junho de 2013. A massificação e barateamento dos equipamentos e meios de transmissão facilitou essa prática executada no espírito alterglobalista: *“Odeia a mídia? Seja a mídia!”*. Essa interlocução entre os movimentos autônomos e as mídias independentes, contudo, não é novidade e é praticada desde os protestos em Seattle (1999), quando surgiu o site do Centro de Mídia Independente (CMI) para cobrir os protestos de Seattle (ORTELLADO, 2004, p.29), que fora concebido como um banco de dados multimídia, onde os manifestantes publicavam, eles mesmos, seus relatos, entrevistas, fotos e vídeos, dispensando a intermediação dos jornalistas.

Nos atos de 2013, em razão da tecnologia disponível nas redes digitais, qualquer ativista poderia tornar-se mídia. A representação mais conhecida desse

modelo veio através do grupo Mídia NINJA. Braço de comunicação do grupo Fora do Eixo que, apesar de ser um grupo mais ligado a questões de fomento a políticas culturais específicas, possui bom trânsito entre os ativistas e, desde o início, foram um dos poucos grupos de mídia não repelidos pelos black blocs e anarcopunks, chegando ao ponto de, em certos momentos, serem a único aparato midiático articulado presente no chão, em meio aos ativistas, pautando, inclusive, a grande mídia com seus registros de imagens.

O relacionamento entre os movimentos sociais e a imprensa tornar-se-ia um dos grandes embates dos protestos de Junho. Uma nova arena de combate dos movimentos, num espaço social, como definido por (FOSSÁ, 2014, p.3):

Nesse espaço social, a mídia, ao observar a realidade e reconstruí-la, atua como aquela que reordena o mundo a fim de que possamos compreendê-lo em sua complexidade. É nesse sentido que a compreensão do jornalismo que buscamos delinear vai além de uma perspectiva meramente informativa; pois o jornalismo constrói as relações dos sujeitos com o mundo social, novas sociabilidades e vínculos entre o visível e o invisível, entre o dito e o silenciado, entre o que é bom ou mau; enfim, estabelece, a partir de suas representações mediáticas, um plano de referência para o modo como iremos construir e atuar socialmente.

Muitos daqueles que foram às ruas o fizeram não apenas para compor a massa de manifestantes ou integrar-se a uma reivindicação. Foram apenas para registrar a sua própria visão do que estava ocorrendo, sendo mídia, e para os objetivos do MPL foi altamente positiva essa mobilização *in loco*, transformando a auto expressão dos manifestantes em debate político e mecanismo de proteção dos ativistas.

### **Midialivrismo e Midiativismo**

Em certo momento dos atos de junho de 2013, quando a repressão diminuiu e grupos anárquicos tomaram conta das ruas, as mídias tradicionais começaram a ser hostilizadas pelos manifestantes, especialmente aqueles ligados a movimentos anárquicos, que possuem uma incompatibilidade histórica com a imprensa que os caracteriza como punks vândalos. A fase dos protestos mais agressivo à grande imprensa foi quando a polícia se retirou dos atos em razão da má repercussão da repressão e também da imagem que, até os atos do dia 13 de Junho, era passada pela imprensa em geral em relação aos manifestantes. Essa relação conflituosa entre os

militantes de origem alterglobal e a mídia não é novidade. Nas palavras do professor Silvio Mieli<sup>46</sup>:

“Se o Zapatismo foi a primeira insurreição contra a ordem mundial dos anos 1990, a Batalha de Seattle, em 1999, foi a primeira insurreição contra o monopólio midiático. Foi a primeira vez que se organizou um coletivo para cobrir o evento, descarregando as fotografias e os textos dos protestos diretamente na internet. Não foi apenas uma experiência política, foi uma das primeiras experiências mundiais desse tipo de uso da tecnologia. Depois o blog iria se popularizar. Tudo isso estava em Seattle. Foi um ponto de mutação.”

A narração jornalística não é isenta de valores, e, logicamente, a divulgação dos fatos pelas mídias independentes relacionadas aos movimentos autônomos não é diferente. *“Esse processo implica admitir que o jornalista, sujeito atuante na construção social das notícias, possui sua própria bagagem cultural, suas subjetividades e seus repertórios adquiridos.”* (FOSSÁ, 2014, p. 2). O midialivrismo pode ser uma forma de autoproteção ou, ainda, uma forma de ativismo independente dos movimentos organizados, sendo mais voltado à bandeira da mídia livre do que aos atos de rua.

Embora não seja um grupo com fortes ligações ativistas às raízes do Indimedya e dos movimentos de mídia pós-Seattle, os NINJA não são tão rejeitados pelos manifestantes autonomistas quanto a mídia tradicional. Antes de Junho de 2013 cobriam, além de eventos do FdE, marchas por liberdades individuais, como a da Maconha e do orgulho LGBT, e tornaram-se um importante instrumento de monitoramento demandado pelos manifestantes.

“A rigor, a mídia NINJA é mais importante como dispositivo de segurança do movimento social nas ações de rua, do que como meio informativo. Sobretudo quando transmite ao vivo, por streaming de vídeo. Ela inibe a repressão policial, porque testemunha e registra as arbitrariedades.” (LORENZOTI, 2014, p. 72).

A vigilância dos ativistas “sendo mídia” não foi exclusividade dos NINJA. Essa prática foi largamente adotada por militantes em momentos conflitos mais violentos e ações arbitrárias da polícia.” O ato de vigiar a polícia com câmeras e fotos, conhecido como “*copywatch*”, é uma estratégia midiativista de usar transmissões online para expor e monitorar a polícia (LORENZOTI, 2014, p. 88). É o diferencial do midiativismo para o jornalismo de relato, que dá a notícia e vai embora, alheio às suas consequências.

---

46 <<http://edson-capoano.blogspot.com.br/2009/11/midiativismo-guerra-da-informacao.html>>

Em entrevista ao programa Roda Viva<sup>47</sup> (TV Cultura), Bruno Torturra (representante do Mídia NINJA) e Pablo Capilé (coordenador do Fora do Eixo) foram convidados a esclarecer alguns pontos sobre essa nova forma ativismo midiático. Sem compreender que o Fora do Eixo não é um grupo anticapitalista e sim um coletivo de promoção de políticas culturais e que atua fortemente nas instituições governamentais (aqui não cabe entrar no mérito da pertinência dessas políticas e nos métodos utilizados para implantá-las), os entrevistadores, apesar de participarem de um programa formador de opinião, com reduzida porém qualificada audiência, replicam o conceito de violência e parecem submeter a cobertura do mídia NINJA à mesma chancela a que foram submetidos as principais personalidades que opinaram sobre a onda de protestos, cobrando-os a seguir o mantra: Manifestações, sim; vandalismo, não. O trecho<sup>48</sup> a seguir retrata esse viés:

**Jornalista:** O que vocês acham dos atos de vandalismo?

**Bruno Torturra:** Olha, eu estive presente, transmitindo ao vivo, e fomos bem recebidos pelos próprios black blocs.

**Jornalista:** Você acha bom isso?

**Bruno Torturra:** Não é uma questão de achar bom, ou achar ruim. A minha motivação não é a mesma dos black blocs.

**Jornalista:** Mas você condena esse tipo de ação?

**Bruno Torturra:** Eu acho que a discussão é mais complicada do que isso. Para condenarmos uma ação black bloc ou não, devemos discutir a prioridade midiática e o escândalo que a sociedade sente quando um patrimônio de um banco é quebrado. E a gente não encara com a mesma indignação quando o cidadão é agredido.

**Jornalista:** É a cobertura da mídia, então?

**Bruno Torturra:** É a visão da sociedade em relação a isso. O que a gente entende é que são jovens (black blocs) que não confiam no estado há muito tempo.

**Jornalista:** Isso é apuração ou suposição? Eu não vi entrevista deles (black blocs) dizendo isso.

**Bruno Torturra:** Nós transmitimos várias delas. Os black blocs dizem que vândalo é o Estado. Não é algo que eu concorde, mas eu compreendo de onde esse

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/rodaviva>>

<sup>48</sup> Programa Roda Viva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/rodaviva>>

pensamento vem. O black bloc, mais do que um movimento, é uma estética e uma tática internacional.

**Jornalista:** Ao defender o vandalismo, vocês estão se afastando de princípios básicos. Até que ponto o mídia NINJA apoia essa atitude?

**Bruno Torturra:** O que fazemos é uma narrativa jornalística, acho que tem poucos jornalistas presentes e cobrindo realmente os black blocs, até porque eles não falam com a grande imprensa, é uma política deles.

Ao não considerar a complexidade do tema, muitos relatos jornalísticos acabam caindo na armadilha de transformar o fenômeno da violência em um sujeito, capaz de praticar ações, ou como uma aberração, que faria ruir a normalidade pacífica do ordenamento da vida social (Mendonça 2014, p. 43). Há uma luta constante para obter uma opinião binária: Vocês apoiam? vocês concordam? Vocês incentivam? Vocês condenam? Esse ponto de partida do debate na imprensa é que torna difícil o diálogo dos movimentos mais radicais com a mídia.

Em Junho de 2013 o midiativismo ganhou grande projeção, embora não fosse uma prática recente, haja vista o amplo histórico de fanzines, a plataforma do Centro de Mídia Independente e os blogs e fóruns de discussão na internet. Os instrumentos de tecnologia e de conexão deram a oportunidade de cada movimento formar sua própria rede de distribuição de informações. O *copywatch* tornou-se um instrumento de proteção individual adotado por quase todos os manifestantes.

### **5º Ato – 17 De Junho**

- ✓ Massificação e nacionalização dos protestos
- ✓ Imprensa lança campanha pelo “bom manifestante”
- ✓ Perda de protagonismo dos movimentos sociais
- ✓ Ausência de repressão policial

A segunda feira, 17 de junho, começou com grandes expectativas em relação aos protestos. Foram convocadas manifestações em 12 capitais e diversas outras cidades do país, a maioria delas via redes sociais de grupos sem articulação política, contando com forte atuação dos coletivos de cyberativismo Anonymous.

Se, junto à massa de manifestantes bombardeada pela imprensa, o MPL (e a revogação do aumento das tarifas de transporte) já haviam perdido o protagonismo dos

protestos, restava-lhe se aproveitar os eventos em grande escala como forma de pressionar os governos a atenderem a sua reivindicação. Aparecendo mais na mídia e em reuniões com órgãos públicos, o Passe Livre convocou uma entrevista coletiva e aceitou convite em enviar dois militantes ao programa de entrevistas Roda Viva, transmitido ao vivo no mesmo momento em que os atos ocorriam. Nesta entrevista, um militante sentencia (JUDESNEIDER, 2013, p. 160): “*O objetivo dessas manifestações, dessa luta, desde que ela começou, é a revogação do aumento da tarifa, independente da amplitude que os atos tomaram.*”

Diante da multidão que era prevista neste ato e da grande atenção da imprensa voltada aos protestos, inclusive com cobertura ao vivo em horário nobre por parte dos maiores canais de TV aberta, pelo menos em São Paulo, o governo optou por não reprimir os atos. Na capa, o jornal O Estado de S. Paulo sentenciava<sup>49</sup>: “*Protesto ganha apoio e governo descarta choque. Secretário diz que não vai usar balas de borracha e chama líderes para diálogo no quinto dia de manifestação*”. Tampouco seriam adotados procedimentos de detenção para averiguação.

Com a perspectiva de que o cenário de confrontos com a polícia não se repetisse, uma multidão sem precedentes tomou as ruas de várias cidades do país. Era a vez dos indignados entrarem em ação cumprindo a conduta difundida pela imprensa, o protesto ganhou ares de ato cívico, então as bandeiras do Brasil e o hino nacional ganharam as ruas. O repúdio à presença de militantes de partidos políticos e movimentos sociais ganhou força e não havia espaço para ativismo político-social. Autoridades públicas, fossem de qualquer orientação ideológica, não compareceram aos atos sabendo que seriam acusados de tentativa de se apropriar politicamente dos acontecimentos. Os ânimos exaltados daquele dia ganharam destaque nos jornais: “*Ao meu lado, militantes que carregavam bandeiras do Psol e PSTU foram expulsos, enquanto tentavam argumentar que não eram oportunistas e estavam ali desde o primeiro dia.*” (LOCATELLI, 2013, p. 52)

O MPL, engolido pela grande massa e sem espaço para ações de rua, optou por convocar um ato simbólico, ocupando a ponte Octavio Frias de Oliveira (Fundador da Folha de São Paulo), que representa os valores combatidos na política de mobilidade urbana: Na ponte, não há passagens para pedestres ou ciclistas e nela sequer trafegam linhas de ônibus, além de servir de pano de fundo para os telejornais locais da Rede Globo de televisão.

Na cidade de São Paulo, as cinco horas de protestos ocorreram de forma pacífica e sem confrontos. No Rio de Janeiro, entretanto, onde também havia um movimento para

---

<sup>49</sup> O Estado de S. Paulo, 16/06/2013: Governo de SP descarta tropa de choque

revogar o aumento das passagens em curso, a noite foi de violência e saqueadores tomaram o centro da cidade. Em outras capitais, como Belo Horizonte e Brasília, onde existem grupos adeptos à tática black bloc ou anarcopunks, ocorreram atos porém sem vínculo explícito a um movimento social articulado. Na maior parte das cidades, contudo, não havia um histórico recente de articulação e os protestos já nasceram com ares de civismo e assim permaneceriam durante todo o mês de Junho de 2013.

O dia 17 de Junho foi, então, o grande dia dos Indignados. Representando a maioria da população que não participa diretamente de movimentos sociais ou organizações civis, as insatisfações diversas foram parar nos cartazes de protesto. O relato do jornal O Estado de S. Paulo<sup>50</sup> sintetizou os acontecimentos daquela noite:

Os repórteres do Estado verificaram que aumentou o número de insatisfeitos que aderiram às manifestações, com novas demandas. A rejeição da violência policial foi uma das principais tônicas. Os gastos do Governo Federal para promover a Copa do mundo também estiveram entre os alvos. O grito de guerra pela redução das tarifas de ônibus, metrô e trem – que era originalmente a pauta central – marcou presença, mas o coro foi engrossado com outras demandas, como mais educação e contra partidos políticos.

A revolta atingiu, então, instituições políticas que estavam à margem dos manifestantes. O Congresso Nacional, o Governo Federal, partidos políticos foram os principais alvos por todo o país. Governos estaduais também sofreram ataques severos, como o caso do Governo Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro. Na capa da Folha de São Paulo: *Milhares vão às ruas contra tudo<sup>51</sup>”: Dilma, Alckmin, Haddad, Cabral, Sarney, Feliciano, partidos políticos, corrupção, violência, saúde, inflação, cotas, imprensa, Fifa, Copa do Mundo. (...) Os que marcham não apresentam com clareza propostas do ponto de vista prático. Apenas querem um mundo melhor.*

Os grupos paralelos mais agressivos que acompanhavam os atos desde o início, como os black blocs e anarquistas, sempre rodeando os ativistas dos movimentos sociais, também foram repelidos neste dia: A cada sinal de violência dos mais exaltados, a massa vaiava e chiava. Nem os Black Blocs encontraram voz nas manifestações. O grupo havia pedido que os manifestantes usassem preto, mas parece não ter conseguido mobilizar as massas. Em vez do preto, o verde e o amarelo ganharam destaque. Muitos manifestantes usavam camisas do Brasil, pintavam o rosto e cantavam o hino Nacional. O que se viu foi uma grande trégua

---

50 Protestos reúnem 230 mil em 12 capitais e governantes viram alvo (18/06/2015)

51 Folha de S. Paulo – Movimento está divorciado dos políticos tradicionais (18/06/2013)

entre movimentos organizados e a polícia, em prol de uma comoção nacional naquele dia. O que não se repetiria com a mesma intensidade dali em diante.

### **Anonymous**

A atuação dos coletivos de hacktivism *Anonymous* nos protestos contra o aumento da passagem o transporte público pode ser comparada a uma versão digital dos black blocs. Mantendo o anonimato agem, na maioria das vezes, de forma independente dos movimentos sociais, articulados em pequenos grupos. Não há uma célula centralizadora das ações, e diversos coletivos de ciberativistas utilizam-se da denominação “*Anonymous*” para atuar na web. *Tais grupos, não raro se engajam em operações desconectadas umas das outras, promovendo, em determinados ambientes virtuais, uma verdadeira celeuma, regada, sobretudo, com ações diretas que vão desde a mera trollagem (zoar, chatear) até protestos políticos mais sérios (MACHADO, 2013, p.70).* Atuantes também em causas globais, foram destaque na divulgação das manifestações da Primavera Árabe e Occupy Wall Street.

Os coletivos digitais *Anonymous*, embora realizem ações que tiveram origem no cyberativismo zapatista, guardam pouca ligação ideológica com os movimentos autonomistas e de extrema esquerda. No início dos protestos, entretanto, direcionaram suas forças ao apoio às causas do MPL. Em 12 de Junho, a página da secretaria de educação do município de São Paulo foi atacada, expondo a mensagem:

*“Exigimos a redução da tarifa! Os supostos representantes devem ouvir a vontade do povo. Basta de políticos inócuos. Estamos acordados! Seus dias de fartura estão contados!” “todos às ruas” nesta quinta-feira (13), às 17h, no Teatro Municipal de São Paulo.*

Com o desenrolar dos protestos, os ataques realizados pelos coletivos *Anonymous* foram se ampliando, assim como suas reivindicações e seus alvos se desvincularam do aumento das tarifas. No dia 17 de Junho, invadem o site do PMDB<sup>52</sup>, para veicular a seguinte mensagem:

*“A luta da população contra o aumento das passagens de um transporte que se diz público está cada vez maior e mais forte! Mas a única resposta do governo é uma repressão policial mais truculenta e arbitrária a cada ato. As últimas manifestações completamente pacíficas foram recebidas com bombas e balas de borracha. Ficou claro que a violência parte sempre da polícia”*

---

52 <http://noticias.r7.com/brasil/grupo-de-hackers-anonymous-invade-site-do-pmdb-18062013>



No mesmo dia, invadem o perfil de twitter da revista Veja, criticando-a e convocando manifestantes para o próximo protesto. E, no dia 19 de Junho, o grupo divulga<sup>53</sup> dados pessoais (RG, CPF, declaração de bens e contatos telefônicos) de autoridades como Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula, Renan Calheiros, Aécio Neves, entre outros.

Até que, no dia 20 de Junho, em sentido oposto a todo o esforço do MPL e dos movimentos sociais que iniciaram os atos, os grupos *Anonymous* apoiaram a dispersão de pautas e a independência das manifestações em relação a partidos políticos e movimentos sociais. Em vídeo assinado pelo coletivo *AnonymousBrasil* foram divulgadas 5 pautas defendidas pelos Cyberativistas:

1. Não à PEC- 37, que pretende limiar a ação do Ministério Público nas investigações policiais;
2. Saída de Renan Calheiros da presidência do Congresso Nacional;
3. Investigação (pela Polícia Federal e Ministério Público Federal) imediatas nas obras da Copa das Confederações e FIFA 2014;
4. Uma lei que torne hediondo o crime de corrupção;
5. Fim do foro privilegiado para políticos.

O caráter disperso de suas reivindicações e o apartidarismo estavam em linha com a massa de manifestantes que tomava as ruas nos protestos a partir do dia 20 de Junho, quando o aumento das tarifas já havia sido revogado em várias cidades. Embora as ações dos cyberativistas não buscassem um objetivo concreto, os grupos *Anonymous* alcançaram extrema relevância nas redes de comunicação digital como formadores de opinião. Em estudo realizado pela empresa *interagentes*<sup>54</sup> apontou que:

Os perfis que se tornaram "nós" dominantes, isto é, receberam maior atenção em comentários, compartilhamentos de informações sobre os protestos e convocações para as manifestações de rua. Foi estabelecido um ranking com os cinco maiores "nós" de cada dia. Dos 20 listados, 12 traziam a bandeira "Anonymous". O nó "Passe Livre São Paulo" apareceu apenas em um dia, 13, quando a polícia reagiu com violência à marcha em São Paulo. Depois, desapareceu dos cinco primeiros lugares de maior relevância.

---

53 <http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/anonymous-divulga-supostos-dados-e-bens-de-dilma-lula-renan-ministros-e-presidenciais-20130619.html>

54 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1310892-anonymous-lidera-ativismo-digital-nos-protestos-diz-estudo.shtml>

Pode-se inferir que, no campo do ativismo digital, as manifestações de Junho de 2013 seguiram o mesmo caminho das ruas, com um início extremamente combativo e direcionado à revogação do aumento das tarifas do transporte público, porém verificou-se uma rápida dispersão e uma perda do vínculo com os movimentos sociais e partidos políticos atuantes no processo.

### **6º Ato– 18 de Junho**

A grande repercussão, até internacional, dos acontecimentos provocou uma reação imediata dos governantes. Parlamentares, prefeitos, governadores, partidos políticos: todos foram cobrados a se posicionar, e com o Governo Federal não foi diferente. Atingido diretamente pelas críticas à realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol, evento extremamente popular e que, contraditoriamente, foi um dos principais pontos de insatisfação em razão dos gastos públicos exorbitantes para sua realização, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em que exaltava o civismo e a legitimidade das manifestações sem citar, entretanto, os movimentos sociais urbanos que deram início às revoltas.

Neste momento, os protestos pareciam ter tomado uma dinâmica própria, e o MPL tentava, em vão, manter a luta pela revogação do aumento das passagens como principal pauta das reivindicações. Para isso, passou a atuar em outras esferas que não fossem somente as ruas, que não estavam mais seguindo as pautas dos movimentos sociais. Em nota<sup>55</sup>, o MPL afirmou:

“Hoje, no conselho da cidade o prefeito Fernando Haddad se comprometeu com o MPL a marcar, ainda essa semana, uma reunião cuja a pauta única é a revogação da tarifa. Não aceitaremos nada menos que a queda dos 20 centavos. Mesmo assim o prefeito insiste em dizer que baixar a tarifa é tirar dinheiro da educação e saúde. Isso não é verdade. Basta diminuir o enorme lucro dos empresários. Os atos do MPL em São Paulo continuarão a ter uma reivindicação central e muito clara e concreta: A revogação imediata do aumento!”

Os protestos daquela terça-feira, 18 de Junho, ocorreriam novamente em todo o país. Desta vez, o grande grupo que foi às ruas na manifestação anterior em solidariedade aos que sofreram violência policial e, também, em favor da liberdade de protesto, não voltaria mais. Naquele dia houve uma negligência total das autoridades de segurança pública, em parte pelas críticas à atuação da polícia, e a insegurança nos centros das grandes metrópoles foi exposta em rede nacional.

---

55 <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/nota-publica-sobre-os-atos-do-dia-1706/>

Nas cidades menores, onde não há atuação contínua de movimentos urbanos e que também não apresentam graves problemas de segurança pública, os atos seguiram seu caráter cívico e pacífico. Nas grandes cidades, entretanto, o cenário criado pela grande multidão nas ruas e a falta total de policiamento foi propício para a atuação de criminosos e saqueadores que fazem parte do dia a dia das grandes cidades e, logicamente, não iriam desaparecer de repente em razão dos protestos. Uma onda de violência atingiu várias capitais naquela noite e a mídia continuava a categorizar as ruas em somente dois subgrupos: manifestantes pacíficos e vândalos.

O caos instaurado também foi propício para a atuação de um grupo que possui grande histórico de atuação em manifestações de movimentos autônomos: Os anarcopunks. Ofuscados pela grande atenção dada aos black blocs, em razão do desconhecimento em relação a essa tática; os punks ampliaram seu espaço a partir do momento em que a repressão policial deixou de acompanhar a manifestações. A atuação, em menor intensidade, dos black blocs a partir desse momento (exceção feita a Belo Horizonte, onde o grupo ainda atuava fortemente), foi coincidente com a perda de espaço dos movimentos sociais na manifestação, aliada à menor repressão policial; dois dos fatores essenciais para a atuação dos adeptos dessa tática. Os anarcopunks, menos dependentes da atuação dos movimentos articulados e também mais avessos ao enfrentamento direto com a PM, face ao seu histórico já conhecido de perseguição policial, agiram mais livremente.

### **Violência e Protestos**

O ambiente hostil aos movimentos sociais, especialmente aqueles identificados como sendo de “extrema-esquerda”, que se instalou nas manifestações por todo o país a partir do dia 19 de Junho não foi resultado somente de uma massa de manifestantes com repúdio à política tradicional e desiludida com a representação partidária. A grande maioria das pessoas que foram às ruas participava pela primeira vez de um ato político e o fizeram sem vínculo a um movimento social. As referências, portanto, do que seria um “protesto democrático” seriam aquelas mais próximas de um ato cívico de cidadania.

Nesse contexto, os movimentos sociais e partidos políticos mais atuantes, que deram origem aos protestos, foram repelidos sob a acusação paradoxal de tentarem se apropriar de um ato espontâneo e legítimo da população. Já os movimentos e partidos que não estavam presentes nos primeiros atos e os agentes políticos que atuavam tanto na oposição como na situação do espectro político, reproduziram o conceito de manifestante socialmente aceito

como forma de se legitimar perante a multidão, evitando, inclusive, de participar dos atos como forma de respeitar a liberdade de manifestação da população.

Essa regra de conduta – repelir atos de vandalismo e de desobediência civil -foi replicada amplamente, tanto pelos meios de comunicação quanto pelas autoridades governamentais. Ao exaltar os atos pacíficos, apartidários e sem vínculos políticos, em oposição às manifestações “violentas”, os formadores de opinião acabaram por suprimir a causa principal dos atos e avalizar um comportamento padrão. Ou seja, além de reverberar um modo socialmente correto de manifestar-se, houve uma difusão do que seriam as causas corretas pelas quais os manifestantes deveriam reivindicar.

Esses valores são transmitidos quando a revista *Veja*<sup>56</sup> menciona que: “*Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?*” Ao fazer uma comparação com os jovens do passado e os jovens do presente, incorpora-se uma hierarquia de valores em que a paz, a democracia e a liberdade se colocam acima da redução das tarifas de transporte público (FOSSÀ, 2014, p. 7). A luta pela redução da tarifa adquire sentidos de uma causa banal, fortuita e pouco relevante no contexto daqueles jovens.

A mídia, que na sua prática de representar o mundo, passa por um processo complexo de observação e seleção dos acontecimentos de acordo com categorias socioculturais previamente estabelecidas (FOSSÀ, 2014, p.2); logo passou intitular os protestos como as “*Jornadas de Junho*”, comparando-as diretamente a acontecimentos globais totalmente distintos, como a “Primavera Árabe”, o “Occupy Wall Street”; colocando os eventos num patamar de revolução feita pela juventude que, com seus celulares à mão, se rebelava contra a representação e o sistema político que não lhe satisfazia mais.

Ocorreu, a partir desse momento, uma repressão aos atos mais eficaz do que aquela realizada pela polícia nos primeiros protestos, a partir do embate entre os “bons” manifestantes e os maus manifestantes (FOSSÀ, 2014, p.3), nessa polarização que não apenas divide os manifestantes entre “bons” e “maus”, ela aciona valores fundamentados histórica e culturalmente no imaginário social que nos levam a um sistema representativo das manifestações. Nos relatos da imprensa, o embate era evidente:

Na manifestação da segunda-feira, 17 de junho, enquanto jovens de periferia se atracavam com outros de classe média na estação Berrini, estes condenavam os primeiros por incitarem a passagem gratuita pelas catracas, o “pula catraca”. Curiosamente, em um movimento que nasceu tendo como uma de suas bandeiras a tarifa zero do Movimento Passe Livre (MPL), a

---

56 Revista Veja, 19/06/2013

desobediência civil era rechaçada pelos demais aos gritos de “sem vandalismo”. (COSTA, 2013, p.2)

Essa dicotomia entre “bons e maus” manifestantes demandou, então, a volta das ações ostensivas da polícia, menos incisiva (para não dizer: mais seletiva) que nas manifestações iniciais, quando as batalhas entre manifestantes e policiais ganharam repercussão negativa e desaprovação social. Mas, desta vez, fora dado o aval e apoio da opinião pública para que houvesse repressão aos “vândalos”, separando, assim, aqueles manifestantes que estavam sujeitos às ações da polícia, e aqueles que possuíam o direito de protestar, enquanto o próprio ambiente de protesto transformava o que era “apartidário” em “antipartidário”.

O discurso que imperou, portanto, mesmo entre os movimentos sindicais, partidos políticos, movimentos sociais e governantes, foi uníssono: “*Somos a favor dos protestos, porém sem vandalismo*”. Esse apoio à caracterização difundida pela imprensa foi espécie de crivo para se legitimar diante da sociedade democrática.

“Contudo, surge a seguinte questão: que relação política está sendo definida quando a elite progressista pede permissão às autoridades para manifestar, discutir a rota da passeata em conjunto com elas e supervisionar seus manifestantes com um conjunto de líderes? Isto gera um espírito de “cumplicidade” entre os organizadores e a polícia, onde as exigências de ordem interna de uma passeata organizada por grandes instituições militantes coincidem com as exigências de ordem pública, pois ambas são ameaçadas pelos elementos “incontroláveis”, “desordeiros” ou “vândalos de todo o tipo”. (DUPUIS-DERI, 2014, p.68 )

Quaisquer movimentos sociais que quisessem sentar à mesa de um debate público sobre os protestos de Junho de 2013 deveriam, antes de tudo, assinar embaixo da expressão: “A favor da livre manifestação, contra vandalismos”; o que colocou os grupos que deram início aos protestos numa situação de réus enquanto movimento social, enfrentando o dilema: Ou repetem o mantra socialmente estabelecido para os atos, ou se retiram das manifestações.

### **Anarcopunks**

Junho de 2013 trouxe de volta à mídia um grupo que atua há bastante tempo em protestos de rua e em atos de desobediência civil: os Anarcopunks, Entendidos como o uma microcultura que surge dentro do movimento punk a partir da assimilação da ideologia anarquista (MENEGATI, 2011, p.10), essa vertente do movimento punk (que possui inúmeras faces ideológicas como feministas e ambientalistas); ganhou destaque nas manifestações a partir do momento em que a repressão policial diminuiu em razão da pressão da opinião pública e também quando os black blocs tornaram-se alvo fácil para os policiais e para o bloqueio por parte de outros manifestantes e movimentos que repudiam o confronto direto.

Alguns grupos articulados e com atuação política contínua, como o Movimento Anarcopunk de São Paulo (MAP-SP), possuem raízes próximas aos movimentos sociais desde as manifestações antiglobalização. Há, contudo, uma abertura para que adeptos do anarquismo como viés político se manifestem individualmente, de maneira mais ou menos violenta de acordo com seu ímpeto (MENEGATI, 2011, p. 73). O Movimento Anarcopunk procura estar, quando possível, junto desses movimentos de caráter popular, ampliando e fortificando algumas de nossas lutas - como é a questão do antifascismo, por exemplo

A atuação dos anarcopunks foi bem mais caótica e dispersa do que a dos black blocs (embora houvesse muitos punks black blockers). Menos propensos a seguir a rota e o planejamento estabelecido para os atos, era evidente que os anarcopunks, nas manifestações de Junho de 2013, estavam mais voltados ao exercício da contestação da autoridade do Estado do que a qualquer pauta que fosse defendida pelos movimentos sociais. Mais ligados a atos violentos, o ambiente da contracultura punk – assim como do hip hop, do Techno - é permeado de violência. Os punks vivem sendo hostilizados pela polícia, os shows são atacados por skinheads neonazistas, e assim por diante. Em algumas ocasiões as letras das músicas são incorporadas aos protestos (DUPUIS-DERI, 2014, p. 125). O grupo ganhou destaque após a divulgação de um relatório 57 da polícia militar que afirmava ligações entre militantes do Psol e os anarcopunks:

*“Os punks e anarquistas partem para o que a polícia chama de “atuações paralelas” sempre que suas propostas são rejeitadas pelo Movimento Passe Livre, que convoca as manifestações. A polícia diz que os punks, que seriam recrutados por militantes do PSOL, já acreditavam na violência como forma de protesto. Parte deles é ligada ao Black Bloc (Bloco Negro), uma estratégia anticapitalista que nasceu na Alemanha, nos anos 70.”*

Uma das imagens mais emblemáticas dos protestos, a tomada da marquise do Congresso Nacional do dia 17 de Junho, foi efetivada após tentativas um grupo de cerca de 20 anarcopunks de invadir o prédio, sem sucesso, e que logrou êxito em subir na estrutura da área externa<sup>58</sup>:

*“Após uma série de tentativas, um jovem de 20 anos, loiro, com a lateral do cabelo rapado e vestindo jaqueta de couro com símbolos punk foi o primeiro manifestante a subir no Senado, durante protesto em Brasília. Ele se identifica como “Alemão”, com medo de ser reconhecido pela polícia, e diz integrar um movimento “sociocultural anarco-punk”.*

---

57 Serviço secreto da PM diz que PSOL 'recruta' punks para protestos (FSP, 16/06/2013)

58 Eu levei a população', diz punk que puxou manifestantes para subir o Congresso, Portal IG 18/06/2013

Com atuação menos articulada, acusados muitas vezes de provocar o enfrentamento com a polícia, não havia receptividade nem mesmo entre os movimentos de extrema esquerda às ações anarquistas. Num momento das manifestações em que os movimentos sociais eram expulsos, de um lado pela população indignada e apartidária e de outro pela falta de coordenação com os manifestantes mais violentos, os anarcopunks atuavam nesta arena de maneira isolada e desconexa das motivações dos protestos, voltados e exprimir a sua revolta contra a autoridade do Estado e a sociedade.

### **19 De Junho – Em Busca de uma Solução**

O Caos da noite anterior em todo o país colocou os governos em uma situação de paralisia. Os movimentos sociais, expulsos das ruas, não conseguiam dar uma coerência e previsibilidade aos atos. Em São Paulo, o MPL era cobrado a posicionar-se publicamente sobre os rumos dos acontecimentos. Sem uma estrutura de movimento social apta a conduzir os milhares de manifestantes que foram às ruas, o grupo pede ajuda aos partidos e movimentos sociais para tentar dar uma orientação às manifestações. Em reunião com os sindicatos e partidos, determinou-se a *“criação de uma comissão de segurança entre todos os grupos de esquerda, com dois objetivos: garantir a defesa dos manifestantes e evitar vandalismos. Combinaram de sair unidos no ato e levar mais baterias, mas continuando sem carros de som.”* (LOCATELLI, 2013, p. 18). O encontro, ocorrido no dia 19 de Junho, foi uma resposta, também, à hostilidade da multidão aos militantes de esquerda.

Os movimentos sociais de base do governo federal foram convocados a comparecer aos atos. Curiosamente, quando as manifestações colocaram a pauta da tarifa dos transportes numa condição reivindicação marginal, foi a ela que os governantes se agarraram para buscar uma solução para encerrar os protestos. Vários municípios revogaram os aumentos previstos para aquele mês. No Rio de Janeiro, o prefeito Eduardo Paes e o Governador Sergio Cabral anunciaram a revogação do aumento das passagens de metrô, ônibus e barcas.

Com novos atos já convocados para o dia 20 de Junho, o que era apenas um discurso do MPL tornou-se um fato concreto: a decisão sobre o destino da tarifa de ônibus teria de ser política, e não financeira. E assim ocorreu. Impossibilitados de usar a força policial para reprimir os manifestantes, sob o risco de serem responsabilizados por uma tragédia em vias públicas, não restou alternativa a não ser convocar uma coletiva de imprensa e anunciar a

revogação do aumento da tarifa. A colunista da Folha de São Paulo, presente no momento da decisão, relatou os acontecimentos<sup>59</sup>:

*“Minutos antes do anúncio de que reduziriam as tarifas de ônibus e metrô, o governador Geraldo Alckmin disse ao prefeito Fernando Haddad que, caso o petista quisesse, ele estaria disposto a resistir à pressão e a manter o preço de R\$ 3,20. “A gente aguenta firme, juntos”, disse Alckmin. Estavam na sala o secretário municipal de Governo, Antonio Donato, e o estadual da Casa Civil, Edson Aparecido. Quando foi tomada a decisão de fazer o anúncio, Alckmin chamou alguns secretários de sua equipe. “Mas não dá, a conta é muito grande”, reagiu o secretário estadual da Fazenda, Andrea Calabi. “Não é hora de fazer contas, pelo amor de Deus! Temos um problema político para resolver”, ponderou Edson Aparecido.”*

Logo em seguida ao anúncio da revogação do aumento, o MPL publicou uma nota<sup>60</sup> comemorando a revogação do aumento das tarifas:

*“A cidade não esquecerá o que viveu nas últimas semanas. Aprendemos que só a luta dos de baixo pode derrotar os interesses impostos de cima. A intransigência dos governantes teve de ceder às ruas tomadas, às barricadas e à revolta da população.”*

*“Não foi o Movimento Passe Livre, nem nenhuma outra organização, que barrou o aumento. Foi o povo.”*

*“O povo constrói e faz a cidade funcionar a cada dia. Mas não tem direito de usufruir dela, porque o transporte custa caro. A derrubada do aumento é um passo importante para a retomada e a transformação dessa cidade pelos de baixo.”*

*“A caminhada do Movimento Passe Livre, que não começa nem termina hoje, continua rumo a um transporte público sem tarifa, onde as decisões são tomadas pelos usuários e não pelos políticos e pelos empresários. Se antes eles diziam que baixar a passagem era impossível, a revolta do povo provou que não é. Se agora eles dizem que a tarifa zero é impossível, nossa luta provará que eles estão errados.”*

*“Por uma vida sem catracas!”*

*“Movimento Passe Livre São Paulo”*

O ato marcado para o dia 20 de Junho, mais que uma ocasião de celebração, seria uma tentativa dar uma conotação política e recuperar o espaço dos movimentos sociais organizados nas manifestações.

---

59 Folha de S. Paulo – Coluna Monica Bergamo ,21/06/2013

60 <http://tarifazero.org/2013/06/20/sao-paulo-nota-do-movimento-passe-livre/>



## **Junho dos Indignados.**

O dia 20 de Junho, aos olhos da cobertura da imprensa, foi a data em que os protestos levaram mais pessoas às ruas em todo o Brasil. Paradoxalmente, em razão da revogação do aumento das tarifas na maioria das cidades onde houve reajuste, foi a data que marcou o encerramento das ações do MPL nas manifestações.

A partir desse momento, os atos já estavam espalhados por todo o país e o grande ator do movimento foi a massa de indignados. Milhões de pessoas foram às ruas num ato cívico que se replicaria por todo o mês de Junho e adentraria o mês de Julho. Foram protestos com pautas diversas, pouca presença de movimentos sociais, ainda repelidos pela massa antipartidária, onde cada manifestante demonstrava sua indignação em relação a um tema específico.

Várias discussões acerca desse momento levantaram o debate sobre a nova classe média, a representação política, transparência e corrupção, entre outros. A imprensa destacava os pedidos por mais qualidade nos serviços públicos, saúde, educação, transportes, entre outros. A resposta da presidência da república veio através de uma proposta de cinco pactos<sup>61</sup> e agenda de reuniões com movimentos sociais.

- Responsabilidade fiscal para garantir a estabilidade da economia;
- A convocação de um plebiscito sobre a reforma política e alteração na legislação para que o crime de corrupção se torne hediondo;
- O pacto pela saúde, com a criação de novas vagas para médicos e a contratação de profissionais estrangeiros;
- Investimento de 50 bilhões de reais em mobilidade urbana para transportes, com metrô e ônibus;
- Mais recursos para a educação, repetindo a destinação de 100% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação.

A proposta dos cinco pactos reflete o rumo burocrático e vago que as manifestações tomaram. Num misto de euforia e auto expressão, milhares de pessoas ocupavam as ruas, cada qual com a sua insatisfação. As reuniões no Palácio do Planalto com os Movimentos Sociais tiveram um tom mais pouco efetivo em termos de propostas exequíveis. Em reunião<sup>62</sup> com o

---

61 Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>>

62 O Globo: Após Reunião, MPL diz que Presidência é Despreparada <<http://oglobo.globo.com/brasil/apos-reuniao-mpl-diz-que-presidencia-despreparada-8796582>>

MPL, a impressão que ficou foi de um despreparo do Governo em relação à dinâmica do grupo.

*“A gente viu a Presidência completamente despreparada. Eles não mostraram nenhuma pauta completa para modificar a situação do transporte no país, que é de fato muito precária. Eles mostraram uma incapacidade muito grande de entender a pauta do momento, falaram que vão estudar e abriram este canal de diálogo que a gente considera importante sim” Após a reunião com a presidente Dilma Rousseff, o Movimento Passe Livre (MPL) saiu do Palácio do Planalto dizendo que o governo federal não apresentou proposta concreta para zerar a tarifa do transporte público ou melhorar o serviço. “Diálogo é um passo importante, mas sem ações concretas, que firmem essas melhorias para a população, não existe avanço”.*

As manifestações prosseguiram em todo o país com grande participação popular durante o mês de Julho, especialmente nas cidades onde houve jogos da Copa das Confederações de Futebol. A imprensa Internacional chegou a veicular notícias de que a realização da Copa do Mundo, programada para o ano de 2014, estava em risco. O que ocorreu, entretanto, foi a diminuição gradual do interesse pelos atos.

---

## Capítulo 4

### Depois de Junho

Mesmo após o anúncio da revogação do aumento da tarifa do transporte público em São Paulo, e em várias outras cidades onde houve reajuste, continuaram ocorrendo manifestações em todo o país. O perfil dos manifestantes, contudo, era de cidadãos em busca de expressar descontentamentos diversos, sem articulação com movimentos sociais. O fato de ocorrerem protestos não significa que havia um movimento em curso. *O cidadão que se junta esporadicamente a uma manifestação, porque é simpatizante de sua causa, como ocorreu em grande medida nas denominadas manifestações de junho, não se transforma necessariamente em ator de um movimento organizado ou não cria novos movimentos* (SCHERER-WARREN 2014, p. 425). Os protestos ocorridos depois da retirada do MPL das manifestações não serão objeto de análise neste trabalho, embora tenham levado uma quantidade considerável de manifestantes às ruas. A pouca presença de movimentos sociais articulados nestes atos os colocam numa dimensão dos acontecimentos que fogem ao escopo aqui proposto.

Neste sentido, interessa para este trabalho qual foi o rumo tomado pelos movimentos sociais mais atuantes nas manifestações. Ou ainda, quais grupos realmente se comportaram como movimentos sociais nos protestos de Junho, de acordo com o pressuposto (SCHERER-WARREN, 2014, p. 420) de que os movimentos sociais organizados utilizam a manifestação pública como um momento relevante para dar visibilidade a seus protestos, reivindicações e posicionamentos políticos.

Entre os movimentos destacados neste trabalho, o *Anonymous* foi aquele que manteve maior intensidade em sua atuação após a massificação dos atos. Não por acaso, é o grupo que reúne menos características de um movimento social articulado. *”Anonymous is a group, in the sense that a flock of birds is a group. How do you know they’re a group? Because they’re travelling in the same direction. At any given moment, more birds could join, leave, peel off in another direction entirely.* (LANDERS, p. 2, 2008) O hacktivismo praticado por eles pode ser comparado a uma versão “online” dos da multidão de indignados. Até mesmo a indumentária mais comum entre os manifestantes que compravam o chamado “kit-manifestação” dos vendedores ambulantes, a máscara símbolo da HQ “V de Vingança”, é também o símbolo do *Anonymous*.

Com um ativismo digital mais ligado ao exercício das liberdades individuais no ciberespaço do que a um propósito político-social, o *Anonymous* é formado por um contingente muito pulverizado, que tem em comum o fascínio pela tecnologia, porém com

viés ideológicos tão disperso quanto a rede de computadores pode proporcionar. Sendo assim, o *Anonymous* ganhou destaque nos protestos de Junho entre os grupos mais influentes de conteúdo na rede de computadores, porém não foi um indutor de pautas e direcionamentos.

Com a facilidade de acesso aos recursos tecnológicos dos dias de hoje, pode-se dizer que todos os militantes dos movimentos sociais também são cyberativistas, razão pela qual um coletivo dedicado unicamente ao ativismo online contará com poucos militantes que estão nas ruas junto aos grupos organizados. Sendo assim, a militância online tornou-se uma importante ferramenta de articulação, porém sem impactos diretamente associados ao ativismo digital, tornando-se mais um “movimento de opinião”. Sorj (2015, p. 47) lembra que, um mês antes de eclodirem as manifestações de rua no Brasil, uma campanha virtual recolheu 1,6 milhão de assinaturas contra a permanência Renan Calheiros na presidência do Senado. Não obteve resultados práticos: o senador foi reconduzido ao cargo. As manifestações de rua que aconteceram um mês depois conseguiram, além da suspensão do aumento da tarifa do transporte público (a demanda que deflagrou o movimento), a suspensão do encaminhamento de uma proposta de emenda constitucional que retirava o poder de promotores públicos, à qual os manifestantes se opunham. O autor faz, ainda algumas generalizações ao observar o ciberativismo relacionado às manifestações de rua, quando olhamos o que aconteceu nos últimos anos:

- O ciberativismo, quando se reduz ao espaço da Internet, não tem impacto relevante, ao menos imediato, no sistema político.
- O ativismo do ciberespaço gera “*movimentos de opinião*” mais que movimentos sociais. É legítimo perguntarmos: um movimento de opinião pode ser considerado um movimento social?
- Se ainda não conhecemos os efeitos de longo prazo da comunicação por meio das redes sociais na cultura política, as consequências mais tangíveis e, até hoje, mais relevantes do ciberativismo são aquelas associadas às mobilizações no espaço urbano.
- A relação entre a mobilização virtual e a de rua, contudo, é extremamente complexa, e diferente em cada caso.
- As ações de rua geradas pelo ciberativismo têm como foco denúncias e demandas específicas. O impacto desses movimentos sobre o sistema político depende da solidez das instituições envolvidas e das forças em oposição.
- Quando os movimentos de rua conseguem gerar “curtos-circuitos” no sistema

político, incluindo a derrubada de governos, são os “eletricistas”, ou seja, as forças políticas organizadas *off-line*, os responsáveis pelos passos seguintes, seja de avançar, neutralizar ou tentar reverter as mudanças obtidas pelos movimentos de rua.

Em Junho de 2013 as redes digitais refletiam o que acontecia nas ruas, e não o inverso. Atualmente, é difícil pensar em uma causa coletiva que não tenha se beneficiado da Internet. Beneficiaram-se dela grupos tão díspares quanto a esquerda antiglobalização e os zapatistas, de um lado, e, de outro, os partidários do porte de armas no Brasil — e também seus opositores, embora com menor êxito (SOMMA, 2015, p. 105). O Anonymous, assim como outros grupos online, apenas refletiu a imensa gama de opiniões distintas.

Outro movimento que ganhou destaque em Junho de 2013, a mídia NINJA, popularizou o ativismo midiático. Braço de um coletivo que possui atuação contínua, os Ninjas não se restringiram aos protestos do mês de Junho. Se, por um lado, o *Anonymous* padece de organização e unidade, a mídia NINJA está no extremo oposto. Um grupo altamente articulado e com propostas definidas, com uma eficiência organizacional acima da média, destacou-se como alternativa à grande imprensa, que teve um papel bastante ambíguo nas manifestações de 2013 (SCHERER-WARREN, 2014, p 19). Habituada a, historicamente, criminalizar os movimentos sociais, a mídia tradicional dispensou um tratamento inicial adverso às recentes manifestações e aos manifestantes.

Os NINJA cumpriram seu papel de proteção aos protestos contra o abuso policial e de oferecer uma fonte de informação paralela. A vinculação ao grupo FdE não deixa dúvidas que sua atuação é altamente politizada e possui uma clara posição em relação a políticas socioculturais, distanciando-se da imagem de um bando de mascarados anárquicos com uma câmera digital em mãos. Após os protestos de Junho, os Ninjas ampliaram sua atuação em manifestações de rua, não somente de movimentos de esquerda, mas também nas manifestações de indignados, buscando oferecer uma cobertura crítica dos atos. Não se trata de um movimento dependente de outras organizações, é um grupo que pauta sua própria agenda e articula-se na busca de influenciar políticas públicas socioculturais.

Quanto ao midiativismo em geral, assim como ocorreu com cyberativismo, Junho de 2013 mostrou a tendência de que haja uma pulverização, e o lema autonomista *Odeia a Mídia ? Se já Mídia!* ganhou proporções que nem mesmo o militante alterglobalista mais entusiasmado dos anos 1990 poderia imaginar. Além dos movimentos sociais organizados possuírem seu próprio núcleo de mídia e redes sociais, cada ativista é um produtor de

conteúdo que, depois de jogado na rede, pauta posicionamentos nesse grande movimento de opiniões na rede digital.

Entre os praticantes de ações de desobediência civil, junho de 2013 trouxe os black blocs às manchetes dos principais jornais. Após a massificação dos atos, a atuação dos adeptos dessa tática ficou comprometida pois, em meio à multidão antipartidária, foram repelidos e denunciados pelos manifestantes. Isolados e sem o apoio dos movimentos sociais, que optaram por desvincular sua imagem desta tática, eles se tornaram alvo fácil da repressão.

Em junho de 2013 os black blocks “legítimos” eram em número bem menor do que aparentam nas ruas. A indumentária mascarada é apenas uma de suas características, não a única, e qualquer pessoa com o rosto coberto e cometendo atos de vandalismo foi designada como black bloc pelos meios de comunicação, comprometendo a imagem dos adeptos dessa prática a tal ponto que, após os protestos, poucos movimentos sociais são propensos a admitir a associação de sua causa a essa tática sob pena de perder sua legitimidade perante a opinião pública. Posteriormente aos atos pela revogação da tarifa houve forte atuação dos black blocs em algumas cidades nos protestos de 7 de setembro de 2013 e também na greve dos professores do Rio de Janeiro, quando houve uma clara parceria entre o sindicato dos professores e esses ativistas, o que acabou repercutindo de forma negativa para as reivindicações dos docentes.

A tática black bloc saiu dos protestos de 2013 com uma imagem muito prejudicada e o que, inicialmente, parecia uma chance de ganhar notoriedade e chamar atenção da sociedade para essa opção de ação nas ruas que resiste em protestos alterglobais desde os anos 1990 acabou por colocá-los sob os olhares atentos da polícia e torná-los “*personas non gratas*” em manifestações de movimentos sociais que necessitam de apoio e legitimação perante a população e o setor público. Todavia, uma renovação foi verificada após 2013 e a tendência é que essa tática continue ganhando adeptos em regiões periféricas, onde a violência do cotidiano é mais presente e é incorporada aos protestos. Nos movimentos de ocupação das escolas no estado de São Paulo, ocorrido em janeiro de 2016, essa tendência de renovação foi mais aparente<sup>63</sup>:

Menos numerosos e mais homogêneos, os mascarados atuais são, em sua maioria, jovens das periferias em geral menos politizados que aqueles que então (Junho de 2013) protagonizaram quebra-quebras. De acordo com os poucos pesquisadores que acompanham o fenômeno em sua versão paulistana, trata-se de um grupo de 20 a 25 jovens, no máximo. Para Pablo Ortellado, pesquisador da USP, em 2013, quando o black block se tornou

---

<sup>63</sup> Folha de S. Paulo – O que diz a Academia sobre os Black Blocs. 21/02/2016

popular, era possível encontrar gente de todo o tipo envolvida: funcionários públicos, bancários e universitários. De acordo com o pesquisador, os jovens que aderiram a tática depois da onda de protestos de 2013 seriam mais novos, menos politizados e majoritariamente oriundos da classe média baixa.

Já os Anarcopunks, outro grupo que atuou fortemente em atos de desobediência civil, ganharam espaço nos períodos em que os atos foram reprimidos com menor ímpeto pela polícia e os movimentos organizados, hostilizados pela população, não estavam lá para controlá-los. São ativistas que independem de associação a movimentos sociais e atuam nos protestos por meio de ações de contestação da autoridade do Estado. Apesar de representarem um movimento altamente politizado desde suas origens no Brasil, os anarcopunks também são tratados como uma ameaça à legitimação de muitos movimentos sociais perante a sociedade, realidade que está mudando nos últimos anos com a maior abertura dos novos movimentos à diversidade de táticas e respeito a outras formas de ativismo.

Fato acontecido ainda no ano de 2013 ilustra bem esse conflito de imagem entre os próprios movimentos sociais. Em evento organizado pelos zapatistas (Escuelita Zapatista) houve uma represália à inscrição de anarcopunks, alguns militantes cancelaram sua inscrição e justificaram que “não podiam compartilhar a aula com “jovens anarquistas, esfarrapados, punks, cheios de brincos e tatuagens” ; e o fizeram em represália a uma deturpação de protestos zapatistas atribuída aos punks e sua consequente desaprovação pela população. O Subcomandante Marcos dirigiu uma mensagem aos anarcopunks pedindo desculpas pelo ocorrido e propondo que <sup>64</sup>

En el momento del registro, entreguen un texto, máximo de una cuartilla de extensión, donde respondan a las críticas y acusaciones que se les han hecho en los medios de paga. Dicho texto será publicado en una sección especial de nuestra página electrónica ([enlacezapatista.ezln.org.mx](http://enlacezapatista.ezln.org.mx)) y en una revista-fanzine- próxima a aparecer en el mundo mundialmente, dirigida y escrita por indígenas zapatistas. Será un honor para nosotr@s que en nuestro primer número esté su palabra junto a la nuestra.

Os anarcopunks ampliaram sua atuação nas periferias acompanhando as tendências dos movimentos autônomos em diversificar suas ações através de vertentes anarcofeministas, de igualdade racial, entre outras. Resta observar a evolução dessas organizações e se o caminho traçado será o de inserção da cultura anarcopunk nos movimentos sociais e coletivos de igualdade de gênero, raça, entre outros; ou se ocorrerá em direção oposta, de absorção dessas vertentes dentro dos grupos anarquistas.

---

<sup>64</sup> Malas Y no Tan Malas Notícias <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2013/11/03/malas-y-no-tan-malas-noticias>>

## MPL e a Tirania das Organizações Sem Estrutura

Protagonista entre os movimentos sociais nos protestos de Junho de 2013, o MPL conseguiu uma projeção impensada até então. Durante todos os atos, seus militantes procuraram manter os princípios autonomistas e horizontais. Após os protestos de Junho, contudo, o movimento ganhou notoriedade e passou a viver um impasse já conhecido de organizações autônomas que crescem rapidamente: Estabelecer um movimento social estruturado ou manter seus princípios autonomistas? Ou, ainda, ampliar as lutas de base antissistêmicas ou manter a proposta única de luta pelo passe livre?

Nesse conflito, o MPL optou por manter suas raízes autônomas com poucos militantes. O debate envolveu ativistas e unidades federativas do grupo, causando a saída de importantes membros e desligamento de diretórios regionais, dando início a intenso debate sobre a militância em organizações autônomas. Questões como o estabelecimento de lideranças “veladas”, hierarquias implícitas e até mesmo “bulling” entraram no debate.

O militante Lucas Oliveira, entrevistado pelo programa Roda Viva em Junho de 2013, foi um dos dissidentes e argumenta que analisar o MPL é, necessariamente, olhar para os limites do movimento autônomo, pois ele (MPL) foi o que de mais avançado existiu na tentativa de organizar um movimento social que se pautasse pela horizontalidade, autonomia e independência. Em carta de desligamento<sup>65</sup>, pondera que:

O MPL, ao não se pensar como um movimento inserido nas dinâmicas de lutas mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras, foi incapaz de superar seus próprios limites. Pensávamos que estaríamos imunes aos processos de burocratização que ocorrem em mobilizações vitoriosas. Entendo que a potencialidade transformadora de um movimento não é medida pela radicalidade de sua pauta, mas sim pela maneira como a mobilização em torno dela é capaz de produzir novas dinâmicas e experiências de luta. Por isso entendo que ao olhar para o próprio movimento e não para o transporte inserido na dinâmica da luta de classes, o MPL deixou de ser capaz de criar novas estruturas políticas e sociais, chegando ao seu fim.

A discussão repercutiu pelos diretórios do MPL e trouxe à tona o debate sobre a tirania das organizações sem estrutura. Um movimento que não possui organização hierárquica constituída não necessariamente deixa de estabelecer relações de dominância; em função do acúmulo de conhecimento e aprendizado dos militantes dentro da organização. A discussão retomou temas levantados pela militante *Jo Freeman*, ainda nos anos 1970, sobre o movimento feminista (FREEMAN, 1972, p.2):

---

<sup>65</sup> <http://www.passapalavra.info/2015/08/105592>



Contrary to what we would like to believe, there is no such thing as a structureless group. Any group of people of whatever nature that comes together for any length of time for any purpose will inevitably structure itself in some fashion. The structure may be flexible; it may vary over time; it may evenly or unevenly distribute tasks, power and resources over the members of the group. But it will be formed regardless of the abilities, personalities, or intentions of the people involved. The very fact that we are individuals, with different talents, predispositions, and backgrounds makes this inevitable. Only if we refused to relate or interact on any basis whatsoever could we approximate structurelessness -- and that is not the nature of a human group.

Alguns ativistas e unidades federativas ficaram descontentes com os rumos tomados pelo MPL, os quais apontaram para um maior esforço em manter a horizontalidade do grupo em detrimento ao próprio objetivo de luta como movimento social, o que resultaria num ativismo pela própria forma de organização do MPL, mais do que qualquer outro objetivo. Esse processo de reestruturação do Passe Livre iniciou-se logo após as manifestações de 2013 e foi intensificado no ano de 2015, com a manifestação de descontentamento de alguns coletivos regionais. O movimento Tarifa Zero, de Salvador, ao se desligar do MPL, levantou outras questões acerca das decisões tomadas pelo movimento<sup>66</sup>:

O debate político, portanto, girou em torno dessas concepções, “movimento social X minoria ativa”, e aqueles poucos que se alinharam à proposta de “minoria ativa” que foram seguidamente derrotados politicamente nos espaços de debate e de deliberação do coletivo intensificaram as práticas de detonação de caráter, focadas naqueles que tencionavam o Tarifa Zero Salvador para se tornar mais aberto (tanto a novos militantes, quanto na relação com outros movimentos sociais). O *trashing*, portanto, foi a prática escolhida para reverter uma derrota política.

A prática de *trashing* é frequente em organizações não burocratizadas. De acordo com Jo Freeman (1972, p. 2) “*As long as the structure of the group is informal, the rules of how decisions are made are known only to a few and awareness of power is limited to those who know the rules.*” A prática, segundo autora, ocorre quando as decisões são tomadas de maneira consensual, porém através da coação dos militantes dentro do grupo de amizades:

Trashing is a particularly vicious form of character assassination which amounts to psychological rape. (...) This attack is accomplished by making you feel that your very existence is inimical to the Movement and that nothing can change this short of ceasing to exist. These feelings are reinforced when you are isolated from your friends as they become convinced that their association with you is similarly inimical to the Movement and to themselves. (FREEMAN, 1976, p.3)

---

66 Carta de desligamento do Tarifa Zero Salvador do MPL <<http://www.passapalavra.info/2015/05/104551>>

O grupo Tarifa zero de Goiânia, apesar de não ter se desligado da base federativa, cobrou uma maior reflexão acerca dos rumos enquanto movimento social<sup>67</sup>:

O MPL, enquanto federação está passando por uma grave crise. Crise esta que tem levado a vários desligamentos, em vários coletivos da federação, alguns dos quais seguidos de críticas públicas. (...) Estaria havendo um choque entre, de um lado, a proposta de conversão do coletivo num movimento social e num instrumento de luta da classe trabalhadora e, de outro, a imposição de restrições ao ingresso de pessoas que queriam participar do coletivo; o *trashing* – ou o assassinato de reputação, que consiste em converter disputas políticas em ataques pessoais – estaria sendo praticado contra os militantes que estariam defendendo uma maior abertura do coletivo, tanto a novos militantes quanto a concepções de luta divergentes. (...)No âmbito nacional, vemos que desde 2013 não conseguimos nos estruturar como federação, o que é um grande desafio. Tivemos ao menos uma grande oportunidade perdida, na construção de um movimento social que não seja apenas uma federação de coletivos quase isolados. O Tarifa Zero Goiânia, ainda que de acordo com várias críticas, não assina o atestado de óbito do movimento, vendo que ainda é possível e necessário se reestruturar a federação. O MPL está em coma, mas ainda não morreu.

O impasse resultou na saída de vários membros do Passe Livre, entre eles alguns que conduziram os protestos em Junho de 2013. Acusações de *trashing*, sexismo, coação, entre outras, repercutiram nos fóruns de debate. Os movimentos sociais não são imunes, obviamente, a esses conflitos presentes na sociedade em geral. Num ambiente subjetivo de laços de amizade surge uma elite de militantes mais experientes, sem que isso necessariamente tenha o formato de uma conspiração, mas que se manifesta nas disputas de ideias. Nas palavra de Freeman (1978, p.4):

The most persistent problem a movement group faces is the conflict between group maintenance needs and goal achievement needs. As with any other organization, a structure is necessary to make decisions and accomplish tasks in a coordinated fashion. This is most efficiently done in a well-defined, rational manner with lines of authority, specialization of function, and some routinization of tasks. However since a movement organization requires spontaneity as well as structure, enthusiasm as well as obligation, this bureaucratic style can be counterproductive. Especially in movements with democratic values, too much structure can discourage participation and inhibit eagerness.

O MPL não morreu, conforme anunciaram. A sua forma de organização ainda atrai jovens militantes, especialmente nas periferias onde o modelo tradicional de associação através de grêmios e entidades estudantis secundaristas não satisfaz estudantes que desejam atuar politicamente, porem não aceitam andar atrás de um carro de som repetindo um lema. A

---

<sup>67</sup> <<http://www.passapalavra.info/2015/08/105744>>

ocupação das escolas em São Paulo contra a reorganização do ensino proposta pelo governo estadual, em Janeiro de 2016, mostrou que Junho de 2013 ainda está acontecendo.

A maioria dos jovens que iniciou a tomada das escolas veio de um trabalho de base do MPL nas periferias e atuou nos atos contra o aumento das tarifas em 2016 na cidade de São Paulo. Quem acompanhou os protestos pôde notar que a idade média dos ativistas do MPL em 2016 era compatível com aquela observada entre estudantes secundaristas. Essa mudança está cada vez mais presente nas ruas, embora enfrente dificuldade de penetrar no arcabouço institucional já estabelecido há tantas décadas.

## **Conclusões**

O objetivo deste trabalho foi recuperar os acontecimentos ocorridos em Junho de 2013 sob um olhar mais atento em relação aos movimentos sociais e a evolução do ativismo brasileiro nas ultimas décadas. A imagem de um evento que ocorreu espontaneamente em razão da indignação generalizada não reflete as lutas que estavam nas ruas. Protestos que contaram com a atuação de tantos grupos como o MPL, Fora do Eixo/Mídia Ninja, Partidos Políticos, movimentos estudantis, Sindicatos, grupos anarquistas e cyberativistas, , para ser conciso, não podem ser vistos na forma genérica de uma multidão.

Inicialmente comparado a eventos que tiveram pouca conexão com a realidade social do Brasil, como a Primavera Árabe, Occupy Wall Street, os eventos de junho guardam semelhança com esses acontecimentos globais em suas ferramentas de articulação e divulgação. Compará-los, contudo, baseado apenas em comportamentos dos jovens no uso das comunicações seria como colocar sob o mesmo grupo todas as revoltas que se utilizam de panfletos, bandeiras, megafones, entre outros equipamentos que são apenas instrumentos de articulação.

A distinção entre protestos de movimentos sociais, mobilizações e manifestações de indignação é a base para que se faça uma análise que não caia num exagero do momento histórico. Uma multidão nas ruas não é o bastante, ou sequer requisito, para que haja uma revolução, revolta, insurgência, ou qualquer acontecimento que altere profundamente as estruturas sociais. As manifestações de junho de 2013 foram mais um capítulo dos protestos de rua no Brasil. Um cenário que teve raízes políticas bem anteriores às redes sociais digitais.

Os atos mostraram uma forma de protestos nas ruas que já ocorria nos movimentos antiglobalização dos anos 1990 e que evoluiu para o que foi visto em junho de 2013. Sem carros de som, ausência de líderes carismáticos e um ambiente que propicia a participação

individual independente de associação previam a um grupo político, atraindo os mais diversos segmentos sociais que possam compartilhar determinada causa.

O aglutinador das manifestações foi a luta do MPL pela revogação do aumento das tarifas do transporte público. A predisposição deste movimento em levantar a causa e atrair todos aqueles que de alguma maneira se identificasse com os valores em jogo nos protestos mostrou-se vitoriosa no sentido de levar às ruas um grande contingente de pessoas. Grupos de defesa do direito à livre manifestação, ativistas de direitos humanos, adeptos de mídia livre, anarquistas, movimentos de gênero, anarquistas, movimentos socioculturais; sindicatos; enfim, formou-se uma órbita em torno do MPL que representa a evolução recente da teia social do Brasil.

A massificação dos atos não era totalmente imprevisível, e aqueles que acompanharam os eventos parecidos, desde a revolta do Buzu (Salvador/2003) podem constatar a incrível semelhança dos rumos tomados pelos protestos ao ganharem grandes proporções. A generalização das pautas, difusão dos debates, embates entre os interesses diversos daqueles que estão nas ruas, imposição de um modo “socialmente aceito” de protesto que deve ser respeitado por aqueles que desejam ser ouvidos pelo poder público, entre várias circunstâncias impostas a um evento de ação nas ruas.

O ponto de impasse continua sendo até que ponto os movimentos autônomos, Marcha, Bloqueios, indignados, Manifestos Socioculturais, entre outros grupos sem arcabouço institucionalizado, terão força para provocar mudanças profundas e estruturais na sociedade. Os movimentos essencialmente antissistêmicos travam essa luta há muito tempo e o conflito entre manter os princípios de organização autônoma e o desejo de realizar efetivamente mudanças radicais no sistema acabam minando sua capacidade de agir na sociedade.

O que faltou, então, para uma nova base? Teriam os "novos sujeitos" vacilado diante do projeto das forças neoliberais? Teriam eles se ocupado demais com o "próprio umbigo", perdendo a oportunidade histórica de formular um projeto suficientemente consistente e capaz de se contrapor às forças adversárias? Ou não teriam ainda tido tempo de desenvolver e potencializar sua "identidade alternativa" (DOIMO, 1995, p.44)? Junho de 2013 mostrou o caminho que o ativismo brasileiro está seguindo. Movimentos que prezam pela diversidade e independência, fazendo políticas específicas e sem se abster de auto expressão. E, mais importante, não se tratam propriamente de “novos movimentos”, no sentido de surgirem de forma inédita e inovadora.

Apesar de fazer parte do vocabulário comum dos analistas sociais, é preciso, pois, certo cuidado com a utilização da noção de novos movimentos sociais. Embora já se tenha consolidado uma quase unanimidade em tomo do reconhecimento do caráter diverso, fragmentário e localizado das novas experiências participativas no mundo contemporâneo, não é rara a projeção, sobre este novo universo, de certa reelaboração mítica do velho desejo de unidade; aquele que, cunhado ainda no século XIX para designar a entrada da classe trabalhadora no cenário público, presumia o grande sujeito da grande transformação social. (DOIMO, 1995, p. 55)

Essa renovação, que não necessariamente é inovação, passa por uma evolução interna desses movimentos e das instituições, as quais ainda são conduzidas e controladas pelo aparato que funciona numa esfera de organizações ainda incompatíveis com a estrutura organizacional tão pulverizada e volátil dos grupos de representação social mais modernos. Resta acompanhar a evolução de ambos os lados, e o caminho tanto os movimentos antissistêmicos, sociais, populares ou não, irão seguir.

## Referências Bibliográficas

- ABBERS R. N. **NGOs, Parties and the State**. Trabalho apresentado no XXXI Congresso Internacional da Latin American Studies Assosiation, Washington, 2013.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Planeta Terra: Os movimentos anti-sistêmicos hoje**. O Olho da História, n. 15, Salvador (BA), 2010
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio **O Que São Movimentos Antissistêmicos?** Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 7 n. 13; 2013
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Digna Raiva: tão anticapitalista como radicalmente antissistêmica.**; 2009
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Planeta Terra: Os movimentos anti-sistêmicos hoje**. O Olho da História, n. 15, Salvador (BA), 2010
- ALENCAR, Chico. **Além dos 20 centavos**, in (<http://www.chicoalencar.com.br>), 2013.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Análise de Conjuntura: teoria e método**. IBGE, 2011.
- ALVES, Giovanni. **Ocupar Wall Street... e depois?** in: OCCUPY movimentos de protesto que tomaram as ruas. Coleção tinta Vermelha, Boitempo Editorial, 2012
- ARRIGHI, Giovanni, Terence Hopkins and Immanuel Wallerstein.. **1989, The Continuation of 1968**. Review, 15 (2): 221-242; 1992
- \_\_\_\_\_, Giovanni, **Dilemmas of Antisystemic Movements** , Social Research, (1986) p.206
- BERTONCELO, E.R.E. **Eu quero votar para presidente: uma análise das campanhas das diretas**. Lua Nova, São Paulo. N. 76, 2009
- BRUSSI, Antonio. **O tempo Conjuntural e o Estudo dos Sistema-Mundo: Algumas Anotações Metodológicas**, I Colóquio em EPSM, 2007.
- CARDOSO Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. **Movimento em rede e protestos no Brasil: qual gigante acordou?** Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-176, maio/ago. 2013.
- CARNEIRO, Henrique Soares. **Rebeliões e Ocupações de 2011**, in: OCCUPY movimentos de protesto que tomaram as ruas. Coleção tinta Vermelha, Boitempo Editorial, 2012
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança Movimentos sociais na era da internet**. Zahar, 2012
- \_\_\_\_\_. Redes de indignação e esperança. In: SEMINÁRIO FRONTEIRAS DO PENSAMENTO, São Paulo, apud MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. Revista Galileu, 12 jun. 2013b, p.1-4.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COCCO, Giuseppe 2013, “**Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles**”, Cadernos IHU Ideias (São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos) N° 191.

COSTA, Henrique. “**O presente e o futuro das jornadas de junho**”. Carta Maior, 11/08/2013, <www.cartamaior.com.br>, acessado em 08/01/2016.

DAEMON, F. **Mídia de massa X Massas de mídias: as manifestações de 2013 e a emergência da contrainformação**. In: BIAR, M. (Org.). E o povo reinventou as ruas: olhares diversos sobre as manifestações de 2013. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

DINIZ, Eli. “**Reflexões sobre Análise de Conjuntura**”, in: Metodologia e Problema na Análise de Conjuntura, Grupo de Conjuntura, IUPERJ, Rio de Janeiro, n° 45, janeiro 1991,

DOIMO, Ana Maria 1995. **A Vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**, Capítulo 1, p. 37-50.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Ed. Veneta, 2014.

FIORI, Jose Luís. A Análise Política do Tempo Conjuntural. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 34, n. 3, p. 379 a 414, 1991

FIUZA, Bruno, et al. **Não é por centavos: Um retrato das manifestações no Brasil**. Ed. Liga. 2014

FOSSÁ. Maria Ivete Trevisan “**Qual a razão de tanta fúria?**”: **A representação das manifestações de junho na Revista Veja**. Revista Latinoamericana de Comunicação, n.27, 2014.

FOTOPOULOS, T. “**The end of traditional antisystemic movements and the need for a new type of antisystemic movement today**”, in: Democracy and Nature: The International Journal of Inclusive Democracy, vol. 7, n. 3, November 2001.

FONSECA, Daniel. **Não dá para não ver. As mídias nas manifestações de junho 2013**. Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, 2013

FRANK, Andre Gunder **Crisis of ideology and Ideology of crisis**, in AMIN, S., ARRIGHI, G., GUNDER FRANK, A. WALLERSTEIN, I. Dynamics of Global Crisis, Monthly Review Press, New York, 1982.

FREEMAN, Jo aka Joreen, **The Tyranny of structurelessness**, Vol. 2, No. 1 of The Second Wave (1972).

FREEMAN, Jo aka Joreen. **Trashing: The Dark Side of Sisterhood**, Ms. magazine and published in the April 1976 issue, pp. 49-51, 92-98

FREEMAN, Jo aka Joreen. **Crises and Conflicts in Social Movement Organizations**, in *Chrysalis: A Magazine of Women's Culture*, No. 5, 1978, pp. 43-51.

GOHN, Maria da Glória **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10.ed. São Paulo: Loyola Edições, 2012

\_\_\_\_\_. Maria da Glória **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014

\_\_\_\_\_. Maria da Glória **A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014b

GUHA, Ranahit, **Las voces de la historia y otros estudios subalternos** , 2002

GUTERRES, Anelise dos Santos **Não é mole não, pedi transporte público e me deram um Caveirão – Uma descrição não distanciada das Manifestações políticas de Junho de 2013 no Rio de Janeiro**. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 14, n. 33, p. 360-382, jul./dez. 2013

IMZEK , Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo**. in: OCCUPY movimentos de protesto que tomaram as ruas. Coleção tinta Vermelha, Boitempo Editorial, 2012

JUDENSNAIDER, Elena. et ali. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

JURIS, Jeffrey. **The new digital media and activist networking within anti-corporate globalization movements**. In: *American Academy of Political and Social Science*. p. 189-208, v. 597, 2005

KANT DE LIMA. R. **A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição**. In: VELHO, G.; ALVITO, M. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

KATSIAFICAS, George. **Subversion of Politics European Autonomous Social Movements And The Decolonization Of Everyday Life**. AK Press; 2006.

LANDERS, Chris. **"Serious Business: Anonymous Takes On Scientology (and Doesn't Afraid of Anything)"**. *Baltimore City Paper*, 2008

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua: As Revoltas de Junho Pelo Jovem Repórter que Recebeu Passe Livre para Contar a História do Movimento**. Cia da Letras. 2013

LORENZOTI, Elizabeth– **O Jornalismo do Século XXI- O modelo Mídia NINJA-2014**, e-galaxia

MACHADO, Murilo Bansi. **Por Dentro do Anonymous Brasil: Poder e Resistencia na Sociedade de Controle** Universidade Federal do ABC, Dissertação, 2013

MASSOT, Xavier; VAN DEUSEN, David. **The Black Bloc Papers: An Antology of primary texts from the north american anarchist black Bloc**. Breaking Glass Press, 2010



MENDONÇA, K., & Daemon, F. (2011). **Os “outros” da rua: o acontecimento discursivo das manifestações de 2013**. Revista Da ESPM, 11(30), 37 – 55.

MENEGATI, Solléria Rezende, **A Comunicação do Movimento Anarcopunk de São Paulo: Análise do blog da associação**, UFJF, 2011

MISSE, M. **Dizer a violência**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008.

ORTELLADO, Pablo.. **Estamos Vencendo! Resistência Global no Brasil**, Conrad Livros, 2004

ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo.in, **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

ORTELLADO, Pablo. 2014 **Entrevista**, Blog Boitempo, 05/09/2015

ORTELLADO, Pablo, 2013b **Entrevista Revista Vice** [http://www.vice.com/pt\\_br/read/um-papo-sobre-o-mpl-com-o-pablo-ortellado](http://www.vice.com/pt_br/read/um-papo-sobre-o-mpl-com-o-pablo-ortellado)

RODRIGUES, A.T. **Diretas Já! O Grito Preso na Garganta**. São Paulo. Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003

ROLNIK, Raquel . **Apresentação As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. in Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato [et al.], Boitempo: Carta Maior, 2013.

SARAIVA, Adriana 2010, “**Movimentos em Movimento: uma visão comparativa de dos movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos**”, Tese de Doutorado, Brasília.

SANCHO, Guiomar Rovira. **El teclado del subcomandante Marcos**. Humboldt Redaktion do Goethe-Institut, (Online), 2012. Disponível em: <[www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/es9537662.htm](http://www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/es9537662.htm)>

\_\_\_\_\_. Adriana 2013, “**O MPL e as ‘manifestações de junho’ no Brasil**” in <<http://uninomade.net>>

SCHERER-WARREN, Ilse **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política**, CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

\_\_\_\_\_, Ilse. “**Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**”, Política e Sociedade, vol. 13, n. 28, setembro/dezembro, p. 13-34. 2014b

SAVAZONI, Rodrigo. **Os Novos Bárbaros. Aventura Política do Fora do Eixo.** 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SOLANO, Esther; ALCADIPANI, Rafael. **Violência ‘black bloc’ visa chamar atenção de um Estado ausente.** Folha de São Paulo, 17 out. 2013. C7.

SOMMA, M Nicolas. **Participação cidadã e ativismo digital na América Latina**, in: internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015

SORJ, Bernard. **On-line / off-line: a nova onda da sociedade civil e a transformação da esfera pública**, in: internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015

TAVARES, M. C. **Império, território e dinheiro.** In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TABAGIBA, L. **1984, 1992 e 2013. Sobre Ciclos de Protestos e Democracia no Brasil.** Política e Sociedade. Florianópolis. V. 13 n. 28 , 2014

TARROW, S. **Power in Movement: Social Movements and contentious politics.** Cambridge Press, 2011

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires** . Chicago: Chicago Press, 2006.

WALLERSTEIN, I. **The Politics of the World-Economy: The States, the Movements and the Civilizations**, Cambridge University Press, New York, 1987.

WALLERSTEIN, I. **A esquerda Mundial Após 2011** in Occupy: Movimentos de Protesto Que Tomaram as Ruas. David Harvey et al. Boitempo, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Uprisings Here, There, and Everywhere;** in iwallerstein.com, em 1 de julho de 2013.

WALLERSTEIN, I. **“New revolts against the system”** in: New Left Review, n. 18, Nov/Dec. 2002, p. 29.

WALLERSTEIN, I. **Antisystemic Movements, Yesterday and Today** . American Sociological Association, Volume 20, Number 2, Pages 158-172, 2014

ZIBECHI, Raúl. **Debajo y detrás de las grandes movilizaciones.** OSAL Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 14, n. 34, p. 16-36, nov. 2013.

ZIZEK, Slavoj, **in Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil** / Ermínia Maricato [et al.]. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

## Anexo Fotográfico

### 1º Ato – 6 de Junho



Fig. 1 Cartaz convocatório 1º Ato



Fig. 2 Concentração – Teatro Municipal



Fig. 3 - Militante queima catraca

### 2º Ato - 7 de Junho



Fig. 4 Tomada da Av. Paulista



Fig. 5 Fanfarra do M.A.L. apoia protesto



### 3º Ato - 11 de Junho



Fig. 6 Apoio de Partidos e Movimentos de Esquerda



Fig. 7 Tropa dispersa os manifestantes



Fig. 8 Grupo Anarquista ataca agência bancária



Fig. 9 Atuação do Juntos! (Psol)

### 4º Ato - 13 de Junho



Fig. 10 Jornalistas e Mídiavistas



Fig. 11 PM Reprime os atos



Fig. 12 PM detém previamente para averiguação



Fig. 13 Repórter da Folha de S. Paulo





Fig. 14 PM acuado pela multidão



F ig. 15 PM ataca passantes



Fig. 16 Página da Secretaria municipal de educação, hackeada pelo Anonymous

**5º Ato – 17 de Junho**



Fig. 17 Membro do grupo “Advogados Ativistas” instrui manifestantes





Fig. 18 - Massificação dos protestos em S. Paulo



Fig. 19 – Violência contínua no RJ



Fig. 20 Marquise do Congresso Nacional.  
**6º Ato – 18 de Junho**



Fig. 21 Confrontos em Belo Horizonte



Fig. 22 Black Block em SP



Fig. 23 Multiplicação de pautas



Fig. 24 Carro da TV Record depredado em SP



Fig. 25 Manifestação ganha viés antipartidário

**Crédito - Fotografias**

Fig. 1 MPL - <https://rizoma.milharal.org/2013/05/30/a-cidade-vai-parar/>

Fig. 2 Gabriela Biló /Estadão Conteúdo

Fig. 3 Alex Silva/Estadão Conteúdo

Fig. 4 Marcelo Mora/G1

Fig. 5 Felipe Mello (Vaidape)

Fig. 6 JF Diorio/Estadão Conteúdo)

Fig. 7 Fabio Braga/Folhapress)

Fig. 8 Marcelo Mora/G

Fig. 9 Guilherme Tosetto/G1

Fig. 10 Felipe Paiva/Frame/Estadão Conteúdo

Fig. 11 Rodrigo Dionisio/Frame/Estadão Conteúdo

Fig. 12 Julia Basso Viana/G1

Fig. 13 Diego Zanchetta/Estadão Conteúdo

Fig. 14 Drago/selvaSP

Fig. 15 Eduardo Anizelli/Folhapress

Fig. 16 Site da secretaria de Educação em 12/6/2013

Fig. 17 Folhapress

Fig. 18 Márcio Fernandes/Estadão Conteúdo

Fig. 19 Victor R. Caivano/AP

Fig. 20 Marcello Casal Jr/ABr

Fig. 21 Mídia Ninja

Fig. 22 Mídia Ninja

Fig. 23 Alex Almeida/Reuters

Fig. 24 Eptácio Pessoa/Estadão Conteúdo

Fig. 25 Róber Iturriet Avila - Carta Maior